



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

DEPENDÊNCIA E ESTAGNAÇÃO:
O DEBATE SOBRE A CRISE DOS ANOS 60

Corival Alves do Carmo Sobrinho

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Instituto de Economia da UNICAMP
para obtenção do título de Mestre em
Ciências Econômicas, sob a orientação
do Prof. Dr. José Carlos de Souza
Braga.

*Este exemplar corresponde ao original da
dissertação defendida por Corival Alves do
Carmo Sobrinho em 22/11/2001 e
orientada pelo Prof. Dr. José Carlos de
Souza Braga.*

CPG, 22/11/2001

A handwritten signature in black ink, written over a horizontal line.

Campinas, 2001

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNIDADE Be
Nº CHAMADA T/UNICAMP
C213d
V _____ EX _____
TOMBO BC/ 51011
PROC 16.837/02
C _____ D/ _____
PREÇO R\$11,00
DATA 27/09/02
Nº CPD _____

CMO0174310-2

BIB ID 259195

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA**

C213d Carmo Sobrinho, Corival Alves do.
Dependência e estagnação : o debate sobre a crise dos anos
60 / Corival Alves do Carmo Sobrinho. -- Campinas, SP : [s.n.],
2001.

Orientador: José Carlos de Souza Braga.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campi-
nas. Instituto de Economia.

1. Crise econômica – 1960 - Brasil. 2. Brasil - Condições
econômicas – 1960- I. Braga, José Carlos de Souza. II.
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III.
Título.

"Lo malo del discurso del método de Descartes no es la duda previa metódica; no es que empezara queriendo dudar de todo, lo cual no es más que un mero artificio; es que quiso empezar prescindiendo de sí mismo, de Descartes, del hombre real, de carne y hueso, del que no quiere morirse, para ser un mero pensador, esto, una abstracción. Pero el hombre real volvió y se le metió en la filosofía."

Miguel de Unamuno, Del sentimiento trágico de la vida.

745511000x

Agradecimentos

Em primeiro lugar, desejo agradecer ao meu orientador, professor José Carlos Braga, pela sua capacidade de diálogo, por aceitar as divergências, que persistem mesmo no diálogo intelectual, facilitando assim a construção conjunta do conhecimento.

Devo registrar ainda o meu débito para com o professor Wilson Cano que participou da banca de qualificação do projeto, e para com os membros da banca de defesa da dissertação, Plínio de Arruda Sampaio Jr. e Theotonio dos Santos.

Cabe agradecer também a todos funcionários do Instituto de Economia. Mas especialmente o Alberto, a Cida, a Almira e a Lourdes.

Agradeço também a todos os meus colegas de mestrado pelos debates que estimularam e pelas conservas desinteressadas. À Ana Paula, pela companhia constante e pelas longas conversas desinteressadas, mas não desinteressantes. Ao Elder, por sempre lembrar do meu nome para atividades e trabalhos interessantes. Ao Dinho (vulgo, Cláudio), Altamiro e Alex por estarem sempre dispostos a participar de estimulantes polêmicas sobre os mais variados temas. Ao Davi, também pela disposição ao debate, por propor-me novas questões, mas principalmente pela sua indignação moral com os rumos do país.

À Raquel, por sempre ouvir minhas reclamações e impropérios durante anos de amizade e ao Roberto, por deixar que ela continuasse me ouvindo mesmo depois do casamento.

Ao Fernando, por sempre me servir de referência sobre o que está pensando a direita brasileira.

Por fim, devo agradecer aos meus irmãos, Geovan e Adriano, que permitiram a monopolização dos computadores. E aos meus pais, Colemar e Jurandir, que permitiram através de apoio emocional, moral, financeiro, etc., que eu passasse mais de vinte anos me dedicando aos estudos nas áreas que eu escolhi.

Índice

Abstract	ix
Resumo	xi
Introdução	01
Parte I - O Estagnacionismo	11
Capítulo 1- Celso Furtado e a tendência à estagnação	13
Parte II - O capitalismo dependente e seus limites	33
Capítulo 2- Tavares e Serra: a crise como parte do movimento do capitalismo	35
Capítulo 3- Fernando Henrique Cardoso: desenvolvimento dependente e associado	47
Capítulo 4- Theotonio dos Santos e Ruy Mauro Marini: a opção socialista	61
4.1- Theotonio dos Santos: a teoria da dependência e os impasses do capitalismo latino-americano	61
4.2- Ruy Mauro Marini: superexploração e subimperialismo no desenvolvimento capitalista na América Latina	78
À guisa de conclusão	97
Bibliografia	119

Resumo

Este trabalho faz uma resenha das principais posições acerca da crise dos anos 60. Na Introdução apresentamos a instabilidade econômica e política dos anos 60 e mostramos como esta realidade é similar à dos anos 90, em ambos busca-se uma redefinição dos marcos externos do capitalismo brasileiro e latino-americano. No primeiro capítulo expõe a concepção estagnacionista de Celso Furtado, mostrando como o autor é conduzido a esta posição pela idealização do capitalismo social-democrata.

No segundo e terceiro capítulos mostramos como Maria da Conceição Tavares e José Serra e Fernando Henrique Cardoso explicam as condições nas quais as economias latino-americanas podem seguir se desenvolvendo mesmo com o aumento da exclusão social.

No quarto capítulo apresentamos as concepções de Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini. Mostra-se como estes autores defendem o socialismo sem se associar a tese estagnacionista.

Por fim, na conclusão, retomam-se algumas das idéias destes autores para pensar as transformações ocorridas na América Latina nos anos 90, que faz com que os mesmos erros sejam repetidos nas análises correntes.

Abstract

This work makes a summary of the main positions concerning the crisis of years 60. In the Introduction we present the economic and politics instability of years 60 and we show as this reality is similar to the one of years 90. In both there is a redefinition of external landmarks of the Brazilian and Latin American capitalism. In the first chapter, it displays the stagnationist conception of Celso Furtado, showing as the author is lead to this position for the idealization of the social democrat capitalism.

In the second and the third chapters we show as Maria of the Conceição Tavares and José Serra and Fernando Henrique Cardoso explain the conditions in which the Latin American economies can follow if developing with the increase of the social exclusion. In the fourth chapter we present the conceptions of Theotonio Dos Santos and Ruy Mauro Marini. One reveals as these authors defend the socialism without if associating the stagnationist thesis.

Finally, in the conclusion, some of the ideas of these authors are retaken to think the occurred transformations in the Latin America about years 90 that it makes with that the same errors be repeated in the current analyses.

Introdução

A crise econômica que se abateu sobre a América Latina após a quebra da Bolsa de Nova York em 1929 tornou manifesto a vulnerabilidade externa dos países da região. Secularmente o papel que lhes cabia na divisão internacional do trabalho era a produção de produtos primários. O fato deste papel não haver permitido uma complexificação do sistema produtivo não representava um problema para as oligarquias dominantes. Nem mesmo as flutuações de demanda ocorridas anteriormente tiveram o impacto da crise de 1929 sobre os grupos no poder. Mas a partir desse momento, o setor agrário-exportador tornou-se vulnerável, viu ser reduzido seu poder político e econômico. Com isto abriu-se espaço para ascensão de novos grupos sociais e de novas formas de organização do sistema produtivo latino-americano. A modificação do papel dos países latino-americanos na divisão internacional do trabalho entra na ordem do dia. Buscam-se alternativas que permitam superar a vulnerabilidade externa e que evite a ocorrência de uma nova crise com as características da crise de 1929. A solução vislumbrada será o estímulo à industrialização através do planejamento estatal.

Já nos anos 30 e início dos 40, esta alternativa começa a ser colocada em marcha. Mas apenas a partir da fundação da CEPAL é que esta solução ganha consistência teórica e doutrinária, e mais, consegue aglutinar diferentes setores da sociedade em torno da idéia da superação do subdesenvolvimento. As análises da CEPAL permitem ver as especificidades do quadro econômico latino-americano. Especificidades que demandam políticas distintas daquelas tradicionalmente praticadas nos países da região e mesmo nos países desenvolvidos.

Explicar-se-á as especificidades latino-americanas em função da divisão da economia mundial em centro-periferia, da deterioração dos termos de troca entre produtos agrícolas e industrializados, que fazia com que os países latino-americanos saíssem sempre perdendo no comércio internacional. Nega-se, desse modo, a vigência da lei de vantagens comparativas afirmada pelos liberais. Este conjunto de limitações permitirá denominar estas economias de subdesenvolvidas. A CEPAL desempenha assim um papel fundamental na tomada de consciência da existência do subdesenvolvimento, "la argumentación del pensamiento cepalino está orientada a demostrar la viabilidad de un desarrollo capitalista nacional y autónomo, tanto en su proposición teórica como de implementación de medidas de política, y mediante sus propuestas de esquemas de planificación"¹.

E propõe a industrialização como o elemento chave na superação do subdesenvolvimento. Industrialização por substituição de importações, planejada², para tornar a América Latina menos vulnerável às variações no comércio exterior.

Estrutura-se nesse período o nacional-desenvolvimentismo, tendo como discurso e prática econômica as teses da CEPAL³ e politicamente, o populismo. A Nação

¹ PAZ, Pedro. El enfoque de la dependencia en el desarrollo del pensamiento económico latinoamericano. *Economía de América Latina*. Revista de información y análisis de la región. México, n.6, 1981, p.65.

² "A necessidade da condução deliberada do processo de industrialização substitutiva por meio da planificação constitui uma idéia-força, na qual se coloca ênfase nos primeiros documentos da CEPAL, já que tal condução é considerada um requisito indispensável para o desenvolvimento das economias periféricas", in: RODRIGUEZ, Octavio. *Teoría do subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1981, p.49.

³ "o pensamento da CEPAL dos anos cinquenta constitui a forma mais abstrata e, ao mesmo tempo, mais desenvolvida e coerente de um ponto de vista analítico das ideologias de caráter populista", in: RODRIGUEZ,

contra o subdesenvolvimento, contra o atraso, contra o modelo primário-exportador.

O Estado torna-se um ator central neste processo, adquire funções econômicas que complementam os investimentos privados. No México durante o governo Cárdenas (1934-1940), nacionaliza-se o petróleo, as ferrovias, amplia-se o sistema financeiro público. Nos anos 40 e 50, o Estado participa ativamente do desenvolvimento da siderurgia, da indústria automobilística e da produção açucareira. Na Argentina, a industrialização também não prescinde da ação econômica do Estado. Desde de 1910, o petróleo é estatal. Nos anos 40, cria-se uma estatal para produção de carvão, completa-se a estatização das ferrovias. Cria-se a Agua y Energía de la Nación, a SOMISA e o Banco Industrial de la República Argentina. Nos anos 50, criam-se as Aerolíneas Argentinas e o Estado compra as empresas de telefonia privadas. Em 1939, o governo chileno cria a CORFO - Corporación de fomento de la producción -, visando articular os projetos de expansão elétrica, petrolífera, siderúrgicos. Paralelamente, atua na regulação das atividades de apoio técnico e financeiro à indústria. No Brasil, o processo segue a mesma tendência com a criação de empresas estatais e órgãos de planejamento visando fomentar e dirigir o processo de industrialização desde o primeiro governo Vargas⁴.

O novo papel do Estado faz com que este tenha que permanentemente buscar conciliar os interesses dos diferentes grupos sociais para manter a capacidade de intervir no funcionamento do sistema econômico. O Estado

Octavio. *Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1981, p. 270.

⁴ Para a relação entre as empresas estatais e a industrialização no Brasil e na América Latina ver: MAZZUCHELLI, Frederico (Coord.). *O financiamento das estatais*, vol. 1. São Paulo, IESP/FUNDAP, 1987.

desenvolvimentista depende da manutenção do pacto populista. Como conseqüência, crise política e crise econômica tendem a estar permanentemente entrelaçada.

No início dos anos 60, o aumento das demandas pelos diferentes grupos sociais, especialmente os trabalhadores do campo e das cidades, acelera o aparecimento das insuficiências do projeto nacional-desenvolvimentista, agravando tanto o quadro econômico quanto o político.

O relatório da CEPAL de 1965 afirmava sobre a industrialização latino-americana: "Mirada la región en su conjunto, se aprecia que en su etapa actual el proceso de industrialización ha logrado resultados notorios: la industria manufacturera aporta alrededor del 24 por ciento de la población activa; la producción interna abastece gran parte de la demanda de manufacturas de consumo no duraderas y tiene una participación apreciable en la oferta total de bienes de consumo duradero, productos intermedios, materiales de construcción, maquinaria y equipo productivo. A parejas con la expansión de las llamadas "industrias tradicionales" (principalmente alimentos y bebidas, productos textiles y vestuario, preparaciones químicas, muebles, cemento y otros materiales de construcción), se han dado pasos significativos en el desarrollo de industrias básicas (siderurgia, fabricación de productos químicos) y de maquinaria y equipo de transporte, incluidas la industria automotriz y la de máquinas-herramientas. Por su tamaño y diversificación, los principales centros industriales de la región están a la altura de algunos de economías mucho más desarrolladas y de más alto nivel de ingreso; en muchos casos, esos centros ofrecen un vivo contraste con el retraso considerable de grandes zonas rurales del territorio latinoamericano y en otros, han ayudado a modernizar y dar dinamismo a

determinadas explotaciones agrícolas"⁵. Mas apesar destas transformações, a industrialização não foi capaz de realizar todos os objetivos que os seus ideólogos haviam proposto. O mesmo relatório da CEPAL afirma, "el proceso de industrialización no ha alcanzado la intensidad ni se ha ajustado a modalidades compatibles con algunas de las exigencias que emanaban de la propia realidad latinoamericana. Así por ejemplo, puede afirmarse que la industrialización fue instrumento eficaz para superar las limitaciones al desarrollo general que imponía el comportamiento poco favorable del sector externo, mediante esfuerzos fructíferos de sustitución de importaciones, pero que *no ha sido igualmente eficaz en reemplazar a éste como elemento de impulso a una dinámica propia de crecimiento*; la producción manufacturera por persona ha venido expandiéndose de manera significativa, pero las tasas de crecimiento resultan bien modestas cuando se las relaciona con el aumento de la población urbana y sobre todo cuando se tiene en cuenta la evolución de la disponibilidad total de productos manufacturados por habitante; se ha logrado una ampliación persistente del número absoluto de personas ocupadas en actividades manufactureras, pero la participación del empleo industrial en el total de la población activa muestra niveles más bien bajos a la luz de comparaciones internacionales, a la par que ha venido disminuyendo su importancia relativa en el conjunto del empleo urbano; la diversificación que ha sido acompañando a su crecimiento global ha tenido efectos

⁵ CEPAL. *El proceso de industrialización en América Latina*. Nova York, Nações Unidas, 1965, p.9. Aquí utilizaremos os seguintes relatórios: CEPAL. *El desarrollo económico de América Latina en la postguerra*. Nova York, Nações Unidas, 1963 e CEPAL. *El proceso de industrialización en América Latina*. Nova York, Nações Unidas, 1965. A utilização destes relatórios deve-se ao fato de que a maior parte das interpretações para a crise dos anos 60 partem das análises e dos dados que constavam neles.

contradictorios, al extenderse en exceso a una amplísima gama de productos terminados mientras se ha retrasado la consolidación de actividades orientadas hacia la producción de bienes intermedios, lo que ha acrecentado la vulnerabilidad de las economías frente a las fluctuaciones de la capacidad para importar; y el desarrollo industrial tampoco parece haber contribuido suficientemente a mejorar la distribución del ingreso, ni a una mayor integración económica, ya sea dentro de cada país o en el ámbito regional"⁶.

O crescimento econômico no pós-guerra apresentou taxas instáveis. Entre 1945 e 1950, a taxa média de crescimento do PIB da América Latina foi de 5,7% ao ano. Entre 50 e 55, a média caiu para 4,7%. E, no período seguinte, 1955-1961, 4,3%. E dado o alto crescimento demográfico apresentado pela região, o produto por habitante apresentou uma queda mais acentuada, no imediato pós-guerra crescia a uma taxa de 3,2% a.a. e, no final dos anos 50 e início dos 60, a taxa caiu para 1,4% a.a. A caracterização da CEPAL sobre a economia latino-americana no pós-guerra sintetiza-se no seguinte: "América Latina no ha logrado durante el período de posguerra un ritmo sostenido de crecimiento económico. Muy pocos años después de la terminación del conflicto mundial se inició un proceso de decaimiento en el ritmo de crecimiento que tendió a generalizarse a partir de 1955 y que llevó a muchos países latinoamericanos al estancamiento y a algunos a una

⁶ CEPAL. *El proceso de industrialización en América Latina*. New York, Naciones Unidas, 1965, p. 62.

disminución de los niveles absolutos del ingreso real por habitante hacia el final de los años cincuenta"⁷.

As transformações engendradas pela industrialização criaram novos grupos sociais e os problemas não-resolvidos ampliaram as pressões sobre o sistema político. Novos grupos sociais, novas demandas. O crescimento da esquerda, a mobilização dos trabalhadores urbanos e rurais instabilizaram os regimes políticos. O populismo não suportou a participação autônoma das massas. Como corretamente afirma Tulio Halperin Donghi, a década de 60 foi a década das decisões. A agitação política, estimulada pela Revolução Cubana e agravada pela desaceleração do crescimento e pelo aumento da inflação, faz com que os anos 60 sejam um período de confronto entre alternativas de desenvolvimento. O reformismo populista e nacionalista, o socialismo e os movimentos autoritário-liberais. Se até os anos 60, as lideranças populistas haviam conseguido conter o movimento de massas e portar-se como estando acima das classes sociais, a partir dos 60 a radicalização política força definições. Acentua-se o esquerdismo e/ou nacionalismo dos líderes populistas. Evidência disso é a aproximação entre alguns setores desenvolvimentistas e os partidos comunistas. O processo de radicalização ocorre até mesmo dentro dos partidos populistas comprometidos com o *status quo*⁸.

Para além dos marcos institucionais, crescem também os movimentos contestatórios no campo, que até então tinha sido o setor menos beneficiado pelo desenvolvimento capitalista ocorrido no período. Além disso, nas cidades, aumenta o número de organizações dos trabalhadores. Estes movimentos

⁷ CEPAL. *El desarrollo económico de América Latina en la postguerra*. New York, Nações Unidas, 1963, p. 1.

⁸ SANTOS, Wanderley Guilherme. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo, Vértice, 1986.

põem em xeque o regime na medida em que populismo e o nacional-desenvolvimentismo estavam assentados no controle das ações das massas⁹. Mas, "a lo largo de la década que se abría iba a parecer cada vez más claro a muchos que sería imposible superar la amenaza de estancamiento sin quebrar el marco del sistema político y económico internacional en que hasta entonces había debido desenvolverse en Latinoamérica"¹⁰.

A crise do modelo nacional-desenvolvimentista origina um crescente pessimismo sobre a viabilidade das economias latino-americanas. Neste contexto surge a interpretação estagnacionista para crise que teve em Celso Furtado seu principal expoente. Estrutura-se também as teorias da dependência que buscam superar as insuficiências da teoria da CEPAL e dar conta das especificidades do desenvolvimento capitalista na América Latina. "Esta crisis del modelo de desarrollo dominante en las ciencias sociales de nuestros países (y del proyecto de desarrollo en él implícito) puso en crisis esta misma ciencia. Puso en crisis la propia noción de desarrollo y subdesarrollo y el papel explicativo de dichos conceptos. De tal crisis nace el concepto de dependencia como posible factor explicativo de esta situación paradójal"¹¹.

O debate sobre a crise latino-americana estará então pautado pela discussão sobre a estagnação e os limites do capitalismo latino-americanos impostos pela situação de

⁹ Ver: WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980; IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988; e IANNI, Octavio. *Formação do Estado Populista na América Latina*. São Paulo, Ática, 1989.

¹⁰ DONGHI, Tulio Halperin. *Historia Contemporánea de América Latina*. 13 ed. revista e ampliada. Madrid, Alianza, 1996, p. 520.

¹¹ SANTOS, Theotonio dos. *Dependencia y cambio social*. Santiago do Chile, CESO, 1970, p. 37. A análise da relação entre a crise da teoria cepalina e a teoria da dependência pode ser vista também em: CARDOSO, Fernando Henrique. *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes, 1993; e MARINI, Ruy Mauro. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo, Brasil Urgente, 1992.

dependência. Pretende-se aqui retratar este debate através de uma resenha das análises elaboradas por Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Fernando Henrique Cardoso, Ruy Mauro Marini e Theotonio dos Santos diante da crise dos anos 60.

As transformações recentes na economia mundial tornam extremamente atual este debate na medida em que trouxe novamente a discussão sobre as possibilidades de desenvolvimento da periferia. Como afirma Fiori, "O que se pode concluir desta visão sintética do processo de globalização é que ele mantém e aprofunda as relações entre centros e periferias. E se não há dúvidas de que estas relações mudam de forma com relação aos tempos da *internacionalização dos mercados internos da periferia* tudo parece indicar que o núcleo duro e *metodológico* das preocupações dependentistas permanece vigente. Mais do que isto, aliás: os novos termos das relações econômicas e políticas internacionais autorizam, perfeitamente, a hipótese da existência de uma *novíssima dependência* na forma em que a América Latina vem se inserindo na nova ordem econômica globalizada"¹².

A globalização dos anos 90 gesta novas formas dependência, altera o caráter da dependência, altera os mecanismos pelos quais se engendra e se sustenta o caráter dependente da economia nacional. A dependência identificada nos anos 60 como fruto de uma industrialização ancorada no capital estrangeiro, que fez com que os interesses da burguesia nacional e do imperialismo se identificassem, transforma-se numa dependência financeira, onde o centro do processo de acumulação deixa de estar no setor industrial. O

¹² Fiori, José Luís. A globalização e a novíssima dependência, in: Fiori, José Luís. *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro, Insight, 1995, p.224.

que novamente coloca em questão a viabilidade econômica da América Latina, como nos anos 60 surgem autores que defendem a tendência à estagnação das economias latino-americanas¹³ ou a acumulação sem desenvolvimento do capitalismo em geral¹⁴. Nesse sentido compreender o debate em torno da crise dos anos 60 auxilia-nos na compreensão do atual momento da economia brasileira e latino-americana.

Ao mesmo tempo, num contexto político dominado pelo neoliberalismo, faz-se necessário resgatar o pensamento crítico latino-americano que teve na CEPAL e na Teoria da Dependência seus melhores momentos. "A pesar de las reservas y las críticas, las teorías latinoamericanas sobre el desarrollo y el subdesarrollo brindan un fértil punto de partida para comprender y superar la actual condición del Tercer Mundo y en particular de América Latina"¹⁵. Nesse sentido o cenário atual é extremamente profícuo para uma reavaliação do debate sobre a relação entre estagnação e dependência.

¹³ FEIJÓO, José Valenzuela. Mais-valia, acumulação e estagnação. *Revista Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n.6, p.74-98, junho 2000.

¹⁴ TEIXEIRA, Francisco José Soares. O capital e suas formas de produção de mercadorias: rumo ao fim da economia política. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 10, junho/2000.

¹⁵ Kay, Cristóbal. Teorías latinoamericanas del desarrollo. *Nueva Sociedad*, Venezuela, n.113, maio/junho 1991, 101-113, p.111.

PARTE I
O ESTAGNACIONISMO

Capítulo 1

Celso Furtado e a tendência à estagnação

A formulação de um tipo ideal de capitalismo, por Furtado, tendo como referência o capitalismo europeu no período social-democrata, é a principal responsável pela defesa da tendência à estagnação realizada nos anos 60 no livro "Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina". Isto permitiu que o autor subestimasse a instabilidade inerente à dinâmica capitalista confundindo assim um momento do ciclo com estagnação secular¹.

Segundo Furtado, "Nas economias capitalistas altamente desenvolvidas, o progresso tecnológico constitui não somente o fator básico do crescimento mas também elemento fundamental da própria estabilidade social"². Isto ocorre porque a acumulação de capital caminha à frente da disponibilidade de mão-de-obra, o mesmo ocorre com os investimentos realizados no bem-estar dos trabalhadores. O resultado deste processo é a ampliação do acesso dos trabalhadores aos frutos do desenvolvimento, seja pela elevação dos salários reais, seja pela redução da jornada de trabalho.

Esta situação favorável dos trabalhadores poderia levar à estagnação através de uma redistribuição em favor dos assalariados, o que acarretaria uma queda na taxa de poupança da coletividade e na taxa de investimento. Mas, "Isso não ocorreu, entretanto, porque a classe capitalista tem em suas

¹ É evidente que posteriormente Furtado abandonou a postura estagnacionista e reconstruiu seu aparato teórico mostrando a compatibilidade entre aumento da desigualdade de renda e crescimento econômico. Ver entre outras obras: FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1974; e FURTADO, Celso. *Análise do "modelo" brasileiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

mãos um poderoso instrumento de contra-ataque, que é a orientação e o controle do progresso tecnológico.”³ Às pressões para elevação dos salários, os capitalistas respondem com o desenvolvimento de tecnologias poupadoras de mão-de-obra que compensam a escassez relativa de força de trabalho nas economias desenvolvidas. “Desta forma, existe um antagonismo de caráter social entre os capitalistas e a classe trabalhadora, com respeito à divisão do produto. Esse antagonismo, entretanto vai sendo permanentemente superado por meio do crescimento do produto, o qual decorre necessariamente da assimilação de novas técnicas de produção”⁴.

No entender de Furtado, a urbanização nos países do capitalismo clássico permitiu a criação de uma sociedade estruturada em classes ao mesmo tempo antagônicas e complementares. Antagônicas na medida em que os capitalistas buscam o aumento dos lucros e os trabalhadores o aumento dos salários. Mas esta pressão da classe trabalhadora sobre os empresários estimula o desenvolvimento tecnológico. “Desta forma, o próprio antagonismo põe em movimento forças que engendram a sua superação. Ao tomar consciência deste fato, a classe capitalista percebeu a vantagem de institucionalizar o processo de antagonismo, o que foi feito através do reconhecimento e da regulamentação do direito de greve e de modificações nas instituições políticas visando a adaptá-las aos requerimentos de uma sociedade cujo dinamismo decorre do próprio antagonismo das classes que a constituem”⁵.

² FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, p. 6.

³ *Idem*, p.6.

⁴ *Idem*, p.7.

⁵ *Idem*, p.11.

Já as características do desenvolvimento econômico latino-americano são distintas. Após uma longa trajetória de integração com os mercados internacionais para a exportação de produtos primários, a crise no mercado de produtos primários a partir de 1929 faz com que os países latino-americanos sejam obrigados a realizar uma diversificação das estruturas econômicas para retomada do crescimento. Sendo assim, "A industrialização latino-americana não é o resultado da intenção consciente de romper com as esquemas tradicionais de divisão internacional do trabalho"⁶. A crise favorece investimentos no setor industrial ao comprometer a capacidade de importação e ao tornar os investimentos no setor exportador menos rentáveis. Realiza-se, nestas circunstâncias, um processo de industrialização por substituição de importações.

Outro aspecto no qual a industrialização latino-americana se distingue da industrialização clássica refere-se ao excedente estrutural de mão-de-obra. No capitalismo clássico, a produção manufatureira desalojava a produção artesanal porque tinha condições de apresentar oferecer seus produtos num mercado concorrencial a preços mais baixos em virtude da maior produtividade. Esta situação estimula a formação e difusão da mentalidade empresarial. "No caso da industrialização substitutiva, o supridor tradicional (externo) é eliminado em razão do colapso da capacidade para importar, o que permite à produção interna abrir-se caminho adotando uma política de altos preços. Instalados desde a fase inicial em posições monopolísticas ou oligopolistas, os industriais substituidores de importações procurarão nas fases subseqüentes reter tais privilégios"⁷.

⁶ *Idem*, p. 7.

⁷ *Idem*, p. 8.

O fato de realizar-se em uma época onde a tecnologia orienta-se sistematicamente no sentido de poupar mão-de-obra é outra especificidade da industrialização latino-americana. "Ao contrário dos países que se desenvolveram na fase clássica, durante a qual o avanço da técnica estava intimamente relacionado com os demais fatores causantes da aceleração do processo de desenvolvimento econômico e de mudança social, no atual processo de transformação das estruturas subdesenvolvidas a tecnologia constitui um fator exógeno de reduzida flexibilidade"⁸. Nestas circunstâncias, mesmo que a taxa de salários seja igual a zero, a mão-de-obra disponível não será ocupada, uma vez que a absorção dos fatores se define em função do tipo de tecnologia disponível e não pela disponibilidade dos fatores. "Em tais condições, torna-se inviável a formação de um mercado de fatores de produção que opere como mecanismo capaz de orientar as decisões dos empresários de forma compatível com os interesses da coletividade como um todo. As conseqüências, tanto no que respeita à distribuição da renda como à orientação dos investimentos são significativas. A incapacidade, que apresentam os países subdesenvolvidos para elevar adequadamente sua taxa de poupança e investimento, encontra aí uma de suas causas básicas"⁹. Há que se ter claro, segundo Furtado, que ao contrário do que muitas vezes se afirma o empresário dos países subdesenvolvidos não encontra no mercado um amplo espectro de técnicas alternativas.

O papel da urbanização na industrialização latino-americana também é distinto. O crescimento de alguns poucos grandes centros urbanos resulta muito mais do crescimento das

⁸ *Idem*, p. 8-9.

⁹ *Idem*, p. 9.

atividades mercantis decorrentes da especialização no comércio exterior e, numa segunda fase, da persistência da organização feudal do campo, da adoção de técnicas modernas em certos setores da agricultura, da concentração da renda, do crescimento relativo das atividades estatais e da aceleração do crescimento demográfico do que de modificações na estrutura ocupacional motivadas pela industrialização. O resultado é que as massas desempenham um papel distinto no processo econômico latino-americano, "A pressão que essa massa urbana de estrutura pouco definida exerce para ter acesso aos frutos do desenvolvimento, de nenhuma maneira deve ser confundida com as lutas da classe assalariada industrial, nos países de economia capitalista avançada, para elevar a sua participação na renda social. Neste último caso, trata-se de problema cuja solução vem sendo encontrada no campo da técnica, ao passo que no caso latino-americano a solução tende a ser eminentemente política. As grandes massas subempregadas das cidades latino-americanas aspiram a empregos que o sistema econômico não está criando em quantidade suficiente, razão pela qual constituem um crescente problema de ordem pública"¹⁰. Pode-se afirmar então que nos países capitalistas avançados, "os técnicos iam preparando as soluções para os problemas que surgiram dos conflitos sociais de maior significação no desenvolvimento capitalista. O caso presente das estruturas subdesenvolvidas, que constituem a regra na América Latina, é fundamentalmente diverso: a forma como penetra a técnica cria problemas com amplas projeções no plano social. Desta forma são os técnicos que, a serviço dos interesses de indivíduos e grupos provados, criam problemas cujas soluções requerem decisões de

¹⁰ *Idem*, p. 12.

natureza política"¹¹. E como decisões políticas envolvem juízos de valor, esta situação gera uma séria de tensões no processo político que comprometem a estabilidade das estruturas de poder.

Enfim pode-se afirmar que, "Enquanto o desenvolvimento, na modalidade do capitalismo clássico, criou condições de estabilidade social e abriu as portas ao reformismo, a situação dos países latino-americanos é fundamentalmente diversa: a própria penetração da técnica engendra a instabilidade social e agrava os antagonismos naturais de uma sociedade estratificada em classes"¹². A penetração no cenário latino-americano das idéias liberais e socialistas apenas dificulta o caminho do reformismo político na medida em que estas ideologias são produto de um processo histórico essencialmente distinto do latino-americano. "Se a análise do processo histórico latino-americano leva à conclusão de que, abandonadas ao *laissez-faire*, as economias da região tendem à estagnação e, por outro lado, de que os métodos de ação baseados na dialética da luta de classes resultam ser estéreis, caberia indagar que opções se apresentam à ação política orientada para a satisfação das aspirações coletivas, sabidamente polarizadas pelos ideais do desenvolvimento econômico e da modernização social"¹³.

Descartados o liberalismo e o socialismo, restam duas alternativas à ação política na América Latina. A primeira significa um autoritarismo crescente visando modificar as expectativas da população, "Para obter uma efetiva arregimentação mental da população seria necessário reduzir substancialmente a mobilidade social, interromper o processo

¹¹ *Idem*, p. 13.

¹² *Idem*, p. 13.

¹³ *Idem*, p. 14.

de urbanização e isolar o mais possível as massas de influências exteriores"¹⁴. A segunda alternativa seria uma política visando ao crescimento e à modernização através da planificação, abandonando todas as formas de *laissez-faire*. "Trata-se, por conseguinte, de modificações profundas, decorrentes de uma redefinição das funções do Estado que somente poderá realizar-se com o apoio de movimentos políticos de grande amplitude, capazes de alterar as bases atuais das estruturas de poder. Nas condições sociais que prevalecem na região, movimentos desse tipo somente se tornarão viáveis mediante a mobilização das massas urbanas heterogêneas que estão ascendendo à consciência política e vêm servindo de base àqueles que desafiam a estrutura tradicional de poder"¹⁵. Esta seria, segundo Furtado, a atitude que na América Latina corresponderia ao socialismo europeu. Deve assumir uma posição política que se afasta da dialética da luta de classes. A base ideológica do socialismo latino-americano seria a luta pela superação do subdesenvolvimento. Neste processo a própria estrutura política do Estado nacional sairia fortalecida, "a estagnação econômica engendra o enfraquecimento do marco político e a perda progressiva da capacidade de autodeterminação, o que por seu lado limita a capacidade de superar os obstáculos ao desenvolvimento. Desta forma, a luta pela superação do subdesenvolvimento e pela preservação de uma personalidade nacional com autodeterminação, se integram dialeticamente na prática da ação política"¹⁶.

Exposta a alternativa que resta à América Latina, Furtado analisa "Os obstáculos que, nos países latino-

¹⁴ *Idem*, p. 15.

¹⁵ *Idem*, p. 15.

¹⁶ *Idem*, p. 17.

americanos, se opõem ao surgimento de amplos movimentos de massas, capazes de romper a inércia do subdesenvolvimento". O autor identifica tanto obstáculos de origem externa quanto interna.

O primeiro problema de ordem externa que se coloca, segundo Furtado, é a redução da margem de autodeterminação na busca de meios para enfrentar a estagnação econômica em virtude da crescente alienação de soberania imposta pelas questões segurança dos Estados Unidos. Então Furtado coloca-se a pergunta sobre "que grau de compatibilidade existe entre os interesses dessa segurança e a revolução latino-americana?"¹⁷. A resposta de Furtado identifica apenas duas alternativas para os países da região, "a integração política e econômica sob hegemonia dos Estados Unidos, com uma situação particular a ser definida dentro da esfera de influência dessa superpotência, ou deslocamento dessa esfera de influência. Neste segundo caso, entretanto, o país em questão poderá apenas aspirar a ter uma soberania "tolerada" dentro de regras arbitradas em cada caso pela potência dominante"¹⁸. Uma parte do problema está no fato da "segurança" dos Estados Unidos incluir a manutenção do *status quo*, a permanência dos grupos tradicionais no poder o que representa, no entender de Furtado, um entrave ao desenvolvimento¹⁹. Outra face da questão é o poder das grandes corporações americanas sobre o sistema econômico latino-americano, "Convocadas para atuar na América Latina com uma série de privilégios, fora do controle da legislação antitruste dos Estados Unidos e com a cobertura político-militar desse país, as grandes empresas norte-americanas

¹⁷ *Idem*, p. 22.

¹⁸ *Idem*, p. 40.

¹⁹ *Idem*, p. 41.

terão necessariamente que transformar-se em um superpoder em qualquer país latino-americano"²⁰ e, posteriormente, afirma que "a grande empresa norte-americana parece ser um instrumento tão inadequado para enfrentar os problemas do desenvolvimento latino-americano quanto um poderoso exército motorizado resulta ser ineficaz ao enfrentar uma guerra de guerrilhas"²¹. O resultado desta trajetória seria o aumento das tensões sociais e o aumento da ação repressiva do Estado. A superação destes entraves demanda a mobilização da população uma vez que as soluções são políticas e não técnica. E neste processo o princípio da nacionalidade continua sendo fundamental²².

Vejamos agora quais os fatores estruturais internos que, segundo Furtado, impedem o desenvolvimento. Na conjuntura dos anos 60, os limites se manifestam através do aumento da inflação e da queda nas taxas de crescimento. O processo de desenvolvimento da América Latina inicia-se com a integração ao mercado mundial. O resultado foi a dinamização da economia através da exportação de produtos primários, "a extraordinária rapidez do processo de desenvolvimento *hacia afuera* encontra sua explicação, do lado latino-americano, tendo-se em conta a ação convergente dos seguintes fatores: a) disponibilidade de fatores num sistema econômico de tipo pré-capitalista; b) existência de um segmento da classe dirigente com motivação schumpeteriana, isto é, orientado para a criação de novas linhas de exportação e produção como forma de defender ou aumentar o seu prestígio e influência; e

²⁰ *Idem*, p. 44.

²¹ *Idem*, p. 45.

²² "O êxito de uma política de desenvolvimento na América Latina dependerá fundamentalmente da capacidade daqueles que a liderem para mobilizar a participação, em graus diversos, de grande parte da população, e essa tarefa somente poderá ser realizada a partir dos centros políticos

c) existência de uma organização política suficientemente articulada para servir de instrumento ao grupo dirigente em seu esforço visando à eliminação dos principais obstáculos antepostos pela estrutura social semi-feudal ao processo de integração na economia internacional em rápido desenvolvimento"²³.

A crise de 1929 abriu espaço para a reversão desta integração ao reduzir as exportações e limitar a capacidade de importar. Segundo Furtado, o fechamento das economias nacionais assumiu duas formas, "A primeira, consistiu simplesmente em reversão dos fatores aplicados em atividades dependentes do setor exterior ao âmbito da economia pré-capitalista, na agricultura ou no artesanato. A segunda, consistiu na industrialização"²⁴. Na prática, as duas saídas conviveram em toda a região. No entanto, a industrialização apenas avançou onde as dimensões do mercado interno eram suficientes e permitiam o alcance de taxas de crescimento relativamente altas²⁵.

A industrialização latino-americana ocorre através da substituição de importações. Modifica-se a estrutura produtiva através da redução da participação das importações na oferta global. Certos itens deixam de ser importados para serem produzidos internamente e cresce a importação de bens de substituição mais difícil. E, de acordo com Furtado, a continuidade do processo de substituição tende a gerar pressões inflacionárias na medida em que o crescimento da renda *per capita* tende a modificar a composição da demanda

nacionais e com base em valores e ideais de cada nacionalidade." *Idem*, p. 47.

²³ *Idem*, p. 55.

²⁴ *Idem*, p. 72.

²⁵ *Idem*, p. 72.

sem que a estrutura da oferta transforme-se com a rapidez requerida²⁶.

A substituição de importações inicia-se pelo setor de bens de consumo não duráveis. Uma vez esgotada esta etapa, a manutenção das taxa de crescimento só ocorre se o processo de substituição avançar para os setores de bens de consumo duráveis e bens de capital. Regra geral, o desenvolvimento destes setores implica um elevado coeficiente de capital por trabalhador, e uma redução na relação produto-capital²⁷. "Esta segunda fase da industrialização substitutiva apresenta um outro aspecto de grande relevância. As indústrias de bens de capital, pelo fato de que enfrentam maiores obstáculos decorrentes das limitadas dimensões do mercado e da falta de meios adequados de financiamento de suas vendas, somente encontram condições de desenvolvimento quando os preços relativos neste setor alcançam níveis extremamente elevados"²⁸.

Nestas circunstâncias, a elevação dos preços relativos dos equipamentos causada pelo declínio na relação produto-capital, segundo Furtado, tende a gerar uma queda da taxa de lucro uma vez que a taxa de salários é determinada por fatores exógenos ao mercado²⁹. Outro aspecto desta fase do processo salientado por Furtado é que "A elevação no coeficiente de capital por unidade de emprego, em condições de estabilidade na taxa de salário, opera no sentido de concentrar a renda"³⁰. E, em seguida, acrescenta, "o processo de concentração da renda atua em duas direções. Por um lado,

²⁶ *Idem*, p. 73.

²⁷ *Idem*, pp. 78-79.

²⁸ *Idem*, p. 79.

²⁹ "Tendo em conta que a taxa de salário está determinada por fatores exógenos ao mercado, sendo estável, é de esperar que o declínio na relação produto-capital, causado pela elevação dos preços relativos dos equipamentos, traduza-se em redução da taxa de lucro." *Idem*, p. 79.

tende a elevar o coeficiente de capital, dando lugar a um mecanismo cumulativo pois a elevação do coeficiente de capital por unidade de emprego causa nova concentração de renda, se a taxa de salário se mantém estável. Por outro lado, tende a reduzir a taxa de crescimento, na medida em que provoca declínio na relação produto-capital, em consequência da concentração de investimentos nas indústrias de bens duráveis de consumo, com respeito às quais são maiores os obstáculos causados pelas inadequadas dimensões do mercado; como também, na medida em que provoca redução relativa dos investimentos no setor agrícola, onde a formação de capital se efetiva, em grande parte, através de absorção de mão-de-obra proveniente do setor pré-capitalista"³¹.

Estas características do processo de industrialização fazem com que os setores de ponta só desenvolvam nos países onde há um amplo mercado interno que permita superar os entraves iniciais³². Mas não impede que a crise venha a se manifestar. Na maior parte da América Latina já se constata, nos anos 60, a exaustão do "desenvolvimento como um processo espontâneo, isto é, como decorrência da atuação de certos grupos sociais empenhados em maximizar os seus benefícios materiais e a sua influência sobre os demais grupos componentes de uma comunidade nacional"³³.

Este padrão de desenvolvimento da América Latina demonstra a especificidade da trajetória histórica da região em relação à Europa Ocidental e EUA. Não ocorre na América Latina uma transição rumo ao capitalismo vigente naquelas regiões, mas reforça-se o dualismo do mercado de trabalho, o

³⁰ *Idem*, p. 81.

³¹ *Idem*, p. 81.

³² *Idem*, p. 84-85.

³³ *Idem*, p. 87.

hiato entre o setor moderno e o setor pré-capitalista³⁴. Esta situação invalida os modelos teóricos que formulam políticas de desenvolvimento baseados na hipótese de convergência. Pois, ao contrário do que ocorre com os países de industrialização clássica, há na América Latina "um conflito entre interesses de grupos que controlam o processo de formação de capital e os da coletividade como um todo"³⁵. Nestas circunstâncias, uma política visando deter a tendência a longo prazo para a estagnação deve assumir a forma de uma ação consciente e deliberada "visando a criar relações estruturais e a condicionar formas de comportamento capazes de engendrar um processo social no qual o desenvolvimento econômico seja componente necessário"³⁶.

Exposta a situação geral latino-americana, Furtado busca retratar o caso específico do Brasil. A industrialização brasileira segue o padrão latino-americano de substituição por importações. Mas, segundo Furtado, "A ausência de uma política diretora do processo de industrialização teve, no caso brasileiro, conseqüências negativas que merecem referência particular. Assim, como não se preparou a infra-estrutura que requeria a transição de uma economia exportadora de produtos primários para outra de base industrial, agravaram-se as disparidades entre as diversas regiões do País. À falta de uma infra-estrutura que facilitasse a mobilidade da mão-de-obra e a circulação de bens, a economia permaneceu compartimentada regionalmente"³⁷. Ou seja, a industrialização reforçou as desigualdades regionais ao concentrar os benefícios do aumento de produtividade.

³⁴ *Idem*, p. 87.

³⁵ *Idem*, p. 88.

³⁶ *Idem*, p. 89.

³⁷ *Idem*, p. 97.

Outras características da industrialização brasileira são a concentração de investimentos em indústrias produtoras de bens menos essenciais e a sobrecapitalização e sobremecanização da indústria. Como consequência surgem sérias distorções no sistema econômico com excesso de capacidade em alguns setores e insuficiência noutros. Outra consequência é o desequilíbrio ao nível dos fatores. "Nas economias subdesenvolvidas do tipo latino-americano, os salários pagos no setor industrial são artificialmente elevados, o que se deve a uma série de fatores sociológicos e políticos. Este fato engendra a tendência a sobremecanizar as indústrias, na linha da tecnologia disponível, o que por seu lado cria condições para fortalecer a política de manutenção de um nível distinto de salários, bem superior ao que prevalece nos setores em que labuta a grande maioria da população"³⁸.

A baixa participação política da classe industrial é outro entrave ao desenvolvimento da economia brasileira. O afastamento dos industriais das questões políticas faz, segundo Furtado, com que a modernização das instituições políticas brasileiras seja muito lenta, o poder se perpetua assim nas mãos dos grupos tradicionais. Com isso, na medida em que as massas se incorporam ao processo político após a industrialização, a legitimidade dos governos é permanentemente contestada. "A emergência de uma sociedade de massas abrindo caminho ao populismo, sem que se hajam formado novos grupos dirigentes capacitados para estruturar um projeto de desenvolvimento nacional em contraposição à ideologia tradicionalista, constitui a característica mais saliente do processo histórico brasileiro nos últimos dois decênios". Nesse sentido, o papel dos militares é assegurar a

³⁸ *Idem*, p. 98.

continuidade da dominação dos grupos tradicionais. No entanto, inviabilizam o reformismo, mas não conseguem acabar com as pressões das massas.

Furtado conclui reafirmando que a superação do subdesenvolvimento demanda uma ação consciente do Estado em favor do desenvolvimento através do planejamento. Dentro dos marcos do liberalismo econômico, as economias subdesenvolvidas permanecerão subdesenvolvidas e estagnadas. A mesma idéia encontra-se em Teoria e política do desenvolvimento econômico, "Indicamos que, para romper os obstáculos estruturais responsáveis pela estagnação, torna-se necessário atuar sobre a oferta - para dar-lhe maior flexibilidade - e sobre a procura, cujo perfil deveria ser modificado. O problema passa a ser, portanto, a coordenação das modificações que estão sendo introduzidas na composição da procura, com aquelas que se estão realizando na estrutura da oferta. Essa complexa coordenação de decisões somente é viável no quadro do planejamento, isto é, de uma estratégia capaz de condicionar os processos econômicos no seu conjunto. Nesta perspectiva, o planejamento é essencialmente uma técnica a serviço de uma política de modificação das estruturas econômicas. A superação do dualismo estrutural e a eliminação do subdesenvolvimento dependem cada vez mais de condições que permitam formular essa política e aplicar essa técnica"³⁹.

Furtado identifica o capitalismo desenvolvido com uma situação de equilíbrio permanente na relação entre capitalistas e trabalhadores, que impulsiona a taxa de crescimento; o mesmo não ocorre na América Latina, com isso a estagnação torna-se a consequência lógica. O planejamento

³⁹ FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo, Nacional, 1986, p.291.

deve substituir na América Latina o conflito entre capitalistas e trabalhadores.

A defesa das políticas de planejamento deve envolver toda a nação, é a nação contra o subdesenvolvimento. No caso da América Latina os conflitos apenas contribuiriam para a perpetuação do subdesenvolvimento. As reformas devem ser um projeto nacional, assume-se que o desenvolvimento seja do interesse de todos. Os adversários são apenas os grupos ligados à dependência externa, o setor tradicional. Furtado não identifica o setor industrial como beneficiário da dependência e como um dos beneficiários de sua continuidade na medida em que toma a dependência por uma relação exclusivamente externa.

Dentro do pensamento de Furtado não seria possível pensar a queda das taxas de crescimento apenas como um momento do ciclo uma vez que estes não aparecem na análise que o autor realiza das economias desenvolvidas, sendo assim a queda nas taxas de crescimento deve ser explicada como uma especificidade do subdesenvolvimento e não como parte da dinâmica normal das economias capitalistas .

O trabalho de Furtado é um ensaio de interpretação histórica cujo eixo central é a formação da economia nacional, é o movimento de longa duração da economia, e a análise (e julgamento) das conjunturas específicas se faz em função desta visão de formação de uma economia nacional autônoma e integrada. Sendo assim, se no que se refere à análise de conjuntura a visão de Furtado mostrou-se equivocada já que as taxas de crescimento se elevaram no período seguinte, já no que diz respeito ao movimento de longa duração, pensando dentro da visão de Furtado, constata-se que a economia brasileira não conseguiu manter taxas estáveis de crescimento. Há duas décadas que a economia vive

de pequenos surtos de crescimento seguidos de recessão. O que do ponto de vista da análise de Furtado poderia ser considerado estagnação, como o não-desenvolvimento. A estagnação, neste contexto, tem dois significados distintos, mas que naquele momento estavam associados, o de perpetuação do subdesenvolvimento e o de queda das taxas de crescimento.

A visão normativa de Furtado faz com que o autor pense a América Latina a partir de uma idéia de "capitalismo certo", não contraditório. Como resultado, a análise do autor passa a pensar o capitalismo keynesiano como "o capitalismo", e não como o resultado de um conjunto de lutas sociais e de um determinado estado da luta de classes⁴⁰, mas que também pode se modificar e assumir formas perversas.

Outro problema é a forma como interpreta o desenvolvimento tecnológico nos países centrais. Também nestes o resultado do desenvolvimento tecnológico foi o desemprego e os baixos salários. As modificações foram o resultado da luta de classes, uma luta por direitos cujo resultado foi a elevação do nível de vida das massas pela incorporação ao seu estilo de vida dos frutos do desenvolvimento capitalista, que permitiu uma construção da nação⁴¹. Não houve uma direção consciente que levasse a estruturação do que veio a se chamar Estado do Bem-Estar. O reformismo não é um projeto político, é uma reação dos grupos ligados ao *status quo* diante do avanço das classes subalternas. Reforma-se para evitar a revolução. Não havendo

⁴⁰ O equívoco desta visão pode ser constatado através da análise de Adam Przeworski sobre a formação e a consolidação da social-democracia na Europa como resultado de um determinado momento histórico, capítulo 1 de: PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo, Companhia de Letras, 1989. Em obra escrita nos anos 90, ou seja, após a desestruturação do Estado do bem-estar europeu, Furtado já apresenta uma tese distinta da esboçada nos anos 60, ver: FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. São Paulo, Paz e Terra, 1999, especialmente pp. 76-77.

a possibilidade concreta da revolução não há porque realizar reformas. Ao não perceber a dinâmica política e conflituosa dos países capitalistas avançados, Furtado ancora o projeto reformista em posturas tecnocráticas. Mas as transformações sociais não ocorrem apenas por razões técnicas, mas porque são incorporadas ao projeto de dominação de determinados grupos sociais. Furtado em alguns momentos percebe a necessidade da mobilização social, mas como pensa em termos da nação contra o subdesenvolvimento, pensa as "massas heterogêneas" enquanto substrato social adequado. Desse modo, não percebe a segmentação das massas, a diversidade de interesses. Assim, os resultados da análise política de Furtado mostram-se bastante limitados, fazendo com que o autor identifique o golpe de 1964 com a pastorização, não percebeu que os novos grupos industriais também participavam do novo grupo político dominante, que estes grupos apoiavam o projeto, liderado pelos militares, de redefinição institucional do capitalismo brasileiro⁴².

E, neste ponto, manifesta-se a debilidade da idéia de dependência enquanto um fenômeno ligado exclusivamente ao setor externo. Ora, a industrialização não só perpetua a dependência externa na medida em que demanda novos tipos de importações como também internaliza a dependência ao estreitar os vínculos entre o capital nacional e o capital internacional. Todos são beneficiários do "modelo brasileiro de desenvolvimento" e, portanto, não estão dispostos a participar de uma frente ampla pelo "desenvolvimento" da nação ou ainda a assumir a defesa do projeto de reformas de Furtado. O objetivo dos capitalistas não é, aqui ou nos

⁴¹ BENDIX, Reinhard. *Construção nacional e cidadania*. São Paulo, Edusp, 1996.

⁴² GUIMARÃES, Cláudia Maria Cavalcanti de Barros. *1964 Estado e economia: a nova relação*. Tese de doutorado, IE-UNICAMP, 1990.

países desenvolvidos, formar a nação, a economia nacional, mas sim a acumulação de capital.

E, desse modo, podemos concordar com Juarez Guimarães, quando afirma que o diagnóstico estagnacionista de Furtado é decorrente das virtudes excessivas do modelo de Furtado. "Trata-se de um exemplo claro das falhas decorrentes das "virtudes excessivas" do campo analítico-normativo de Furtado. Em sua exaltação da necessária autonomia nacional de um projeto de desenvolvimento, Furtado não percebeu as dinâmicas inovadoras do capitalismo e as possibilidades de uma industrialização intensiva via associação com o capital estrangeiro. Em sua ênfase no dualismo das estruturas, considerado entrave fatal a uma dinâmica sustentada de crescimento, Furtado ignorou as possibilidades de uma acumulação capitalista que se nutria da combinação perversa das desigualdades"⁴³.

⁴³ GUIMARÃES, Juarez. A trajetória intelectual de Celso Furtado. In: Tavares, Maria da Conceição (org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 27.

Parte II

O CAPITALISMO DEPENDENTE E
SEUS LIMITES

Capítulo 2

Tavares e Serra: a crise como parte do movimento do capitalismo

O objetivo de Maria da Conceição Tavares e José Serra é realizar a crítica da concepção estagnacionista de Furtado e apresentar a crise dos anos 60 como uma crise cíclica. Nesta análise a principal questão é sobre quais as condições adequadas para a continuidade do processo de acumulação de capital, sobre as condições nas quais ocorre o desenvolvimento capitalista. Mostra-se que pode haver desenvolvimento mesmo com deterioração do contexto social. "Nossa idéia é de que a crise que acompanha o esgotamento do processo substitutivo representa no essencial, pelo menos no caso de alguns países, uma situação de transição a um novo esquema de desenvolvimento capitalista. Este pode apresentar características bastante dinâmicas e ao mesmo tempo reforçar alguns traços do "modelo" substitutivo de crescimento em suas etapas mais avançadas, ou seja, a exclusão social, a concentração espacial, bem como o atraso de certos subsetores econômicos quanto aos níveis de produtividade"¹.

Nesse sentido, desemprego estrutural, subemprego, marginalidade, pobreza, subconsumo não são fatores determinantes da dinâmica capitalista. Ou seja, o fato das sociedades latino-americanas apresentarem estas características não significa que elas apresentem problemas de crescimento. Estes elementos não são entraves à dinâmica econômica. A dinâmica econômica é determinada por questões

¹ TAVARES, Maria da Conceição e SERRA, José. Além da estagnação. In: TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973, p. 157.

relacionadas com a absorção de poupança, oportunidades de investimentos, etc. Desse modo, a ampliação do mercado interno através da modernização da agricultura não constitui um pré-requisito para o desenvolvimento capitalista na América Latina. Assim, "poder-se-ia dizer que enquanto o capitalismo brasileiro desenvolve-se de maneira satisfatória, a nação, a maioria da população, permanece em condições de grande privação econômica, e isso, em grande medida, devido ao dinamismo do sistema ou, ainda, ao tipo de dinamismo que o anima"².

O tamanho do mercado não depende do número de pessoas. A questão é a dinâmica do mercado independentemente de quanto da população dele participa. Além disso, talvez se possa afirmar que o capitalismo latino-americano, comparado aos países desenvolvidos, apresenta uma contradição mais aguda entre a produção e a realização da mais-valia, mas, ainda assim, não é possível afirmar uma tendência à estagnação. Portanto, as conclusões de Celso Furtado estão equivocadas. Associar a perda de dinamismo da industrialização ao padrão de distribuição de renda e à ausência de um mercado socialmente integrado e à utilização de tecnologia intensiva em capital constitui um grave erro de interpretação. "Parece evidente que o autor considera a evolução da relação produto-capital como um aspecto essencial no processo de estagnação econômica, embora esta categoria seja mais propriamente um resultado do processo econômico, ao contrário do que sucede com categorias relacionadas com o comportamento (como a taxa de lucro esperada). Por isso não nos permite explicar a dinâmica de uma economia capitalista. Ao tomar suas decisões de investimento, o empresário está preocupado com a taxa de lucro que poderá obter, ou seja, o fundamental será o lucro

² *Idem*, p.158.

esperado sobre o investimento que virá a realizar. A relação produto-capital não faz parte dos cálculos empresariais e constitui, melhor dizendo, um parâmetro tecnológico em termos físicos e um resultado em termos de valor para cada setor ou atividade em operação"³.

A perda de dinamismo da industrialização substitutiva brasileira está relacionada à queda na taxa de investimento e com as causas desta queda. A relação produto-capital não atua sobre estes fatores. Associado a isso está outro equívoco de Furtado que é supor a igualação das taxas de lucro. Num mercado imperfeito e marcado pelos monopólios tecnológicos é de se esperar que a taxa de lucro varie entre as diferentes indústrias e seja maior nos estratos mais modernos⁴. Segundo Serra e Tavares, "se o progresso técnico é poupador de capital, haverá uma menor demanda de insumos de capital por unidade de produto, o que tende a frear os possíveis efeitos negativos da acumulação sobre a relação produto-capital. Não obstante, no entender de Furtado, o caso mais comum é aquele em que o progresso técnico poupa mão-de-obra. No entanto, ainda nessa circunstância a relação produto-capital só cairá se o aumento relativo da produtividade do trabalho se tornar menor que o aumento relativo da dotação de capital por trabalhador. Além disso, se, neste caso, a relação produto-capital declina, é possível que a taxa de mais-valia aumente de modo suficiente para provocar um aumento do excedente a ser investido"⁵. É possível que em algumas atividades, ao avançar a substituição, a relação produto-capital caia, mas não é possível generalizar a afirmação de que a relação

³ *Idem*, p. 161.

⁴ Assim é errônea "a causalidade que estabelece Furtado no sentido de que a igualdade das taxas de lucro implica que a relação produto-capital varie de modo inverso ao coeficiente capital por trabalhador, dado que se apóia numa relação puramente formal". In: *Idem*, p. 164.

produto-capital caia com a instalação das indústrias metal-mecânica e de base. Segundo os autores, mesmo partindo do modelo neoclássico adotado por Furtado dificilmente poder-se-ia afirmar a inevitabilidade da estagnação.

Uma vez exposto e criticado o modelo de Furtado, Tavares e Serra partem para a análise da crise e da recuperação da economia brasileira. Segundo os autores, a crise tem uma relação estrutural com o esgotamento do dinamismo da industrialização por substituição de importações, ela é o resultado do esgotamento do pacote de investimentos do Plano de Metas. A crise demonstrava a necessidade de um novo pacote de investimento, a ausência deste está ligada à estrutura da demanda e às condições de financiamento. Com relação à demanda, a concentração da renda limitava a diversificação e expansão do consumo dos grupos médios. Quanto ao financiamento, "os recursos necessários ao financiamento de novos projetos de investimento privado estavam limitados pela evolução da relação excedente-salários e os de investimento público pela relação gastos-carga fiscal, além dos problemas existentes para a definição dos próprios projetos"⁶.

Deste modo, do ponto de vista da demanda, a solução para o sistema era uma alteração da composição da demanda através da concentração da renda nas camadas médias e altas e aumentar a relação excedente-salários através da compressão dos salários dos trabalhadores menos qualificados.

Durante o período anterior a crise, a inflação atua como mecanismo de financiamento ao garantir artificialmente a rentabilidade, isso ocasiona um sobreinvestimento. No entanto, com o aumento da inflação, aumentaram também as pressões trabalhistas tornando o sistema instável. A taxa de

⁵ *Idem*, p. 165.

⁶ *Idem*, p. 168.

investimento cai e generaliza-se capacidade ociosa. A primeira fase da crise é marcada pela política do governo de tentar distribuir renda e controlar a inflação. Há também uma redução nos investimentos públicos. Contraem-se também os investimentos nos setores mais dinâmicos em virtude dos ataques ao capital estrangeiro.

O período 64-66 marca a segunda fase da crise, as políticas adotadas pelo novo governo aprofundam a depressão, mas são funcionais ao sistema na medida em que permitem a eliminação da capacidade produtiva excedente e a compressão salarial, favorecendo assim o aumento dos lucros. Além disso, as reformas do sistema tributário e do mercado de capitais permitiram a formação de um novo esquema de financiamento. E, o conjunto destas medidas, associadas aos projetos do governo em parceria com o capital estrangeiro, permitiu a elevação das taxas de investimento. "O capitalismo brasileiro tinha condições para passar a um esquema de expansão cujos estímulos emanavam do próprio sistema (sem que isto significasse o enfraquecimento dos laços de dependência externa, tornando-os, pelo contrário, mais estreitos)"⁷.

Os autores passam, então, a analisar as características do recente desenvolvimento capitalista no Brasil. Criticam aqueles que enfocam as maldades ou desvios do sistema, pois, segundo Tavares e Serra, quando análise centra-se no "dever ser" perde-se a compreensão do porque é assim. Para os autores, "No caso do Brasil, pode-se dizer que a crise econômica de meados da década passada expressa também - como já foi dito - uma transição, não a uma nova economia, mas a um novo estilo de desenvolvimento capitalista que supõe, dada a existência de uma base produtiva adequada, um novo esquema de concentração de poder e renda, bem como novos mecanismos

de estímulo, adequados a outra etapa de integração com o capitalismo internacional. Cremos que os transtornos verificados nessa economia não correspondem ao fenômeno da estagnação em sua acepção comum, apesar da redução da taxa global de crescimento verificado entre 1962-1967"⁸.

O que determina a capacidade de difusão da expansão é o peso relativo dos setores dinâmicos na estrutura global e seu grau de complementação interna e externa. "No caso de países como México e Brasil, tendo-se conseguido superar as eventuais contradições internas (a nível das diferentes classes e setores ou subsetores), alcançou-se uma adaptação flexível ao esquema da "nova" dependência, podendo estes países expandir-se e crescer razoavelmente - no caso do México sem crise e, portanto, de forma muito mais sustentada - apoiados em seus mercados internos, de dimensões absolutas superiores aos demais"⁹. Considerando estes fatores, o Brasil apresenta vantagens na medida em que os setores de ponta têm maior peso e complementaridade em sua economia e há uma estreita associação entre o Estado e o capital internacional. O Estado, não tendo mais um compromisso com a burguesia nacional, tem a possibilidade de realizar as reformas institucionais necessárias.

A acumulação de capital também apresenta alguns traços características na América Latina. As empresas líderes têm condições de se apropriar de uma parcela maior do excedente devido à produtividade mais alta, aos baixos salários, e à ausência de concorrência. Nestas economias há uma grande acumulação interna de lucros dentro das empresas devido à disparidade entre o ritmo de crescimento dos salários e o da

⁷ *Idem*, p. 172.

⁸ *Idem*, p. 175.

⁹ *Idem*, p. 177.

produtividade e devido aos subsídios dados pelo Estado. Outra fonte de recursos é o mercado de capitais que viabiliza o aumento endividamento e permite um controle mais orgânico da expansão capitalista e orienta a integração do capital nacional com o estrangeiro¹⁰. Além destas, outras formas de acumulação no Brasil são: a continuidade do processo de acumulação primitiva através da incorporação de novas áreas para a exploração dos recursos naturais e a aceleração da acumulação via aumento do excedente extraído dos trabalhadores.

Expostos os mecanismo da acumulação, os autores buscam retratar as especificidades do progresso técnico na periferia, "o caráter que assume o processo de incorporação e difusão do progresso técnico resulta de uma sucessão de formas dominantes de expansão, em que a forma anterior pode atrasar-se rapidamente visto que a perda de sua capacidade relativa de geração e retenção de excedente está associada a uma tendência ao "congelamento tecnológico" relativo. Assim sendo, atividades, setores ou áreas que foram dinâmicos e modernos num momento passado, ficam relegados a um estrato intermediário ou poderiam até, numa perspectiva de longo prazo, assimilar-se ao chamado primitivo, pelo menos no que se refere aos contrastes nos níveis de produtividade no interior do sistema econômico. Isso implica que o processo tenda a acentuar a heterogeneidade estrutural do sistema e também a modificar as condições concretas em que ela se apresenta. Esta última consideração se revela no fato de que não são as mesmas partes ou estratos do aparelho produtivo que se distanciam em termos de produtividade com o passar do

¹⁰ *Idem*, p. 181.

tempo, mas sim que as "colocações" relativas dos principais segmentos vão-se modificando"¹¹.

Segundo Tavares e Serra, a forma assumida pelo progresso técnico no Brasil não permite afirmar que o sistema produtivo tende se a homogeneizar. Pelo contrário, a tendência predominante no capitalismo dependente é a heterogeneidade estrutural. A convivência de setores produtivos que utilizam diferentes níveis de tecnologia. Esta situação favorece a concentração da renda. Ao manter polarizada a circulação do excedente pode-se obter uma maior taxa de rentabilidade. Os incentivos estatais também favorecem a rentabilidade do setor moderno. Este esquema de acumulação coloca problemas de realização que são resolvidos pela desconcentração e reconcentração periódicas das rendas. Deste modo, "é possível concluir que a modernização e a intensificação do capital tendem, efetivamente, a processar-se, em cada etapa de expansão, de modo restrito a algumas áreas e subsetores. Com isso, enquanto ampliam-se os estratos modernos, aprofunda-se, necessariamente, a heterogeneidade estrutural"¹². Mas isto não caracteriza um dualismo como afirmado nos anos 50.

Outro ponto a ser ressaltado é que, para os autores, a geração insuficiente de emprego produtivo não é resultado da adoção de tecnologia importada inadequada às condições da periferia, mas o problema é a forma como se utiliza o excedente derivado de sua aplicação.

Outro tópico abordado é a importância da formação de conglomerados para compatibilizar de forma mais eficiente a formação real de capital com a acumulação financeira para evitar o aprofundamento das crises de realização. E sobre estas afirmam:

¹¹ *Idem*, p. 183.

¹² *Idem*, p. 188.

"Nossa hipótese é de que a tendência à crise de realização, inerente a qualquer sistema capitalista, adquire características mais dramáticas e específicas nos sistemas dependentes subdesenvolvidos, como o brasileiro. Essas características estão relacionadas com a necessidade de mudanças permanentes e descontínuas na forma da assinação de recursos (geração, apropriação e utilização do excedente), explicadas, por sua vez, pelo caráter solidário da economia com os esquemas renovados de divisão internacional do trabalho. As economias latino-americanas e especialmente a brasileira "queimaram", historicamente, de modo cada vez mais rápido as etapas de expansão, induzidas pelo comportamento de seus setores dinâmicos, integrados de forma dependente ao esquema de divisão internacional do trabalho. Isto é consequência, dadas as condições de maior ou menor geração de bases internas de auto-sustentação do processo de expansão, do fato de que nossas economias, ao serem incapazes de gerar e controlar endogenamente suas formas de incorporação do progresso técnico, passam a ter possibilidades muito limitadas de integrar-se no mercado internacional. Isto conjugado com a impossibilidade de geração interna da modernização, encurta os períodos em que se torna necessário reorientar - e cada vez mais intensamente - o excedente intercambiável"¹³.

Segundo os autores, uma saída seria uma maior integração no mercado internacional que suavizaria as transformações, já que o mercado externo aumentaria o raio de manobra do processo econômico interno¹⁴. E, por fim, concluem reiterando a capacidade de expansão do capitalismo brasileiro.

Ao abandonar o que chamam de "dever ser", Tavares e Serra privam-se de uma possibilidade de realizar a crítica do sistema que não se reduza às condições do processo de acumulação. "Além da estagnação, de Serra e Conceição Tavares, marca a ruptura com o modo de interpretar as relações contraditórias entre desenvolvimento nacional e

¹³ *Idem*, p. 205.

anacronismos de sociedade colonial. Ao abstrair os condicionantes socioculturais que caracterizam a especificidade dos espaços econômicos nacionais, o novo enfoque reduziu a discussão do desenvolvimento nacional a uma questão pura e simples de dinâmica capitalista, ignorando que um dos grandes dilemas do desenvolvimento nacional consiste em conciliar valorização do capital e solidariedade orgânica entre as classes sociais"¹⁵. Por exemplo, deixa-se de lado a crítica das estruturas geradoras do desemprego, da marginalização para discutir se as políticas adotadas para combater o desemprego e a marginalização são adequadas ou não, o debate se reduz às políticas de conjuntura como afirma Goldenstein¹⁶.

Ao afirmar que "Uma eventual integração maior no mercado internacional permitiria a suavização das transformações, já que o mercado externo aumentaria o raio de manobra do processo econômico interno"¹⁷. A dependência, pensada apenas como relação com exterior, deixa de ser um problema, aceita-se a estabilidade e o caráter favorável das relações externas, subestima-se o papel instabilizador da economia mundial. Como afirma Goldenstein, "Tavares e Serra inovam levantando a hipótese da existência de uma instabilidade crônica decorrente da incapacidade do Brasil para gerar e

¹⁴ *Idem*, p. 205, nota 38.

¹⁵ SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis, Vozes, 1999, p. 49.

¹⁶ Sobre o período posterior, GOLDENSTEIN, Lúcia. *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994, afirma na página 49: "A concepção keynesiano-kaleckiana de que o investimento cria sua própria poupança, tomada ao pé da letra, levava à ilusão de que, findo o problema da dívida externa, a retomada dos investimentos não passaria por nenhum constrangimento de natureza financeira. O problema agora ficava restrito a opções de política econômica. Bastaria aplicar a política correta para que o país voltasse à sua rota de crescimento. A problemática da dinâmica do desenvolvimento do capitalismo na periferia ficava assim reduzida a uma questão de bom senso".

controlar endogenamente suas formas de incorporação do progresso técnico. Porém, apesar da lucidez de seus argumentos - e talvez devido à impossibilidade de previrem transformações que só ocorreriam muito mais tarde -, não avançam na análise do problema da incorporação e difusão do progresso técnico dentro do país, não levando em conta transformações no âmbito internacional que poderiam obrigar a uma redefinição da divisão internacional do trabalho e tornar mais complexa a dinâmica capitalista no país, questionando nossa capacidade de expansão "através de estímulos imanentes do próprio sistema"¹⁸.

¹⁷ TAVARES, Maria da Conceição e SERRA, José. *Op. Cit.*, p. 205.

¹⁸ GOLDENSTEIN, Lídia. *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994, p. 45. Ou ainda sobre o período posterior, p.49.

Capítulo 3

Fernando Henrique Cardoso: desenvolvimento dependente e associado

A análise de Cardoso ao afirmar o potencial do desenvolvimento capitalista dependente e associado consegue escapar às concepções estagnacionistas. Descarta o socialismo e o desenvolvimento autônomo, mas nega a estagnação na medida em que afirma o caráter dinâmico da associação entre o Estado, o capital internacional e o capital nacional.

No auge do desenvolvimentismo, a situação dos países da América Latina no pós-guerra parecia indicar a possibilidade de se alcançar o desenvolvimento auto-sustentado, a questão parecia ser apenas a de adotar as políticas adequadas. O Estado era considerado o centro impulsor destas transformações. "O pressuposto geral implícito nessa concepção era que as bases históricas da situação latino-americana apontavam para um tipo de desenvolvimento eminentemente nacional. Tratava-se, então, de fortalecer o mercado interno e de organizar os centros nacionais de decisão de tal modo que se tornassem sensíveis aos problemas do desenvolvimento de seus próprios países"¹.

No entanto, a partir do final dos anos 1950, o pessimismo e a insatisfação se generalizam. Cada vez mais se enfatiza os limites ao desenvolvimento, passa-se a perceber que os setores atrasados não acompanharam o ritmo das transformações ocorridas no setor industrial. Mesmo no Brasil, onde a industrialização por substituição de importações avançou até o setor de bens de capital, "seguiu,

¹ CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1970, p. 12.

nos anos 60, um período de estagnação relativa no qual continua submergida a economia brasileira"².

As análises anteriores sobre o desenvolvimento mostraram-se incapazes de explicar o curso tomado pelos acontecimentos. Assim, Cardoso e Faletto propõem-se apresentar uma análise alternativa que contemple a totalidade do processo, uma análise integrada do desenvolvimento que não fique restrita apenas à sua face econômica ou sociológica. "Para a análise global do desenvolvimento não é suficiente, entretanto, agregar ao conhecimento dos condicionantes estruturais a compreensão dos "fatores sociais", entendidos estes como novas variáveis de tipo estrutural. Para adquirir significação, tal análise requer um duplo esforço de redefinição de perspectivas: por um lado, considerar em sua totalidade as "condições históricas particulares" - econômicas e sociais - subjacentes aos processos de desenvolvimento, no plano nacional e no plano externo; por outro, compreender, nas situações dadas, os objetivos e interesses que dão sentido, orientam ou animam o conflito entre os grupos e classes e os movimentos sociais que "põem em marcha" as sociedades em desenvolvimento. Requer-se, portanto, e isso é fundamental, uma perspectiva que, ao realçar as mencionadas condições concretas - que são de caráter estrutural - e ao destacar os móveis dos movimentos sociais - objetivos, valores, ideologias - analise aquelas e estes em suas relações e determinações recíprocas"³.

O conceito de dependência será o eixo central desta análise integrada do desenvolvimento, na medida em que ele

² *Idem*, p. 13.

³ *Idem*, p. 21.

permite articular os componentes estruturais internos e externos sem estabelecer uma relação de causalidade⁴.

Neste enfoque há que ser ressaltado a especificidade histórica do subdesenvolvimento, que tem a sua origem na expansão do capitalismo, que "vinculou a um mesmo mercado economias que além, de apresentar graus variados de diferenciação do sistema produtivo, passaram a ocupar posições distintas na estrutura global do sistema capitalista"⁵. Nesse sentido, o subdesenvolvimento não é uma etapa no desenvolvimento do capitalismo, é um produto desse desenvolvimento. Além disso, a análise do subdesenvolvimento não pode apenas assinalar suas características econômicas estruturais, mas há que se fazer referência também ao processo social subjacente que gera uma dependência no plano político-social pelos vínculos que os grupos sociais dominantes estabelecem com o exterior. Tendo em vista esta abordagem pensar em centro e periferia é mais rico que falar em economias desenvolvidas e subdesenvolvidas.

Outra diferenciação que deve ser ressaltada é entre dependência e subdesenvolvimento. "A noção de dependência alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando a

⁴ *Idem*, p. 23; ou ainda, "A novidade das análises da dependência não consistiu, portanto, em sublinhar a dependência externa da economia que já fora demonstrada pela CEPAL. Ela veio de outro ângulo: veio da ênfase posta na existência de relações estruturais e globais que unem as situações periféricas ao Centro. Os estudos sobre a dependência mostravam que os interesses das economias centrais (e das classes que as sustentam) se articulam no interior dos países subdesenvolvidos com os interesses das classes dominantes locais. Existe pois uma articulação estrutural entre o Centro e a Periferia e esta articulação é global: não se limita ao circuito do mercado internacional, mas penetra na sociedade, solidarizando interesses de grupos e classes externos e internos e gerando pactos políticos entre eles que desembocam no interior do estado." In: CARDOSO, Fernando Henrique. *As Idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes, 1993, p. 19.

vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países como ao externo. A noção de subdesenvolvimento caracteriza um estado ou grau de diferenciação do sistema produtivo - apesar de que, como vimos, isso implique algumas "conseqüências" sociais - sem acentuar as pautas de controle das decisões de produção e consumo, seja internamente (socialismo, capitalismo etc.) ou externamente (colonialismo, periferia do mercado mundial, etc.)"⁶.

Assim, pode-se aumentar a diferenciação do sistema produtivo sem que se constitua um centro autônomo de decisão. O processo de industrialização ocorrido no Brasil e Argentina demonstra exatamente isso, o sistema econômico se transformou sem que com isso tenha se tornado autônomo. Isso, porque não basta considerar o sistema econômico, mas as relações políticas e sociais estabelecidas entre os diversos grupos e classes sociais, que constroem maiores ou menores graus de autonomia. E isto permite que se analise a dependência a partir da situação interna, pela forma através da qual grupos e classes sociais se articulam para manter um domínio que conserva uma dada vinculação estrutural com o exterior.

Deste modo, não há que se esperar que a periferia realize a mesma trajetória dos países centrais, pois o desenvolvimento destes antecede a divisão centro-periferia. A constituição desta divisão é um dos elementos do desenvolvimento capitalista na Europa e da formação do mercado mundial. Tendo em vista isto, o objeto de estudo é as relações centro-periferia em cada momento histórico do capitalismo.

⁵ CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro, Guanabara, 1970, pp. 25-26.

⁶ *Idem*, p. 27.

Cardoso e Faletto identificam três situações de relações com o exterior após o rompimento com o pacto colonial na América Latina, as "economias com controle nacional do sistema produtivo" e as "economias de enclave"⁷. As duas situações serão o resultado do processo histórico vivido durante o período colonial, onde foi possível durante a colonização constituir uma elite econômica local havia mais espaço para um controle político e econômico pelos nacionais. Isso se deu principalmente nas áreas de produção agrícola. Já as áreas de mineração enfrentaram maiores dificuldades por ter o sistema produtivo controlado pelo exterior e por isso não se desenvolve uma elite local significativa como nas regiões agrícolas. Mas em ambos há uma reconfiguração dos pactos sociais que levam a sustentação dos novos vínculos com o novo centro hegemônico.

Mas estes pactos, as relações entre grupos não são estáticas. As transformações econômicas que ocorrem na América Latina durante o século XIX geram novos grupos sociais que vão ganhar importância nas primeiras décadas do século XX mostrando assim que o sistema oligárquico já estava em crise mesmo antes da crise de 1929. "Nesse sentido, a hipótese desenvolvida neste trabalho postula que os padrões de integração social e os tipos de movimentos sociais, por intermédio dos quais se foi diferenciando a vida política e o perfil das sociedades latino-americanas, assumiram conotações distintas conforme se tratasse de países onde foi possível manter o controle nacional do sistema exportador ou, pelo contrário, naqueles onde a economia de enclave prevaleceu na fase de crescimento para fora"⁸.

⁷ Para uma crítica desta tipologia ver: BAMBIRRA, Vania. *El Capitalismo Dependiente Latinoamericano*. México, Siglo XXI, 1974.

⁸ CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. *Op. Cit.*, p. 53.

O que caracteriza a transição nas sociedades com controle nacional da produção é a existência de um setor burguês capitalista, mesmo que vinculado aos latifundiários. Este elemento capitalista é "que dará origem às possibilidades estruturais distintas na fase de transição"⁹. Nas sociedades onde se alcançou uma unidade da classe dominante, quando o sistema oligárquico entra em crise, elas não foram capazes de criar novos esquemas sociais rapidamente para colocá-los no lugar. Já onde havia maior diversidade foi possível estabelecer novos vínculos entre as camadas não-hegemônicas do setor agro-exportador com os grupos sociais emergentes. E será estas duas situações que pautará as possibilidades desenvolvimento após a crise de 1929, pela qual se dá a ascensão das classes médias urbanas e das burguesias industriais e comerciais e pela forma através da qual são incorporadas ao Estado. Do ponto de vista econômico, o período da transição é o momento da industrialização, é o período do desenvolvimento para dentro, que tem mais uma característica, o aparecimento das massas no cenário político. Assim, "O problema essencial da política de industrialização era tornar compatíveis medidas econômicas que atendessem tanto à criação de uma base econômica de sustentação dos novos grupos que passaram a compartilhar o poder na fase da transição quanto a necessidade de oferecer oportunidades de inserção econômico-social aos grupos populares numericamente importantes, cuja presença nas cidades como desempregados ou insatisfeitos podia alterar o sistema de dominação. Este estaria agora integrado pelas classes médias ascendentes, pela burguesia urbana (mercantil, industrial e financeira) e pelos setores do antigo sistema

⁹ *Idem*, p. 55.

importador-exportador, inclusive os setores ligados aos latifúndios de baixa produtividade"¹⁰.

Isso dá origem à ideologia do "populismo desenvolvimentista" que por um lado busca atender às necessidades das massas de maior participação no processo econômico e por outro, acelerar o processo de desenvolvimento econômico, que permitiria à burguesia consolidar o seu poder. Mas o sucesso desta estratégia depende da existência de divisas e portanto do setor exportador. Unem-se então a burguesia industrial, a burocracia estatal e os setores popular-operários contra os interesses dos exportadores. Os conflitos e as articulações entre estes grupos darão origem a três caminhos de industrialização: 1) industrialização liberal (Argentina); 2) industrialização nacional-populista (Brasil); 3) industrialização orientada por um "Estado desenvolvimentista" (México).

"Se, durante o período de formação do mercado interno, o impulso para uma política de industrialização foi sustentado, em certos casos, pelas relações estáveis entre nacionalismo e populismo, o período de diferenciação da economia capitalista - baseada na formação do setor de bens de capital e no fortalecimento dos grupos empresariais - está marcado pela crise do populismo e da organização política representativa dos grupos dominantes"¹¹. Manifesta-se nesse momento os limites da industrialização nacional, quando a conjuntura mostrou-se desfavorável ao desenvolvimento, os conflitos vieram à tona, já não havia mais a união das classes sociais em torno de um projeto de desenvolvimento, a pressão das massas populares pela apropriação de maior parte dos frutos do desenvolvimento diminui a capacidade de acumulação e

¹⁰ *Idem*, p. 93.

¹¹ *Idem*, p. 114.

desarticula os pactos sociais vigentes. "Nessas circunstâncias - de crise política do sistema quando não se pode impor uma política econômica de investimentos públicos e privados para manter o desenvolvimento - as alternativas que se apresentariam, excluindo-se a abertura do mercado interno para fora, isto é, para os capitais estrangeiros, seriam todas inconsistentes, como o são na realidade, salvo se se admite a hipótese de uma mudança política radical para o socialismo"¹².

Assim, os investimentos estrangeiros colocam-se como condição necessária para a continuidade do desenvolvimento, permitindo, como ocorreu nos governos JK e Frondizi, conciliar os interesses do setor industrial, do setor agrário, e conter a pressão das massas. Mas isto gera um tipo específico de industrialização, fundada num mercado interno restrito, mas significativo em termos de renda para sustentar a existência de uma indústria moderna. "Evidentemente, esse tipo de industrialização vai intensificar o padrão de sistema social excludente que caracteriza o capitalismo nas economias periféricas, mas nem por isso deixará de converter-se em uma possibilidade de desenvolvimento, ou seja, um desenvolvimento em termos de acumulação e transformação da estrutura produtiva para níveis de complexidade crescente. Esta é simplesmente a forma que o capitalismo industrial adota no contexto de uma situação de dependência"¹³. O desenvolvimento já não se opõe à dependência. O desenvolvimento dependente torna-se a marca da fase de internacionalização dos mercados internos.

O fato de Cardoso ter se tornado Presidente da República abriu uma discussão em torno da continuidade ou não do seu

¹² *Idem*, p. 120.

¹³ *Idem*, p. 124.

pensamento sobre o desenvolvimento latino-americano. Sobre este ponto cabe as seguintes considerações, a afirmação de Cardoso segundo a qual a única alternativa de desenvolvimento para a América Latina era o desenvolvimento dependente e associado não significa que já naquele momento o autor defendesse o conjunto de políticas que pratica atualmente no governo como pensam certos autores. Por exemplo, Traspadini afirma:

"A teoria da dependência, na versão elaborada por Fernando Henrique Cardoso - um crítico da CEPAL - , discutia, nos anos 60, as alternativas para as economias latino-americanas no marco do capitalismo internacional. Pensar em desenvolvimento para dentro, em um período em que os capitais produtivos e financeiros migram cada vez mais para os espaços periféricos, significa, para Cardoso, perder de vista a possibilidade de desenvolvimento integrado oferecido pelas empresas multinacionais.

"Assim, para Fernando Henrique Cardoso, desenvolvimento dependente e associado, num primeiro momento, e a tendência gradativa à interdependência, são as diretrizes que deveriam ser perseguidas pelos países latino-americanos para que estes conseguissem se inserir de maneira dinâmica na economia capitalista mundial. O papel do Estado deveria sofrer modificações (privatizações, abertura da economia e novas diretrizes para a pesquisa e o desenvolvimento), o empreendedor nacional deveria associar-se ao internacional ou concorrer obrigatoriamente com ele e, principalmente, a estabilidade da moeda (queda da inflação e sua manutenção em patamares baixos) tornar-se-ia condição fundamental para que os ajustes precedentes ao desenvolvimento fossem feitos"¹⁴.

A postura de Traspadini é um exemplo típico de crítica equivocada que lê em Fernando Henrique Cardoso, nos anos 60, o plano de governo apresentado nos anos 90. Desfaçamos os equívocos. Em primeiro lugar, Cardoso faz a crítica da CEPAL

a partir de dentro, em dois sentidos básicos, ele era ligado à instituição e a sua teoria da dependência é uma das faces da autocrítica que a CEPAL realiza nos anos 60 ao constatar o fracasso do desenvolvimentismo¹⁵. O marco no qual se dá a análise de Cardoso é dado pelo CEPAL¹⁶. Além disso, a visão da CEPAL de desenvolvimento para dentro não quer dizer fechamento ao exterior, não quer dizer nem mesmo protecionismo, mas sim que ao invés do centro da economia ser o setor exportador de produtos primários seja a produção industrial para o mercado interno. A CEPAL não se coloca contra a penetração do capital estrangeiro. O auge do desenvolvimentismo no Brasil, 1955-1960, foi o período no qual se estabeleceram os pactos entre o capital privado nacional, o estrangeiro e o capital estatal que fundamentarão a dinâmica da economia brasileira até o início dos anos 80. O que a CEPAL e autores ligados a ela enfatizam, especialmente Furtado, é que as decisões econômicas devem ser tomadas internamente, ponto este que a análise de Cardoso não nega. Ao contrário, ao afirmar a natureza interna do externo transforma todas as decisões em decisões internas.

A alternativa de Cardoso não nega a da CEPAL, mas a reafirma em um outro nível. O desenvolvimento dependente não se contrapõe à CEPAL ou ao nacional-desenvolvimentismo, que já tinham sido historicamente superados, mas ao socialismo. Por isso, Cardoso afirma, "Nessas circunstâncias - de crise

¹⁴ TRASPADINI, Roberta. *A teoria da (inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1999, p. 24.

¹⁵ Note-se por exemplo que seu texto consta como um dos textos básicos da CEPAL na edição comemorativa dos seus 50 anos, CEPAL. *Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL*. Textos seleccionados (2 vol.). Santiago, CEPAL/FCE, 1998.

¹⁶ Ver: CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O Capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

política do sistema quando não se pode impor uma política econômica de investimentos públicos e privados para manter o desenvolvimento - as alternativas que se apresentariam, excluindo-se a abertura do mercado interno para fora, isto é, para os capitais estrangeiros, seriam todas inconsistentes, como o são na realidade, salvo se se admite a hipótese de uma mudança política radical para o socialismo"¹⁷.

A dependência é uma forma de interdependência, só que assimétrica. Para Cardoso, os países estão hierarquizados no capitalismo, mas a periferia pode encontrar formas de viabilizar o seu desenvolvimento capitalista, não desenvolvimento capitalista nacional ou desenvolvimento autônomo. Mas no Fernando Henrique Cardoso dos anos 60 não se encontram nenhuma das propostas que Traspadini afirma. Cardoso não pretendia propor políticas específicas, porque se via como sociólogo. O que podemos afirmar é que dentro do seu arcabouço teórico cabe qualquer tipo de política econômica dependendo da ideologia de quem o adota, os seus colegas dos anos 60 vinculados à idéias de esquerda ligaram a sua teoria a uma política econômica que criticava a adotada naquele momento. Hoje quando Cardoso vincula-se à outros grupos sociais e intelectuais novamente é possível vincular a política adotada às idéias esboçadas nos anos 60. Mas, uma coisa é permanente, a vinculação ao sistema capitalista mundial, isto nunca foi seriamente questionado.

Na verdade, as políticas listadas como propostas de Cardoso naquele momento não só estariam completamente descontextualizadas, como fariam com que ele fosse rejeitado por toda esquerda. Quando a teoria da dependência estava sendo formulada, as políticas keynesianas ainda eram hegemônicas, o Estado do Bem-estar Social ainda se mantinha

¹⁷ CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTTO, ENZO. *Op. Cit.*, p. 120.

de pé. Mesmo no Brasil, a tentativa neoliberal de Campos e Bulhões foi rapidamente abandonada após o controle da inflação. O Estado continuou se expandindo e intervindo na economia e ninguém dentre os atores significativos defendia seriamente sua redução.

No que se refere à abertura da economia, nos anos 60, estava-se mais preocupado em aumentar as exportações do que em abrir o país às importações. E mais, a preocupação com as exportações devia-se ao fato de ser necessário importar produtos essenciais ao avanço da industrialização.

Quanto à associação entre o empreendedor nacional e internacional, Cardoso mostrava que ela já existia, que ela era base do desenvolvimento que estava ocorrendo, e que para dar continuidade ao desenvolvimento dentro dos marcos do capitalismo a única alternativa existente era aprofundamento desta associação.

Além disso, no início dos anos 60, a afirmação da necessidade de controle da inflação para retomar o desenvolvimento é generalizada. O próprio Plano Trienal de Celso Furtado tinha como meta primordial o controle da inflação.

Enfim, afirmar a continuidade do pensamento de Fernando Henrique Cardoso não implica em encontrar nos seus textos dos anos 60 a defesa do ajuste estrutural hoje em prática, mas sim em mostrar que para Cardoso desenvolvimento dependente e associado não se contrapõem ao desenvolvimento autônomo, mas ao socialismo. E como não há alternativa à dependência nos marcos do reformismo, o que cabe é escolher a política econômica mais adequada em cada conjuntura para se beneficiar dos movimentos da economia mundial¹⁸.

¹⁸ Para uma análise mais elaborada da trajetória intelectual de Fernando Henrique Cardoso ver: SADER, Emir. *A crise hegemônica e sua ideologia*.

Como Santos, Marini e Tavares, Cardoso afirma a possibilidade do desenvolvimento capitalista continuar apesar da situação de dependência. O que diferencia os autores é a postura política diante deste desenvolvimento capitalista dependente e a afirmação/negação da viabilidade de pactos políticos que permitam reduzir a exclusão social e aumentar o padrão de vida das massas sem abandonar o capitalismo.

Teorias do Estado brasileiro durante o regime militar. Tese de doutorado, FFLCH-USP, 1989 e SADER, Emir. Nós que amávamos tanto O Capital. *Praga*, revista de estudos marxistas, São Paulo, n. 1, set./dez. 1996.

Capítulo 4

Theotonio dos Santos e Ruy Mauro Marini: a opção socialista

4.1. Theotonio dos Santos: a teoria da dependência e os impasses do capitalismo latino-americano

Segundo Theotonio dos Santos, esgotado o processo de substituição de importações, a crise torna-se a marca da América Latina. A industrialização não foi capaz de realizar os objetivos que lhe haviam sido atribuídos e desfeito o consenso em torno do desenvolvimento, a crise se manifestou.

"Los elementos más evidentes de la crisis son al nivel económico, la baja producción acompañada de una manifiesta desigualdad del ingreso, la inflación incontrolable que corroe a la mayoría de estas economías y ala seguridad de los asalariados y la estagnación o baja del crecimiento económico latinoamericano en la década del 60; del punto de vista social, están los fenómenos de la marginalidad progresiva de amplias capas de la población urbana y rural, los índices de subdesarrollo tan conocidos (analfabetismo, bajo consumo de calorías y otros productos vitales, etc.), la crisis de la juventud, las huelgas y conflictos interminables; del punto de vista político, la inestabilidad de las democracias representativas y el ascenso de los grupos militares al poder, la creciente guerra civil-militar continental que involucra ejércitos, guerrilleros, manifestantes, etc. por último, a nivel cultural e ideológico encontramos una gran crisis de los modelos de análisis e interpretación de nuestra realidad que estuvieron firmemente aceptados por largos períodos. Se puede hablar de una desconfianza generalizada hacia los ídolos de nuestra cultura. A este vacío ideológico provocado por la crisis de estos modelos de interpretación de nuestra realidad se agrega la crisis de las instituciones culturales, básicamente la universidad"¹.

¹ SANTOS, Theotonio dos. *Socialismo o fascismo: dilema latinoamericano*. Chile, PLA, 1969, p. 15-16.

Segundo Santos, as condições nas quais ocorre a crise revela que a causa do subdesenvolvimento é a dependência, resultado e causa de uma dupla superexploração do trabalho, uma a partir do interior que se reflete nos baixos salários e a outra que realiza-se a partir exterior, retirando parte substantiva do esforço nacional de acumulação².

O que se assiste, segundo Santos, nos anos 60, é a crise do desenvolvimento capitalista dependente. Esse modelo de desenvolvimento surgiu ancorado no processo de integração monopólica mundial que avançou após a Segunda Guerra Mundial sob o controle dos EUA. Esta integração tem como agente as grandes empresas monopólicas multinacionais e conglomeradas. Estas empresas constituem-se também como unidades financeiras e estão buscando permanentemente novas oportunidades de inversões. O processo de industrialização na região foi para estas empresas uma nova fronteira de investimentos. Mas, "La acción expansiva de esas empresas que crea tres fenómenos correlativos que están en el centro de esta crisis"³. Em primeiro lugar, a dimensão destas empresas entra em choque com as limitações dos mercados latino-americanos fazendo que com seja necessário implementar uma política de reformas. Em segundo lugar, mesmo que a tecnologia trazida por estas empresas esteja defesada em relação à utilizada nos centros do capitalismo, ela é intensiva em capital, conseqüentemente sua introdução na região gera um desequilíbrio entre o aumento da capacidade produtiva e as oportunidades de emprego; o resultado é a exclusão de grandes parcelas da população. Por fim, estas empresas atuam buscando ampliar suas taxa de lucro em nível mundial através do controle

² *Idem*, p. 17.

³ *Idem*, p. 20.

monopólico dos mercados, com isso não precisam da ampliação dos mercados, diminuí assim seus objetivos reformistas.

Outras faces da crise do desenvolvimento capitalista dependente são: a crise do setor externo, a crise do setor tradicional, os limites do setor industrial capitalista e o caráter cíclico da acumulação de capital.

O desenvolvimento tecnológico ocorrido no pós-guerra estimulou a substituição de matérias primas naturais por produtos sintéticos conspirando desta forma para instabilizar o Balanço de Pagamentos da América Latina. Os problemas se agravam com a queda dos preços dos produtos primários em geral e pelo fato da industrialização por substituição de importações não ter reduzido a demanda por importações, pelo contrário o que ocorreu foi uma alteração na pauta de produtos importados, que tornou os países latino-americanos ainda mais dependentes do comércio exterior. O cenário piora quando se considera o balanço de serviços e de capital. Os serviços de frete são monopolizados pelos países desenvolvidos. E com relação à conta de capitais, as remessas de lucro associadas com os serviços dos empréstimos externos, mais o financiamento externo dos déficits do balanço de pagamentos tendem a acentuar a crise do setor externo. A crise do comércio exterior ganha um caráter estrutural. O processo de acumulação, tal como ocorre nos países dependentes, leva a um agravamento do problema da dívida externa.

A estrutura agrária da América Latina esteve sempre marcada por relações sociais não capitalistas que permitiram a elite agrária um estrito controle sobre os trabalhadores rurais. No entanto, este setor entra em crise com a crise da economia de exportação de produtos primários. Outra face da crise do setor tradicional é a sua convivência com o setor

moderno da economia onde avança o domínio das relações sociais de produção capitalistas. Este convívio gera uma combinação complicada na medida em que o avanço da industrialização depende do setor exportador, o que faz com o setor capitalista industrial não possa destruir o setor tradicional.⁴ Conforme o autor, "Tenemos así una crisis estructural, que podríamos llamar la crisis del subdesarrollo, y que afecta a un vasto sector de la economía brasileña. Pero, al mismo tiempo, la existencia de un complejo capitalista industrial, financiero, comercial y agrario, especialmente en el centro-sur del país, y que se ha expandido hoy por casi toda la nación, agrega nuevos elementos de crisis. Este sector posee un mecanismo interno cíclico, propio de las economías capitalistas, más o menos próximo al modelo general de desarrollo capitalista. Fue la crisis de ese sector capitalista la que, al aliarse a la crisis del subdesarrollo, creó la complejidad de la situación social brasileña. La percepción de ese fenómeno es fundamental para esclarecer el carácter de la actual situación que se configura en el país"⁵. A continuidade do desenvolvimento capitalista passa pela resolução das contradições criadas pelo ciclo de conjuntura e pelos problemas do subdesenvolvimento.

A expressão mais evidente desta crise cíclica é a inflação. Inflação, que é erroneamente explicada pelos nacionalistas e pela CEPAL, pois a atribuem a uma oferta

⁴ "La difícil dialéctica del desarrollo capitalista industrial dependiente oscila, pues, entre la necesidad histórica de eliminar el dominio de estos sectores sobre una amplia capa de la población y la necesidad que tiene de ellos como fuente fundamental de divisas, de ingreso y de capital. Oscila entre la necesidad de ampliar el mercado rural y la incapacidad de absorber la mano de obra liberada por el desarrollo del capitalismo en el campo. Todo esto genera una crisis general de este sector y de la política reformista". *Idem*, p. 29.

⁵ *Idem*, p. 40.

insuficiente, sendo, portanto, a solução o desenvolvimento. Ela é equivocada porque busca atribuir todos os problemas ao subdesenvolvimento e não ao desenvolvimento do capitalismo, dessa forma deixam de perceber a existência do ciclo econômico capitalista nos países subdesenvolvidos. A existência deste ciclo faz com que seja necessário uma política antiinflacionária, situação esta que enfraquece o poder das classes dominantes, já que o combate à inflação tende a gerar recessão, adquirindo assim um caráter antipopular.

A crise estrutural associada à crise cíclica do capitalismo faz surgir a necessidade dos governos militares, governos fortes capazes de impor a estabilização. E, no caso brasileiro, a política econômica de Campos e Bulhões continha os elementos necessários à superação da crise. Entretanto, a burguesia não tem condições de enfrentar a crise de subdesenvolvimento, pois teria que enfrentar o setor atrasado e o imperialismo.

Dentro deste quadro, as saídas implicam uma radicalização política entre governos fortes (o fascismo) e o movimento popular. As alternativas reais que se colocam são: socialismo ou fascismo. Todos os reformismos estão excluídos no atual estágio da crise. O socialismo representa a possibilidade de superação definitiva do subdesenvolvimento. O fascismo apenas posterga a solução dos problemas, pois supera os problemas decorrentes do ciclo de conjuntura, mas é incapaz de superar o subdesenvolvimento, é a estagnação burguesa.

Vejamos, agora, alguns elementos particulares da crise brasileira expostos por Theotônio dos Santos. Os anos 50 e 60 são marcados por uma sucessão de pequenas crises, o suicídio de Vargas, o golpe de Lott, a renúncia de Quadros, a

tentativa dos militares de impedir a posse de Goulart, a luta pelo retorno ao presidencialismo, a tentativa de declarar estado de sítio por parte Goulart, o comício de 13 de março de 1964, o golpe militar de 1964. Estas crises são o resultado de uma crise mais profunda, é a crise de uma formação sócio-econômica⁶.

A crise que afligia a sociedade brasileira teria duas faces uma econômica e outra política. Por sua vez, a crise econômica apresentaria, como já exposto, dois aspectos, uma crise do subdesenvolvimento e uma crise capitalista. A análise da crise do subdesenvolvimento deve focar, do ponto de vista externo as relações da burguesia nacional com o imperialismo, o balanço de pagamentos e a política externa independente; do ponto de vista interno, as relações do latifúndio com o mercado interno de bens de produção e de bens de consumo, as relações entre os especuladores e o mercado interno, além de considerar o preço da terra, a crise agrária e a reforma agrária. Por sua vez a análise da crise capitalista passa por uma avaliação da evolução da taxa de lucro no Brasil, da depressão e seus efeitos sócio-econômicos e políticos.

Um dos elementos da crise do subdesenvolvimento é a capitulação das burguesias nacionais frente ao imperialismo. O avanço do capitalismo nos países periféricos não segue a mesma trajetória ocorrida nos países avançados, as revoluções burguesas em defesa da nação e contra o atraso não ocorreram na periferia. As burguesias se submetem ao imperialismo e

⁶ "Existe una crisis de formación socio-económica cada vez que las relaciones de producción existentes y la consiguiente estructura institucional, política y cultural, no están capacitadas para llevar adelante el desarrollo de las fuerzas productivas. A partir de entonces, la sociedad es azotada por continuas crisis, choques más o menos abiertos de las fuerzas en lucha, hasta que una de esas crisis coyunturales

isso ocorre, segundo Santos, porque, "El grado de desarrollo que alcanza la tecnología moderna no le permite a un país atrasado desarrollarse suficientemente sin contar, por lo menos en cierto momento, con la ayuda de elementos técnicos y científicos de los países adelantados. Dentro del contexto capitalista, y debido al monopolio mundial de los capitales, los mercados y las patentes, se le hace imposible a un capitalismo atrasado encaminarse por la senda del desarrollo sin el apoyo de estos capitales. Al mismo tiempo, el imperialismo, que viene realizando un proceso de integración mundial, penetra profundamente en los sectores más lucrativos de la economía de estos países en alianza con poderosas fuerzas internas"⁷. E o imperialismo não interesse na criação de uma indústria pesada que dê independência econômica aos países em desenvolvimento. E, dada a integração econômica existente, não há como esperar que a burguesia de qualquer país atrasado busque autonomizar-se em relação ao imperialismo. E, esta associação constitui-se num dos limites ao desenvolvimento dos países atrasados.

Os problemas no balanço de pagamentos são outro ponto da crise do subdesenvolvimento. Após o fim da guerra do Coréia manifestou-se uma tendência de queda nos preços dos produtos de exportação. No caso do café brasileiro não só aumentou a concorrência como os preços iniciaram um processo de queda no mercado internacional. E mais o volume de café brasileiro importado pelos EUA caiu. Simultaneamente caiu também o preço do açúcar, do cacau e do algodão.

A situação é agravada pela política do governo de formar estoques crescentes de café, que estimula a produção. Em 1965

desarrolla sus componentes generales y se crea una situación revolucionaria que exige una solución radical". *Idem*, p. 39.

⁷ *Idem*, p. 51.

havia em estoque quase quatro vezes o volume de exportação brasileira. Há ainda que se ressaltar que o setor produtor de café mantinha um caráter atrasado e antieconômico.

As remessas de lucro reforçam a pressão sobre o balanço de pagamento. No balanço de entrada e saída de capital estrangeiro há um saldo negativo para a economia brasileira. O que mostra que ao mesmo tempo em que o capital estrangeiro supre a falta de capital da economia nacional, ele descapitaliza a economia. Dificilmente esta situação pode ser revertida dentro do sistema, há sempre que se lembrar a oposição do imperialismo à lei de remessas de lucro.

Como conseqüência do quadro traçado, a dívida externa cresce e tem que ser permanentemente saldada com novas dívidas externas. E a liberação ou não de financiamento torna-se uma forma de pressão política. Por exemplo, ao governo Goulart os organismos financeiros internacionais impunham uma série de dificuldades para realizar empréstimos, mas após o golpe o apoio financeiro foi imediato.

Os dois caminhos básicos para resolver esta crise externa seriam ou rompimento com o imperialismo ou a submissão completa a ele. Mas o governo pré-64 buscou um terceiro caminho, a política externa independente. Sem romper com o imperialismo e com o latifúndio ameaçou-os com o movimento popular para conseguir uma melhor negociação. Mas a viabilidade desta estratégia dependia da capacidade da burguesia de controlar o movimento de massas mantendo-o dentro de certos limites aceitáveis, e dependia também daquilo que os centros do capitalismo poderiam conceder. E dada a situação da economia americana e as responsabilidades internacionais do governo dos EUA, manifesta-se uma política externa reacionária que não toleraria uma política externa

independente. O que, junto com a incapacidade de controlar as massas, faz com que a política externa independente fracasse.

A face interna da crise do subdesenvolvimento é marcada pela sobrevivência do latifúndio. A industrialização por substituição de importações obrigou a burguesia industrial a se associar ao setor latifundiário-exportador devido à necessidade de divisas. Essa situação permitiu a penetração do capitalismo no campo sem destruir as relações semi-servis ali existentes⁸. "La manutención de la gran propiedad estimula la agricultura extensiva basada en una mala tecnología: la gran propiedad, impidiendo el acceso a la tierra de millones de campesinos, estimula el aprovechamiento de la mano de obra a precios bajos, en detrimento de la utilización de métodos modernos de producción. Por otro lado, el nivel tecnológico del moderno capitalismo industrial, basado en la baja utilización de mano de obra y en alta utilización de maquinaria, no es capaz de absorber la mano de obra liberada del campo. Esto disminuye su impulso revolucionario y su necesidad de llevar la tecnología moderna a la agricultura, que sólo agravaría el crecimiento de la población marginal cada vez más explosiva"⁹. Deste modo, a marca do campo continuava sendo o atraso.

Outra face do atraso no campo é o baixo salário pago aos trabalhadores rurais em relação aos do setor industrial, os

⁸ "podemos considerar que las relaciones de mediería (contrato entre el dueño de la tierra y el campesino, por el cual este último se obliga a entregar parte de su producción al primero) com precapitalistas y semi-serviles, por los motivos siguientes: 1) se apoyan en una división del trabajo entre productores familiares que producen para el auto-consumo; 2) la explotación del trabajo del mediero por el latifundista se hace a cambio de la concesión de la tierra y en la forma de división del producto del trabajo; 3) existen relaciones de dependencia personal, consolidados por relaciones patriarcales, de compadrazgo, de protección policial y política, etc., entre el mediero y el latifundista". In: *Idem*, p. 70.

⁹ *Idem*, pp.65-66.

mais altos salários rurais não atingem o nível médio dos salários na indústria paulista¹⁰ em 1960. Os baixos salários dos trabalhadores agrícolas têm como consequência a redução do mercado interno de bens de consumo, situação que é agravada pelas relações pré-capitalistas que não geram mais-valia para estimular a acumulação e nem novos trabalhadores assalariados para ampliar o mercado consumidor. Outro fator pré-capitalista que limita o mercado é a economia de subsistência.

"El especulador es un producto típico del subdesarrollo"¹¹, surge da incapacidade do latifundiário preso à vida rural de gerir a comercialização de sua produção. A inclusão do intermediário na comercialização tem como resultado a elevação do preço dos produtos agrícolas. O avanço da sociedade brasileira pede o fim dos especuladores com estoques agrícolas, mas esta é uma tarefa que só pode ser levada adiante pelos setores mais avançados da sociedade, pois esta mudança implica alterar as relações de poder.

Outro elemento característico da estrutura agrária brasileira é o alto preço das terras devido à concentração da propriedade nas mãos de uma minoria, e estimula a reprodução das relações tradicionais na medida em que preserva a renda oriunda de direito de propriedade tradicional. A situação se agrava uma vez que a maioria das grandes propriedades é resultado da grilagem, avançam sobre regiões despovoadas e apropriam-se das terras, utilizando-as para especulação.

A crise agrária toma novos contornos quando, com o avanço do capitalismo, o campesinato atinge novo nível de consciência estimulando, assim, a sindicalização no campo. Esse fenômeno no Brasil leva ao agravamento da crise

¹⁰ *Idem*, p. 69.

¹¹ *Idem*, p. 73.

política, pois coloca a luta pela reforma agrária na ordem do dia. Mas, o pacto da burguesia com os latifundiários não permite uma solução dentro do sistema.

A crise econômica é agravada pela crise capitalista resultante da dinâmica cíclica. "Marx mostrou como las crisis resultan de la propia esencia del sistema y cómo son ingenuas las interpretaciones que tratan de descubrir su origen en el subconsumo y, por tanto, del mercado para resolverlas"¹². Adotando a interpretação de Sweezy, Santos identifica a existência de dois tipos de crise: as crises relativas à tendência decrescente da taxa de lucros e as crises de realização, que são o resultado da desproporção entre os setores de produção e do subconsumo¹³.

Segundo Santos, os seguintes fatores atuam na formação da taxa de lucro no Brasil: contribuem para sua elevação, a atuação do Estado através de incentivos fiscais e serviços públicos baratos, a influência da estrutura agrária sobre os salários dos trabalhadores urbanos não-especializados que permite a indústria atrair mão de obra com baixos salários, a alta taxa de mais-valia no campo, a estrutura monopolista da indústria que permite que as mercadorias sejam vendidas acima de seus valores, a baixa taxa de juros real, a estrutura do comércio exterior que permite ganhos monopólicos e cambiais; atuam no sentido da redução da taxa de lucro, a Previdência Social, a Consolidação das Leis do Trabalho, a ausência de

¹² *Idem*, p. 83.

¹³ "A pesar de que Marx haya criticado la teoría del subconsumo de Rodbertus, esto no significa desprecio por el papel del consumo en la producción capitalista. Si es un hecho que la crisis no tiene su origen en una carencia de los medios de compra de los trabajadores, es indiscutible también que la diferencia necesaria entre el salario y la cantidad de valores producida constituye un límite final del capitalismo. Sweezy define esta tendencia mostrando que la tasa de crecimiento del consumo es menor que la tasa de crecimiento de los bienes de consumo. Tal hecho puede provocar dos consecuencias: una crisis o una estagnación de la producción". *In: Idem*, p. 88.

mão de obra qualificada, o poder de mobilização do movimento sindical. Na conjuntura dos anos 60, a tendência que se manifestava era a da queda da taxa de lucro, como consequência manifesta-se a depressão, quebra de empresas e inflação descontrolada. As políticas de estabilização monetária entram na ordem do dia, "desde su primera fase, la política de estabilización monetaria tiene un nítido contenido de clase. Busca detener el proceso inflacionario sin afectar las ganancias de la clase dominante, o por lo menos afectarlas en el mínimo posible. Le cabe a los asalariados y a los pequeños propietarios pagar el precio de la crisis del sistema de producción que vive explotándolos. En ese momento, dicha explotación se revela en toda su plenitud, se desnuda ante el pueblo. Es muy natural, por tanto, que ciertos sectores de la clase dominante y sus aliados traten de mistificar esta circunstancia, procurando hacerle creer al pueblo que la política de estabilización no es una necesidad del sistema económico capitalista, sino que podría existir otra opción para el pueblo... a través del aumento de mercados, de los salarios y del desarrollo. Pese a su apariencia "izquierdista", esas formulaciones no pasan de ser cortinas de humo para ocultarle al pueblo la esencia del régimen capitalista: la explotación del hombre por el hombre"¹⁴. Haveria uma outra saída, a planificação geral da economia, mas esta opção está fora do horizonte da burguesia.

Além do controle inflacionário, a política anticíclica implica a destruição dos setores atrasados da economia, há uma quebra generalizada de empresas sem grande suporte financeiro e com baixo nível tecnológico. Como consequência, há uma queda do nível de preços de bens de capital e matérias primas, acentua-se a concentração de capital. "El resultado

¹⁴ *Idem*, p. 98.

general de la depresión es un aumento de la tasa de lucro y un estímulo a la reinversión: en el curso de este proceso serán eliminados los más débiles"¹⁵. E dentro do contexto brasileiro, os mais débeis são as empresas nacionais, nesse sentido a crise fortalece o capital estrangeiro presente na economia brasileira.

Segundo Santos, "La recuperación económica sólo puede completarse en el país si estuviera seguida de un proceso de calidad superior al que vimos hasta ahora. Para realizar tal cambio es, por tanto, indispensable: 1º) una alta acumulación interna de capitales; 2º) una gran disponibilidad cambiaria que garantice la importación de los bienes de capital que no podemos producir; 3º) una infraestructura energética y las preinversiones que preparan mano de obra con conocimientos técnicos y científicos adecuados; 4º) la expansión del mercado interno; 5º) la expansión del mercado externo"¹⁶. No caso brasileiro, esta recuperação apresenta alguns problemas, pois no que se refere à acumulação interna de capitais, ela está limitada pelo setor agrário tradicional, pelos setores atrasados do Estado, pela aliança das classes dominantes contra o movimento de massas. Outra barreira é a dominação imperialista que se beneficia da situação atual e seus interesses não coincide com o desenvolvimento da indústria pesada nos países atrasados. Também não é de se esperar que o governo consiga no curto prazo uma diversificação das exportações para aumentar as divisas. O processo de expansão da educação é muito limitado, não tendo condições de liberar o país do "know-how" estrangeiro. Também é pequena a possibilidade de expansão da infra-estrutura já que isso demandaria uma forte intervenção do Estado na planificação

¹⁵ *Idem*, p. 100.

¹⁶ *Idem*, p. 106.

dos investimentos. Outro ponto a ser ressaltado é que as medidas destinadas a ampliar o mercado externo e, especialmente, o mercado interno só podem ser tomadas pelas forças sociais que lutam pelo desenvolvimento nacional.

A instabilidade fruto da crise econômica é agravada pela crise política. O golpe de 64 marca definitivamente a aliança entre os setores progressistas e atrasados da economia brasileira, a alta burguesia alia-se ao latifúndio e ao imperialismo. Tal pacto já vinha sendo articulado desde o suicídio de Vargas, quando as violentas manifestações nacionalistas das massas fizeram com que a burguesia abandonasse suas aspirações nacionalistas para buscar controlar seus aliados, as massas. Renuncia-se a idéia de nacionalismo pela de desenvolvimento, o nacionalismo deveria ser posto de lado sempre que ele se colocasse com empecilho ao desenvolvimento, na prática sempre que ele se opusesse ao capital estrangeiro. O Plano de Metas de JK foi a expressão desta ideologia ao levar adiante a industrialização associada ao imperialismo e ao latifúndio.

O golpe militar apresenta-se para controlar as massas, mas não foi capaz de conseguir a imediata unidade da burguesia. A unidade só poderia ser alcançada com o fascismo. Busca-se esta unidade com um governo bonapartista de direita, no caso o governo Castelo Branco, que tenta articular a ala dura e a liberal do movimento golpista, além de buscar mostrar-se como um governo acima de todas as classes. O equívoco desta política é crer, como os governos anteriores, na passividade das massas. A repressão ao movimento dos trabalhadores destruindo a direção pelega dos mesmos abre espaço para novas posturas do proletariado em movimentos clandestinos e revolucionários.

De acordo com Theotônio dos Santos, além do controle do movimento de massas, o regime necessita do sucesso da política econômica adotada por Campos para garantir a sobrevivência da classe dominante. Não há uma alternativa de política econômica viável dentro do sistema, o que faz com que o movimento liberal liderado por Lacerda e outros em defesa da pequena burguesia não passe de jogo de cena, mas impede que a burguesia alcance a sua unidade. Esta oposição abre espaço para o questionamento do regime, o que leva ao fortalecimento da linha dura.

Neste contexto, segundo Santos, cada vez mais a opção que se coloca é entre socialismo ou fascismo. ¿"Qué representaría una salida fascista en Brasil? Sería el apoyo de la clase dominante a un movimiento pequeño-burgués, antiobrero, que garantizase la represión del movimiento popular en el país. A pesar de que el programa de tal movimiento, como veremos, tenga un carácter nacionalista, para ganar el apoyo de las masas, en realidad la gran burguesía estará dispuesta a vender estas aspiraciones a cambio de la paz social y de la garantía del apoyo imperialista a su gobierno. Esto significa que en Brasil existen las condiciones históricas para una organización represiva del Estado y para una organización estatal de la producción, con vistas a garantizar la supervivencia del régimen; pero le faltará a este Estado fascista su contenido - la política expansionista - que entraría en choque con su sustentación internacional, (...)"¹⁷. O grande problema desta alternativa fascista é ausência de liderança e dificuldade de conciliação de interesses divergentes das forças sociais que lhe dariam sustentação. A ascensão do movimento popular em 1967 e 1968 e as guerrilhas abrem a perspectiva para a

alternativa socialista. Socialismo ou fascismo: eis a escolha que caberia ao povo brasileiro.

Mas esta caracterização da crise e a sustentação do dilema "socialismo ou fascismo" não caracteriza um pensamento estagnacionista. Pelo contrário, como já vimos, segundo Santos, a política econômica de Campos e Bulhões e os equívocos políticos da esquerda abriam uma perspectiva para a recuperação econômica. Assim, ao contrário do que os críticos afirmam, o pensamento dependentista não defende o estagnacionismo. As afirmações que se seguem buscam demonstrar que Santos não adotou uma postura estagnacionista:

"La última dimensión de la crisis del desarrollo capitalista dependiente es la que respecta al carácter cíclico de la economía capitalista industrial que agrega a las crisis del comercio exterior y a la crisis del mercado interno las oscilaciones cíclicas del capitalismo nacional"¹⁸.

"Pero la burguesía puede superar la actual crisis y, como veremos, la actual política económica se encamina a esto, apoyada sobre todo en los errores de la oposición de izquierda, que procuró lanzar contra el gobierno enemigos ficticios, dejándolo con las manos libres para actuar frente a una oposición que nunca lo amenazaré definitivamente"¹⁹.

"En el capítulo anterior, analizamos la crisis brasileña como originada por una gran depresión económica. Sin embargo, esta depresión no es sino un fenómeno cíclico. Trae consigo los gérmenes de una recuperación, cuyas principales coordenadas esbozamos. Son los propios factores de depresión, el desempleo, las quiebras, la baja en los negocios, la baja del movimiento financiero, la miseria, en fin, los que crean los factores de un nuevo ciclo de desarrollo. La caída de los salarios, la baja del capital constante, el estímulo en las ventas a precios más bajos, la reserva de capital retirado del mercado, provocan un aumento de la tasa de lucro y, a partir de cierto momento, el retorno de las inversiones. Esta recuperación es más o menos inevitable. En el transcurso del proceso, se sitúa la cuestión de alterar el régimen político del país como consecuencia de las agudas luchas sociales que se traban"²⁰.

A perspectiva adotada por Theotonio dos Santos prescinde da estagnação para realizar a crítica da economia dependente. Ao postular o socialismo como alternativa, o autor não

¹⁷ *Idem*, pp. 59-160.

¹⁸ *Idem*, p. 30.

¹⁹ *Idem*, p. 41.

precisa afirmar a inviabilidade do capitalismo para defender reformas na economia latino-americana. Pois como afirma Paul Singer, "Compreender criticamente o desenvolvimento, enquanto processo constitutivo de uma economia capitalista, só é possível na medida em que o observador se coloca do ponto de vista de um sistema que supera as contradições tanto da Economia Colonial quanto do capitalismo, isto é, do ponto de vista do socialismo"²¹.

Outro elemento que permite superar o pensamento estagnacionista é o conceito de dependência. Pois o autor abandona a idéia de dependência enquanto fenômeno externo, que pensa o desenvolvimento sem contradições. Nesse sentido, a nova concepção de dependência permite ver o desenvolvimento como um processo mais complexo, onde diversos grupos sociais se interagem. E isso, permite que autor identifique os laços que unem o capital nacional ao capital internacional, mostrando, assim, que o desenvolvimento capitalista na periferia não se opõem à dependência.

Ora, a partir deste quadro, o que Santos afirma é a incapacidade do capitalismo de viabilizar o desenvolvimento nacional e incorporar as massas no sistema produtivo e de consumo. O desenvolvimento do capitalismo pode continuar, mas não será capaz de superar o subdesenvolvimento e a dependência. Por paradoxal que pareça, subdesenvolvimento, dependência e desenvolvimento capitalista são elementos que convivem. Há limitações estruturais permanentes ao desenvolvimento nas economias dependentes insuperáveis no âmbito do capitalismo. Sendo assim a única alternativa viável do ponto de vista das demandas das massas seria o desenvolvimento socialista nacional.

²⁰ *Idem*, p. 105.

²¹ SINGER, Paul, *Desenvolvimento e crise*. São Paulo, DIFEL, 1968, p. 10.

O problema desta postura é que tende a subestimar a capacidade de sobrevivência do capitalismo em meio à marginalidade, a miséria e a exclusão social e o subdesenvolvimento. Santos realça excessivamente o caráter antagônico e o contraditório do capital e menospreza o seu caráter progressivo e sua capacidade de superar limites internos e externos. Equivoca-se ao enfatizar o tamanho dos mercados internos e externos como problema. Ênfase que facilita a identificação de sua postura com o estagnacionismo, apesar de todas as afirmações em contrário.

Do ponto de vista da análise política, a utilização do termo fascismo é altamente problemática. Pois há momentos em que parece que fascismo é o nome atribuído aos regimes instaurados a partir dos golpes militares, em outros apresenta-se como algo distinto que ainda está por vir, sendo esta a postura predominante no discurso. No entanto, em trabalhos posteriores do autor, regra geral, o termo fascismo designará os regimes militares efetivamente implantados²².

4.2. Ruy Mauro Marini: superexploração e subimperialismo no desenvolvimento capitalista na América Latina

Ruy Mauro Marini é outro autor da teoria da dependência que constrói um quadro teórico que permite superar o estagnacionismo sem cair na apologia do sistema capitalista dependente. Os conceitos fundamentais de Marini são além do conceito de dependência, superexploração do trabalho e subimperialismo. No que segue apresentaremos os três

²² SANTOS, Theotonio dos. "Socialismo y fascismo en América Latina hoy". *Revista Mexicana de Sociología*, México, vol. XXXIX, n. 1, 1977; e SANTOS, Theotonio dos. *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*. Petrópolis, Vozes, 1991.

conceitos e em seguida a análise de Marini para a crise brasileira.

A dependência surge no momento em que a Europa vive a Revolução Industrial e a América Latina passa a ser constituída por nações independentes. "Es a partir de este momento que las relaciones de América Latina con los centros capitalistas europeos se insertan en una estructura definida: la división internacional del trabajo, que determinará el curso del desarrollo ulterior de la región. En otros términos, es a partir de entonces que se configura la dependencia, entendida como una relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia. El fruto de la dependencia no puede ser por ende sino más dependencia, y su liquidación supone necesariamente la supresión de las relaciones de producción que ella involucra. En este sentido, la conocida fórmula de Andre Gunder Frank sobre el "desarrollo del subdesarrollo" es impecable, como impecables son las conclusiones políticas a que ella conduce"²³. Esta articulação será um dos elementos que viabilizará a industrialização européia na medida em que a América Latina garantirá uma oferta abundante de alimentos a preços baixos, além disso, a América Latina será fornecedora de matérias primas para a produção industrial, função que se acentua com o surgimento da grande indústria e com o crescimento da classe trabalhadora nos países centrais. "la participación de América Latina en la economía mundial contribuirá a que el eje de la acumulación en la economía industrial se desplace

²³ MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la Dependencia*. México, Era, 1973, p. 18.

de la producción de plusvalía absoluta a la de plusvalía relativa, es decir, que la acumulación pase a depender más del aumento de la capacidad productiva del trabajo que simplemente de la explotación del trabajador. Sin embargo, el desarrollo de la producción latinoamericana, que permite a la región coadyuvar a este cambio cualitativo en los países centrales, se dará fundamentalmente con base en una mayor explotación del trabajador. Es este carácter contradictorio de la dependencia latinoamericana, que determina las relaciones de producción en el conjunto del sistema capitalista, lo que debe retener nuestra atención".²⁴

Em primeiro lugar, há que se diferenciar taxa de mais-valia de produtividade. O aumento da produtividade implica o aumento da quantidade de produtos produzidos num determinado período, mas não de mais valor. A busca do aumento da produtividade liga-se a busca do lucro extraordinário, produzir abaixo do tempo de trabalho socialmente necessário. Na verdade, quando se difunde o aumento de produtividade aumenta-se a massa de produtos sem alterar o seu valor, já o valor da unidade de produto se reduziria proporcionalmente ao aumento da produtividade do trabalho, havendo, portanto, não um aumento, mas uma redução da mais-valia. Isso ocorre porque a taxa de mais-valia é determinada pelo grau de exploração, ou seja, a relação entre o tempo de trabalho excedente e o necessário e não pela produtividade do trabalho. Assim, a taxa de mais-valia aumenta sempre que se reduzir o tempo de trabalho necessário, o que torna a mais-valia relativa estreitamente ligada aos bens-salário, onde a produtividade do trabalho pode influir.

Ora, a implicação disto é que a América Latina ao garantir uma oferta abundante de alimentos baratos para a

²⁴ *Idem*, p. 23.

Europa provocará a redução do valor da força de trabalho permitindo assim que os aumentos de produtividade impliquem em taxas de mais-valia cada vez mais elevadas. Por outro lado, com o aumento da produtividade do trabalho ocorre um aumento do consumo de matérias primas, isso leva ao aumento da composição-valor do capital (relação entre capital variável e constante) e a uma queda na taxa de lucro. Para compensar busca-se aumentar ainda mais a mais-valia e desvalorizar o capital constante, a oferta abundante de matérias primas pela América Latina no mercado mundial estimula isso. Esta é uma das contradições da participação da América Latina no mercado mundial.

Paralelamente à abundante oferta de produtos primários pela América Latina ocorre a queda dos preços destes produtos, enquanto os produtos industriais permanecem com preços relativamente constante havendo assim uma deterioração dos termos de troca contra a América Latina. Pode-se, então, burlar a lei do valor aumentando os valores transferidos através da produtividade e do monopólio da produção, a reação da nação desfavorecida é aumentar o valor das trocas para amenizar a situação, "para incrementar la masa de valor producida, el capitalista debe necesariamente echar mano de una mayor explotación del trabajo, ya a través del aumento de su intensidad, ya mediante la prolongación de la jornada de trabajo, ya finalmente combinando los dos procedimientos. En rigor, sólo el primero - el aumento de la intensidad del trabajo - contrarresta realmente las desventajas resultantes de una menor productividad del trabajo, ya que permite la creación de más valor en el mismo tiempo. En los hechos, todos concurren a aumentar la masa de valor realizada y, por ende, la cantidad de dinero obtenida a través del

intercambio"²⁵. Nesse sentido, a transferência de valor é uma transferência de mais-valia em nível internacional, que significa para as nações desfavorecidas queda na taxa de mais-valia e na taxa de lucro.

A forma de compensar o intercâmbio desigual na América Latina não está, então, nos mecanismos de mercado, mas na produção interna com o aumento da exploração do trabalho, seja aumentando a intensidade, seja estendendo a jornada de trabalho (mais-valia absoluta), uma terceira forma seria reduzir o consumo dos trabalhadores abaixo do nível normal, reduzindo desta forma o tempo de trabalho necessário. Estas formas de exploração do trabalho não permitem que o trabalhador reponha o desgaste da sua força de trabalho, ou seja, o trabalho está sendo remunerado abaixo do valor da força de trabalho havendo, portanto, uma superexploração do trabalho²⁶.

Esta situação tem reflexos sobre o ciclo do capital. Estando centrada na economia internacional, a produção da América Latina não depende do consumo interno para sua realização. Numa economia assentada na produtividade do trabalho, o consumo individual dos trabalhadores desempenha um papel central na criação de demanda para as mercadorias produzidas, desempenha assim um papel na realização da produção. Já na América Latina, como há uma divisão no ciclo do capital entre produção realizada internamente e circulação realizada no mercado internacional o mesmo não ocorre. "En consecuencia, la tendencia natural del sistema será la de explotar al máximo la fuerza de trabajo del obrero, sin preocuparse de crear las condiciones para que éste la reponga, siempre y cuando se le pueda reemplazar mediante la

²⁵ *Idem*, p. 36.

²⁶ *Idem*, pp. 38-42.

incorporación de nuevos brazos al proceso productivo"²⁷. Esta situação gera uma estratificação do consumo onde a classe dominante consome o que vem de fora, e as classes subalternas consomem a produção interna e ainda sofrem pressão no sentido da redução deste consumo devido a superexploração do trabalho.

Por mais que a indústria tenha se desenvolvido na região não foi capaz de suplantare a estrutura de produção e exportação de bens primários antes da crise de 29. Só com a crise é que o setor industrial torna-se o centro da acumulação. "Desde el punto de vista que nos interesa, esto significa que la esfera alta de la circulación, que se articulaba con la oferta externa de bienes manufacturados de consumo, disloca su centro de gravedad hacia la producción interna, pasando su parábola a coincidir grosso modo con la que describe la esfera baja, propia a las masas trabajadoras"²⁸. Neste contexto prospera o desenvolvimentismo e a crença que a solução para os problemas do subdesenvolvimento estava no desenvolvimento capitalista. Mas será apenas na aparência que a economia industrial dependente se assemelhará à clássica.

Na industrialização clássica, a ampliação do mercado interno e a acumulação de capital são processos associados. Já na industrialização latino-americana, a indústria não cria a sua própria demanda, mas nasce para atender uma demanda pré-existente e se organizará dentro dos padrões vigentes nos mercados dos países avançados, ou seja, o consumo dos trabalhadores não desempenha um papel significativo para esta indústria. Além disso, em virtude da crise da economia exportadora há uma abundância de mão-de-obra que permite ao

²⁷ *Idem*, p. 52.

²⁸ *Idem*, p. 56-57.

capitalista comprimir os salários. A economia industrial nasce reproduzindo sob novas formas a superexploração do trabalhador internalizando, assim, a existência de duas esferas de consumo a das classes altas e das classes subalternas. "Dedicada a la producción de bienes que no entran, o entran muy escasamente, en la composición del consumo popular, la producción industrial latinoamericana es independiente de las condiciones de salario propias a los trabajadores; esto en dos sentidos. En primer lugar porque, al no ser un elemento esencial del consumo individual del obrero, el valor de las manufacturas no determina el valor de la fuerza de trabajo; no será, pues, la desvalorización de las manufacturas lo que influirá en la cuota de plusvalía. Esto dispensa al industrial de preocuparse de aumentar la productividad del trabajo para, haciendo bajar el valor de la unidad de producto, depreciar la fuerza de trabajo para, haciendo bajar el valor de la unidad de producto, depreciar la fuerza de trabajo, y lo lleva, inversamente, a buscar el aumento de la plusvalía a través de una mayor explotación - intensiva y extensiva - del trabajador, así como la rebaja de salarios más allá de su límite normal. En segundo lugar, porque la relación inversa que de ahí se deriva para la evolución de la oferta de mercancías y del poder de compra de los obreros, es decir, el hecho, de que la primera crezca a costa de la reducción del segundo, no le crea al capitalista problemas en la esfera de la circulación, una vez que, como hicimos notar, las manufacturas no son elementos esenciales en el consumo individual del obrero"²⁹. O movimento de generalização das novas mercadorias para o conjunto da sociedade não existe na periferia, ele atinge no máximo os

²⁹ *Idem*, pp. 64-65.

setores médios através do processo de concentração da renda e da compressão salarial dos trabalhadores.

Outro recurso para viabilizar a realização é aumentar a produtividade do trabalho através da tecnologia estrangeira. "En esta medida, y toda vez que no representan bienes que intervengan en el consumo de los trabajadores, el aumento de productividad inducido por la técnica en esas ramas de producción no ha podido traducirse en mayores ganancias a través de la elevación de la cuota de plusvalía, sino tan sólo mediante el aumento de la masa de valor realizado. La difusión del progreso técnico en la economía dependiente marchará pues de la mano con una mayor explotación del trabajador, precisamente porque *la acumulación sigue dependiendo en lo fundamental más del aumento de la masa de valor - y por ende de plusvalía - que de la cuota de plusvalía*"³⁰. O progresso tecnológico concentrado na produção de bens suntuários gera novos problemas de realização que são solucionados pelo Estado através do aumento dos quadros burocráticos, subvenções aos produtores e financiamento do consumo suntuário. Outra forma é a inflação como mecanismo de transferência de renda da esfera baixa à esfera alta da circulação, assim a produção assentada na superexploração gera o modo de circulação que lhe corresponde. Esta restrição permanente do mercado interno faz com que, para continuar a acumulação, a produção tenha que ir buscar novos mercados no exterior, dando origem ao subimperialismo, cuja maior expressão é o Brasil dos anos 60 e 70.

Mas, vejamos com mais detalhes a caracterização da crise brasileira dos anos 60 por Marini. Em primeiro lugar, cabe ressaltar que, ao contrário da visão normalmente difundida sobre os dependentistas, ao iniciar a análise da crise que

desembocou no golpe de 64, Marini faz a seguinte observação sobre as tentativas de explicar o golpe pelo imperialismo americano, "Parece-nos que nenhuma explicação de um fenômeno político é boa se o reduz a um só de seus elementos, e que é decididamente má se toma por chave justamente um fator externo que o condiciona de fora"³¹.

Na visão de Marini, as raízes do golpe devem ser buscadas nos pactos classistas gestados ainda nos anos 30. O Estado Novo é a forma pela qual a burguesia se estabelece no poder, associando-se aos latifundiários e aos velhos grupos mercantis, e, ao mesmo tempo, concede ao proletariado uma legislação social e o enquadra dentro de uma rígida estrutura sindical. Este pacto seguirá relativamente estável até 1950, quando se abre uma nova fase de conflitos. Manifesta-se a luta da burguesia para assumir o controle, já que as bases do pacto estavam sendo corroídas, pois, por um lado, a expansão do setor industrial avançava, e, por outro, agravava-se a crise no setor externo, desfazia-se, assim, a relação de complementaridade antes existente, onde a industrialização era sustentada pelo complexo exportador.

Simultaneamente, crescia a pressão das massas na busca de novas conquistas sociais estimulada pela burguesia, que buscava quebrar a resistência das classes dominantes às reformas que ela demandava. O controle ideológico das massas ocorria através do controle das direções sindicais e pelas idéias nacionalistas. Como resultado Vargas passa a aplicar uma "política progressista e nacionalista", da qual se originam o BNDE, Petrobrás, o aumento do salário mínimo, etc. Mas a pressão da direita sobre Vargas leva-o a recuar. Recuo,

³⁰ *Idem*, p. 72.

³¹ MARINI, Ruy Mauro. *Contradições e conflitos no Brasil contemporâneo. Teoria e prática*, São Paulo, n. 3, abril/1968, p.25.

cuja expressão é a Lei de segurança Nacional, prorrogação e ampliação do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, e reforma cambial de 1953 que buscava ampliar as exportações e reduzir as importações e a liberação da entrada e saída de capitais. Mas foi inócuo, a pressão sobre Vargas cresceu até levá-lo ao suicídio.

O governo Café Filho marca uma nova tentativa de compromisso, cuja expressão será a Instrução 113 da SUMOC. "A burguesia industrial fazia desse modo uma opção frente à crise que havia surgido no setor externo. Angustiado pela escassez de divisas, que ameaçava com um colapso todo o sistema industrial, a burguesia aceitava o fornecimento de divisas necessárias à superação dessa crise por parte dos grupos estrangeiros, concedendo-lhes em troca uma ampla liberdade de entrada e de ação e renunciando, portanto, à política nacionalista que se havia esboçado com Vargas. As condições especiais da economia norte-americana, que mais do que nunca necessitavam de novos campos de inversão, garantiam o acordo"³². O novo pacto permitirá a aceleração das inversões durante o governo JK.

O novo compromisso faz com que os investimentos estrangeiros estejam à frente da expansão econômica, é que a indústria seja o setor mais dinâmico da economia. No entanto, apesar da crise, o setor exportador não perde importância política, mas o crescimento econômico permite uma trégua entre os grupos industriais e os agro-exportadores, aceita-se inclusive uma transferência de produtividade do setor industrial para o agrário-exportador. Esta situação permite a manutenção da estrutura agrária tradicional com concentração da propriedade, que mantém uma rigidez na oferta de bens agrícolas. Problemas que colocam a questão da reforma agrária

no debate político no início dos anos 60. A resposta das massas a concentração da propriedade é o crescimento dos movimentos sociais na área rural. Em 1958 surge em Pernambuco a primeira liga camponesa dirigida por Francisco Julião. O movimento difunde-se em todo o Nordeste e em Minas Gerais.

Nas cidades também cresce a pressão da classe operária. A industrialização brasileira no período teve como incentivo a estabilidade do salário nominal, que não era pressionado devido a existência de um grande contingente de trabalhadores disponíveis no mercado. Isso contribuía para o controle da inflação. Mas a partir de 1959 esse esquema é colocado em xeque pelo crescimento dos movimentos da classe operária, que passam a defender o poder de compra dos salários. Os salários têm uma ligeira recuperação a partir de 1961. A resposta dos empresários é o aumento dos preços, "de um mecanismo de distribuição da renda em favor das classes dominantes, o processo inflacionário se converte em uma luta de morte entre todas as classes da sociedade brasileira para a própria sobrevivência, e não podia terminar de outra maneira senão colocando essa sociedade frente à necessidade de uma solução de força"³³.

Entre 1961 e 1964 houve três tentativas de golpe. A primeira foi a que Quadros tentou instituir dentro da legalidade através de um bonapartismo carismático desligado das instituições políticas e sociais. Quadros busca pairar acima de todas as classes, o que leva adotar uma política ambígua, progressista na sua face externa com a política externa independente e conservadora internamente.

A solução da crise do setor externo foi encaminhada com a Instrução 204 da SUMOC, que unificou o mercado cambial,

³² *Idem*, p. 31.

³³ *Idem*, p. 37.

deixou o câmbio livre, fazendo com que a taxa de câmbio deixasse de desempenhar o papel central na política econômica como ocorria até então. Outro ponto foi o fim das limitações à atividade do capital estrangeiro. Os maiores beneficiários desta política foram os grandes grupos econômicos.

A política externa independente aparece como uma forma de solucionar os problemas de mercado. A política externa brasileira passava a ter como principal objetivo encontrar novos mercados para os produtos brasileiros e isso incluía estreitar os laços comerciais com os países comunistas.

Mas pressionado tanto pela direita quanto pela esquerda, Quadros renuncia esperando retornar nos braços do povo. Mas "ao contrário do que lhe dizia sua concepção carismática e pequeno-burguesa de política, o povo como tal não existe, a não ser como forças populares que se movem sempre sob a direção de grupos organizados"³⁴. A resposta da direita foi uma tentativa de entregar o país aos militares, mas a resistência popular força uma outra solução. A conciliação leva à posse de Goulart com a introdução do parlamentarismo. Mas Goulart aceita esta solução apenas temporariamente e mobiliza as massas em favor do presidencialismo. Retornando o presidencialismo, a burguesia esperava que Goulart fosse capaz de conter os movimentos reivindicativos das massas. Mas estas estão cada vez mais autônomas frente ao Estado. Para isso contribui a própria indefinição de Goulart, cuja melhor expressão é o Plano Trienal. Este era um governo que havia chegado ao poder como resultado das lutas populares e tinha como missão controlar as massas e restabelecer as condições para os investimentos da burguesia.

A instabilidade era agravada pelo crescimento das organizações de esquerda, POLOP, PC do B, MRT, Ação Popular,

entre outras. Mas a direita também se organizava em torno do IPES e do IBAD. O acirramento dos conflitos tornava cada vez mais insustentável a posição de Goulart. No comício de 13 de março de 64 Goulart dá uma guinada à esquerda. Mas já era tarde, acreditando anteriormente no seu dispositivo militar, Goulart não armou as massas. Quando veio o golpe "não havia condições efetivas para uma insurreição popular"³⁵, a estratégia do PCB foi no mesmo sentido da de Goulart³⁶.

O golpe de 64 significou o abandono pela burguesia de qualquer projeto de desenvolvimento econômico autônomo, a opção consagrada pelo golpe é a de aprofundar a integração com o capitalismo americano. Isso faz com que o governo militar busque conciliar os interesses nacionais do país com a hegemonia dos EUA. O Brasil passa a estar inserido dentro da política de defesa do sistema capitalista, um das evidências é a expansão do complexo industrial-militar no país³⁷. Mas, na verdade, a nova política externa encontra seus fundamentos na própria dinâmica da economia brasileira, ou seja, a necessidade de ampliar o mercado. Isto permite uma simbiose entre os sonhos hegemônicos da elite militar e os interesses da grande burguesia. "Lo que se planteó así fue la expansión imperialista de Brasil, en Latinoamérica, que

³⁴ *Idem*, p. 41.

³⁵ *Idem*, p. 45.

³⁶ "A análise dos fatos mostra claramente que não têm razão os que vêem o atual bonapartismo do Brasil como resultado de uma ação externa. A tentativa fracassada de 1961 deixou claro que uma intervenção militar só poderia ter êxito se:

"a) correspondesse a uma situação objetiva de crise da sociedade brasileira e,

"b) se inserisse dentro do jogo das forças políticas em conflito.

"O apoio que os militares receberam da pequena burguesia, expresso na "Marcha da Família", que reuniu, em 2 de abril de 1964, um milhão de manifestantes no Rio, é sinal evidente de que a ação das forças armadas correspondia a uma realidade social objetiva. Outra confirmação é a adesão unânime que receberam das classes dominantes". In: *Idem*, p. 47.

³⁷ MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y Revolución*. México, Siglo XXI, 1969, p. 78.

corresponde en verdad a un subimperialismo o a una extensión indirecta del imperialismo americano (no nos olvidemos que el centro de un tal imperialismo sería una economía brasileña integrada a la norteamericana)"³⁸.

Expostas as principais idéias de Marini cabe ressaltar que não constatamos uma postura estagnacionista. No entanto, como é difundida a idéia de que o pensamento de Marini é estagnacionista vamos nos deter um pouco neste ponto apresentando a crítica de Cardoso e Serra. Segundo Marini, afirma Cardoso, a superexploração do trabalho é uma condição necessária para a dinâmica econômica da América Latina devido ao intercâmbio desigual. Como consequência da superexploração o mercado torna-se restrito. A solução burguesa para o problema é o subimperialismo, que justificaria o dilema colocado por Theotonio dos Santos, socialismo ou fascismo.

Para Cardoso e Serra, Marini confunde inviabilidade do nacional-desenvolvimentismo com estagnação. Serra e Cardoso citam a parte que grifamos do parágrafo abaixo para demonstrar a adesão de Marini ao estagnacionismo:

"En cualquier caso, sin embargo, no se estaría dando solución al problema del desarrollo económico, que no puede ser lograda, como pretende la "burguesía nacional", obstaculizando la incorporación del progreso tecnológico extranjero y estructurando la economía con base en unidades de baja capacidad productiva. Para las grandes masas del pueblo, el problema está, inversamente, en una organización económica que no sólo admita la incorporación del progreso tecnológico y la concentración de las unidades productivas, sino que las aceleren, sin que ello implique agravar la explotación del trabajo en el marco nacional y subordinar definitivamente la economía brasileña al imperialismo. *Todo está en lograr una organización de la producción que permite el pleno aprovechamiento del excedente creado, vale decir que aumente la capacidad de empleo y producción*

³⁸ *Idem*, p. 87.

*dentro del sistema, elevando los niveles de salario y de consumo. Como esto no es posible en el marco del sistema capitalista, no queda al pueblo brasileño sino un camino: el ejercicio de una política obrera de lucha por el socialismo*³⁹.

O texto em destaque é o único utilizado por Serra e Cardoso para caracterizar Marini dentro da corrente estagnacionista dos anos 60. A resposta de Marini consiste em citar o trecho que o antecede (aqui a parte do parágrafo que não se encontra em itálico) para demonstrar que dentro do contexto o texto citado por Cardoso não caracteriza uma postura estagnacionista, o texto polemiza com as propostas pequeno-burguesas para superar a crise. Marini afirma ainda que Cardoso confunde estagnação com crise, e lembra ainda o fato de Cardoso em seus trabalhos ter afirmado a existência de um subcapitalismo.

Goldenstein procura defender a mesma tese de Cardoso e Serra citando o seguinte trecho da *Dialética da dependência*: "Es a partir de este momento que las relaciones de América Latina con los centros capitalistas europeos se insertan en una estructura definida: la división internacional del trabajo, que determinará el curso del desarrollo ulterior de la región. En otros términos, es a partir de entonces que se configura la dependencia, entendida como una relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia. El fruto de la dependencia no puede ser por ende sino más dependencia, y su liquidación supone necesariamente la supresión de las relaciones de producción que ella involucra. En este sentido, la conocida fórmula de Andre Gunder Frank sobre el

³⁹ *Idem*, p. 119.

"desarrollo del subdesarrollo" es impecable, como impecables son las conclusiones políticas a que ella conduce"⁴⁰. Também aqui não se constata uma defesa do estagnacionismo. Por mais controverso que seja o termo desenvolvimento do subdesenvolvimento, neste contexto, ele quer dizer que a América Latina não superará o subdesenvolvimento, mesmo com o avanço do desenvolvimento capitalista na região. Pois esta padece de limitações estruturais, dentre as quais a principal é a dependência.

Ora, e não é exatamente isso que Lídia Goldenstein demonstrou em seu trabalho, que apesar do desenvolvimento capitalista verificado entre os anos 30 e os anos 80, o Brasil continuava tendo limitações estruturais ao seu desenvolvimento endógeno, e que a principal delas era a dependência, e que a desconsideração disto criou "uma ilusão sobre os limites da nossa industrialização"⁴¹?

Se Marini apontava o subimperialismo como a saída burguesa para a crise, não podia estar defendendo uma postura estagnacionista, isso só poderia ser afirmado se não houvesse dentro do marco analítico de Marini uma saída burguesa para a crise.

Deste modo, pode-se discordar da explicação de Marini, mas não afirmar que seja estagnacionista. Marini tem uma posição subconsumista, uma vez que identifica a crise com a ausência de mercados. E isso ocorre porque idealiza a industrialização clássica. Nesta, segundo o autor, teria

⁴⁰ MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependência*. México, Era, 1973, p. 18.

⁴¹ GOLDENSTEIN, Lídia. *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994, p. 48. É interessante observar que se a crítica de Serra e Cardoso ao pensamento de Marini encontra-se na bibliografia de Goldenstein, a resposta de Marini não está. O mesmo ocorre em MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1985. O autor reproduz a maior parte das críticas de Serra e Cardoso, mas em nenhum

havido um equilíbrio entre acumulação de capital e formação do mercado interno, o que faz com que esta economia se oriente para o aumento da produtividade do trabalho como forma de reduzir o valor da força de trabalho. Já a industrialização latino-americana não cria a sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda pré-existente e se estrutura a partir das técnicas procedentes dos países avançados⁴². Respondendo a essa demanda já existente não havia razão para o capitalista criar novos mercados. No momento do surgimento a indústria, a demanda superava a oferta. Com isso, esta economia se estrutura sem incluir as massas no mercado. Ou seja, o problema da América Latina seria o fato da industrialização ter ocorrido por substituição de importações.

Enfim, como Furtado, Marini toma a forma como se estruturou o capitalismo na Europa como decorrente da própria dinâmica econômica. Ignora o papel desempenhado pelas lutas sociais na inclusão das massas no mercado consumidor. Ou seja, isso foi possível dentro de determinado arranjo entre as classes sociais⁴³.

O mesmo tipo de problema se manifesta no conceito de superexploração do trabalho⁴⁴. O primeiro problema surge

momento refere-se a resposta de Marini, nem mesmo a principal obra de Marini (*Dialética da dependência*) consta da bibliografia.

⁴² MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependência*. México, Era, 1973, pp. 58-62.

⁴³ Para uma crítica da idéia de substituição de importações e com uma leitura alternativa ver: CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio*. São Paulo, Brasiliense, 1982. Para uma defesa da posição de Marini afirmando que a luta de classes não é relevante na definição do nível de salário ver: MARÍN, Andrés Barreda. *La Dialéctica de la dependencia y el debate marxista latinoamericano*. In: MARINI, Ruy Mauro y MILLÁN, Mária. *La teoría social latinoamericana*. Tomo II: Subdesarrollo y dependencia. México, El Caballito, 1994.

⁴⁴ A defesa do conceito de superexploração do trabalho encontra-se, entre outros, em: MARTINS, Carlos Eduardo. *A superexploração e os novos padrões de reprodução da força de trabalho na América Latina*. <http://www.redem.buap.mx>, GONZÁLES, B. Glória Martínez. Algumas

quando se busca determinar o valor da força de trabalho, o referencial de Marini é a CLT (1943), onde se afirma que o salário mínimo deve cobrir as necessidades normais e básicas do trabalhador, que incluiriam alimentação, moradia, vestuário, higiene e transporte. Como o salário mínimo não atende a essas necessidades, então a força de trabalho está sendo remunerada abaixo de seu valor⁴⁵. Mas a lei dá uma definição genérica. E, como afirma Marx, o valor da força de trabalho tem um componente moral e histórico⁴⁶, desse modo a materialização da lei estará variando de acordo com momento histórico, e especialmente com a capacidade de mobilização dos trabalhadores. Mais, supondo, como Marini, que o valor é igual ao preço, a oferta abundante de mão-de-obra puxa o valor da força de trabalho para baixo, ou seja, não há um critério claro para se afirmar que esteja havendo superexploração do trabalho. Esta conclusão se reforça pelo fato de Marini estender, nos anos 90, o conceito de superexploração também para os países desenvolvidos⁴⁷. Aí também os trabalhadores estariam também sendo remunerados abaixo do valor da força de trabalho, as necessidades básicas e normais dos trabalhadores não estariam sendo atendidas. Mas uma vez se manifesta a idealização de um certo capitalismo,

evidências da superexploração nos países subdesenvolvidos: a atualidade do pensamento de Marini. *Revista Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n.4, junho/1999, pp. 105-121. Utilizam o conceito de superexploração do trabalho sem vinculá-lo a Marini: SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado*, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis, Vozes, 1999; e HENRIQUE, Wilnês. *Capitalismo selvagem: um estudo sobre desigualdade no Brasil*. Tese de doutoramento, IE-UNICAMP, 1999.

⁴⁵ MARINI, Ruy Mauro. As razões do neodesenvolvimentismo (resposta a Fernando Henrique Cardoso e José Serra). In: *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis, Vozes, 2000, p. 216.

⁴⁶ MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*, vol. 1. São Paulo, Nova Cultural, 1988, p. 137.

pois o que ocorreu foi a redução do valor da força de trabalho em função das transformações tecnológicas e do enfraquecimento do movimento sindical.

A preocupação de Marini é com as condições de vida das massas, com a capacidade do capitalismo dependente de superar a exclusão social, a miséria e a marginalidade. Poderia estar certo se afirmasse que estes elementos não podem ser superados por razões políticas. Mas equivoca-se, ao atribuir a continuidade destas características na América Latina a motivos meramente econômicos. A Europa foi capaz de compatibilizar desenvolvimento capitalista e desenvolvimento nacional por razões políticas, pelos pactos de poder estabelecidos, e não porque lá o capitalismo funcione de forma diferente. Marini superestima o caráter progressivo e agregador e subestima as faces antagônicas e contraditórias do capitalismo nos países centrais. E, para a América Latina faz exatamente o contrário. Há que se concluir ressaltando que estas deficiências não invalidam a problemática levantada por Marini.

⁴⁷ MARINI, Ruy Mauro. *Proceso y tendencias de la globalización capitalista*. Praga, estudos marxistas, São Paulo, n.3, setembro 1997.

À guisa de conclusão

O projeto de industrialização, porque não, o projeto de nação proposto pela CEPAL, pelo populismo, pelo nacional-desenvolvimentismo fracassou. Não se alcançou a autonomia nacional, a forma assumida pelo processo de industrialização recriou a situação de dependência. A industrialização foi capaz de romper com estilo de vida tradicional das massas, urbanizou a América Latina, mas não foi capaz por si mesma, como muitos acreditavam, de acabar com a exclusão social, com a marginalidade. Transformou a estrutura produtiva de muitos países latino-americanos, mas também não foi capaz de pôr fim aos desequilíbrios no balanço de pagamentos.

A perplexidade diante da crise econômica e da instabilidade política deu origem a distintas interpretações sobre o destino das sociedades latino-americanas e sobre a natureza de sua organização econômica e política. Desenvolvimento, estagnação, socialismo, qual o destino da América Latina? Furtado considera que as reformas são imprescindíveis para se evitar a estagnação, o desenvolvimento só pode ocorrer de forma equilibrada. Furtado está preocupado com a nação, com o desenvolvimento nacional.

Para Tavares e Serra, a crise não passa de um momento do ciclo de uma economia que já é capitalista, portanto sair da crise significa adotar as políticas anticíclicas adequadas. O mesmo tipo de análise encontra-se em Fernando Henrique Cardoso, o desenvolvimento capitalista caminha pari passu com a dependência. Na verdade, o aprofundamento dos laços de dependência representa a única saída viável para a crise. A questão se reduz a aproveitar as oportunidades oferecidas pela economia mundial. A pobreza, a exclusão social são residuais e não decorrentes da estrutura social e econômica,

podem ser superadas com a adoção das políticas sociais adequadas. A referência da análise, para estes autores, deve ser sempre o movimento do capital e não a nação.

Já para Ruy Mauro Marini e Theotonio dos Santos, a crise dos anos 60 representa o esgotamento do caráter progressista do capitalismo. É uma crise cíclica, o processo de acumulação pode ser retomado em novo patamar, mas será sempre incapaz de ampliar o leque de indivíduos beneficiados pelo processo de acumulação. A exclusão social, os baixos salários são estruturais, as demandas das massas não podem ser contempladas dentro do capitalismo. O capitalismo não é capaz de viabilizar o desenvolvimento nacional, por isso, faz-se necessário o socialismo, o desenvolvimento socialista nacional. Assim, contra as análises correntes, vimos que nem Marini nem Santos defenderam o estagnacionismo.

Nos anos 90, o processo de globalização financeira faz com que reapareçam estas questões. A globalização financeira se desenvolve a partir do fim do sistema de Bretton Woods. O sistema de Bretton Woods caracterizava-se por cinco elementos básicos: 1) regime de câmbio fixo, mas ajustável em função de desajustes estruturais; 2) o ouro foi estabelecido como ativo de reserva, uma moeda nacional só poderia ter aceitação internacional se garantisse a conversão automática em ouro, mas como dois terços das reservas internacionais de ouro estavam com os EUA os demais países passam a acumular reservas em dólar e este se torna a moeda internacional; 3) livre conversibilidade de uma moeda nacional para outra, garantindo a plena mobilidade dos capitais privados entre os países; 4) regras para ajuste do Balanço de Pagamentos frente aos desequilíbrios, desajustes estruturais solucionados através do realinhamento das paridades das taxas de câmbio coordenado pelo FMI e desajustes transitórios superados por

meio de financiamentos compensatórios do FMI aos países deficitários; 5) instituições internacionais para regular o sistema, FMI e Banco Mundial¹. Ou seja, os controles políticos impostos internamente ao capital reproduziram-se internacionalmente configurando-se um sistema de regulação internacional do capital que sustentou os trinta anos gloriosos do capitalismo. Mesmo que as regras monetárias do sistema fossem menos estáveis do que o regime do padrão ouro, como afirma Eichengreen, dentro do contexto político no qual estavam inseridas elas funcionaram satisfatoriamente².

No entanto, o sistema de Bretton Woods estava marcado por contradições. A contradição básica a por em xeque o sistema era o dilema de Triffin, o dólar para ser sustentável enquanto moeda internacional dependia de superávits no Balanço de Pagamentos dos EUA, mas ao mesmo tempo para se garantir a liquidez do sistema financeiro internacional fazia-se necessário a geração de déficits. Os EUA buscaram solucionar o problema rompendo com a paridade dólar-ouro, o que aumenta a instabilidade do sistema.

Paralelamente, a partir do final dos anos 60, o sistema financeiro começa a gerar inovações para fugir dos controles

¹ BAER, Monica *et alli*. Os desafios à reorganização de um padrão monetário internacional. *Economia e Sociedade*, Campinas, (4):79-126, jun. 1995, p.80.

² "A relutância em recorrer a variações de taxas de câmbio não garantiu que os fluxos de capital tivessem sempre um caráter estabilizante. Isto refletia a limitada robustez das regras políticas vigentes. É claro que esta afirmação é relativa: a solidez das regras monetárias prevaletentes era menor se comparada à era do padrão-ouro, quando o compromisso dos bancos centrais com a estabilidade da taxa de câmbio superava qualquer outro objetivo e isolava-o das pressões políticas. Ao contrário, depois da Segunda Guerra, os formuladores da política monetária estavam divididos entre o desejo de estabilizar a taxa de câmbio e os preços, de um lado, e de reduzir o desemprego e restringir os ciclos dos negócios por meio do ativismo da política econômica, conforme proposto por Keynes, por outro." EICHENGREEN, Barry. *História e Reforma do Sistema Monetário Internacional*. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 4, jun. 1995, p.65.

governamentais (por exemplo, os mercados *off-shore*)³. Simultaneamente, como vimos, as correlações entre as forças políticas internas aos países centrais se alteram e os controles internacionais sobre o fluxo de capitais se reduzem. O processo de liberalização avança nos países centrais nos anos 70 e 80 e se estenderá para periferia em meados dos anos 80. A dinâmica econômica dos países centrais será marcada pela inflação dos preços dos ativos, que será responsável tanto pelo *crash* da bolsa de Nova York de 1987 quanto pela recessão japonesa do início dos anos 90 que se segue ao processo de especulação imobiliária⁴.

A ampliação do volume de recursos financeiros mobilizados na economia mundial amplia-se com a crise do petróleo. O sistema financeiro internacional adquire uma extraordinária liquidez viabilizando a constituição das dívidas soberanas. No entanto, ao contrário do que se imaginava, Estados também entram em condição de insolvência e

³ "Innovation, the key to capitalist development is not just a technique and product phenomena: Financial institutions and usages are also subject to innovation. New financial institutions and practices are introduced and have an impact upon the overall stability of the economy. Each period of rapid financial change and of financial fragility has unique and often interesting characteristics", in: MINSKY, Hyman. *Financial crises: systemic or idiosyncratic*. Working paper n.51, 1991, <http://www.levy.org>.

⁴ "La libéralisation financière a ouvert la voie à une accumulation de la richesse privée bien plus rapide qu'auparavant. Mais le vecteur principal de l'autorenforcement de la richesse n'a pas été la production de biens et de services nouveaux, puisque le taux de croissance de la production a baissé. Cela a été l'inflation du prix des actifs réels (terrains urbains et propriétés immobilières) et financiers (actions) beaucoup plus rapide que la hausse du niveau général des prix. Il y a donc eu une hausse des prix réels des actifs qui n'était pas soutenue par une augmentation compatible des flux des revenus futurs. La part majeure des rendements a été formée d'espoirs de gains en capital. Les actifs permettant l'enrichissement des ménages avaient une offre rigide, étaient négociables sur des marchés secondaires, étaient donc des supports pratiques pour les transferts de droits de propriété. Ils ont attiré des comportements spéculatifs, où les espoirs de gains en capital étaient nourris par la seule force du courant acheteur face à la fixité de l'offre." AGLIETTA, Michel. *Macroéconomie Financière*. Paris, La Découverte, 1995, p. 14.

a moratória mexicana de 1982 pôs fim a este primeiro ciclo de expansão do sistema financeiro.

No entanto, o processo de valorização financeira não cessou. Nos anos 80, ele se concentrou fundamentalmente nos países centrais e gestou novas formas de investimentos financeiros que lhe deu maior consistência. No novo arranjo monetário internacional dos três elementos necessários a estabilidade definido por Eichengreen, capacidade de ajustamento de preços relativos, adesão de todos os participantes a regras monetárias robustas e habilidades para conter pressões de mercado⁵, os dois últimos estão ausentes. O que torna o sistema frágil diante dos movimentos do capital, ou seja, aumenta-se a vulnerabilidade do sistema.

As tentativas de estabelecer regras monetárias internacionais fracassaram, tanto o Acordo do Plaza quanto do Louvre tiveram caráter *ad hoc*. Os três pólos da economia mundial, EUA, União Européia e Japão, só foram capazes de se articular em momentos críticos para alterar as taxas de câmbio entre as principais moedas e assim evitar uma crise aguda. Os capitais/capitalistas resistem à idéia de se impor novos limites políticos ao processo de acumulação de capital.

Com o fim do sistema de Bretton Woods a regulação se dá através do mercado, a política econômica perde sua eficácia seja no sentido de garantir a estabilidade macroeconômica seja no de promover o crescimento econômico. Conforme Guttman:

"Esses movimentos em direção à regulação das taxas de câmbio e taxas de juros pelo mercado expulsaram a inflação da economia, no início dos anos 80. Destituído de seus lucros contábeis gerados pela inflação, o capital industrial precisou acelerar seu processo de reestruturação desde então. Ao mesmo tempo, a desregulação desses dois preços estratégicos da moeda gerou

maior instabilidade financeira com sérias repercussões no padrão de crescimento dos Estados Unidos e de outros países industrializados. Em 1970, quando os bancos centrais foram obrigados, pelo aprofundamento da crise estagflacionária, a abandonar a regulação (isto é, não pelo mercado) dos preços da moeda, eles perderam suas melhores ferramentas para administrar os aspectos contraditórios de bem público e mercadoria privada da moeda, de forma a promover o crescimento”⁶.

A principal consequência desta gestão pelo mercado é a alta das taxas de juros, que ao mesmo tempo em que se torna o principal mecanismo de regulação dos fluxos de capitais, estimula o processo de valorização financeira e financeirização da riqueza. A isto, segue-se o crescimento da dívida pública dos Estados nacionais que serve de “lastro” à acumulação financeira. O endividamento mais significativo é o dos EUA já que os títulos da dívida pública norte-americana são os mais confiáveis no sistema financeiro internacional⁷. Os déficits orçamentário e comercial norte-americanos são estímulos fundamentais à globalização financeira nos anos 80 e 90⁸.

Na economia real, o aumento das taxas de juros e o crescimento da acumulação financeira se não trava os

⁵ EICHENGREEN, Barry. Op. Cit., p. 53.

⁶ GUTTMANN, Robert. A transformação do capital financeiro. *Economia e Sociedade*, Campinas, 7, dez.1996, p. 57.

⁷ “A dimensão de capital fictício da moeda-creditícia é fortalecida pelo fato de sua criação estar, freqüentemente, condicionada a aquisição de títulos da dívida pública pelo banco central, que proporciona aos bancos comerciais um excedente de reservas disponível para empréstimos, que afinal constitui a matéria-prima da moeda bancária privada”. GUTTMANN, Robert. Op. Cit., p.66.

⁸ Durante os anos 80, “o crescimento econômico tornou-se insuficiente para compensar o impacto das taxas de juros sobre as dívidas públicas; os déficits e as dívidas públicas começaram a crescer mais depressa que o PIB. Assim se explica a alta quase contínua das taxas do déficit e do endividamento públicos no decurso do período recente”. PLIHON, Dominique. Desequilíbrios mundiais e instabilidade financeira. (A responsabilidade das políticas liberais: um ponto de vista keynesiano). *Economia e Sociedade*, Campinas, 7, dez.1996, p. 92.

investimentos produtivos ao menos torna o cenário da decisão sobre investir muito mais complexo, já que aumenta o custo dos investimentos e faz com que a política econômica esteja muito mais voltada para os interesses do capital financeiro e assim o seu papel de propulsora dos investimentos se reduz⁹. E na periferia do sistema capitalista a situação se agrava, se o país opta por participar do jogo financeiro global e satisfazer a ânsia de valorização dos capitais de curto prazo, a política econômica torna-se incompatível com o crescimento e desenvolvimento da economia nacional. "Sob a égide da globalização, com o estreitamento das conexões internacionais de comércio, investimento e fluxos de capitais, a política de desenvolvimento se reduziria à criação das condições propícias para atrair investidores, lubrificando-se ao máximo a liberdade privada de acumulação. Ao Estado incumbiria, no máximo, suprir certas externalidades, assegurando principalmente a estabilidade de preços sob uma política fiscal austera e liberdade cambial"¹⁰.

Mas o processo de valorização financeira também faz parte do processo de acumulação das grandes empresas industriais, é por isso que Braga afirma que na atual etapa do capitalismo ocorre uma financeirização da riqueza¹¹. Ao

⁹ "Mais do que por seu caráter global a nova finança e sua lógica tornaram-se decisivos por sua capacidade de impor vetos às políticas macroeconômicas. Este poder de veto dos mercados financeiros se impõe a todas as economias ainda que de forma diferenciada", in: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados. *Economia e Sociedade*, Campinas, 4, jun.1995, p. 18.

¹⁰ COUTINHO, Luciano e BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Desenvolvimento e estabilidade sob finanças globalizadas. *Economia e Sociedade*, Campinas, 7, dez. 1996, p. 129.

¹¹ "A dominância financeira - a financeirização - é expressão geral das formas contemporâneas de definir, gerir e realizar riqueza no capitalismo. Por dominância financeira apreende-se, inclusive conceitualmente, o fato de que todas as corporações - mesmo as tipicamente industriais, como as do complexo metalmeccânico e eletroeletrônico - têm em suas aplicações financeiras, de lucros retidos ou de caixa, um elemento central do processo de acumulação global da

contrário do senso comum, os especuladores por excelência, os Global Hedge Funds, são apenas um dos atores das finanças globais, ao lado deles e com um volume maior de recursos encontra-se os investidores institucionais, fundos de pensão, fundos mútuos, seguradoras e as grandes empresas. Além destes, também participa do jogo financeiro global, o sistema bancário. "Seu papel consiste em prover crédito àquelas instituições que procuram liquidar posições longas em moedas vulneráveis, fornecer hedge para estas posições ou estabelecer posições abertas de curto prazo nessas divisas. Ou seja, a dinâmica especulativa acaba sancionada pela liquidez fornecida pelos bancos aos principais agentes ativos"¹².

Não apenas o grande capital é afetado pela globalização financeira até mesmo o orçamento e o gasto familiar passam a estar condicionados pela dinâmica financeira. O consumo dos indivíduos passa a estar condicionado aos ganhos financeiros, especialmente o consumo de bens luxo. Isto tende a aumentar a instabilidade econômica já que a redução dos ganhos financeiros, mesmo sem uma crise generalizada, pode levar a uma contração muito forte no consumo já que este passa a ter uma dinâmica similar a do investimento, o consumo se realiza com renda futura. "A mudança na composição da riqueza provocou dois efeitos importantes para as decisões de gasto: 1) ampliou o universo de agentes que, detendo uma parcela importante de sua riqueza sob a forma financeira, têm necessidade de levar em conta a variação de preços dos

riqueza. Assim, seus departamentos financeiros vêm adquirindo maior importância estratégica que os de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ao ponto de assumirem o perfil de bancos - não-bancos, internos às empresas." BRAGA, José Carlos de Souza. A financeirização da riqueza: a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismo centrais. *Economia e Sociedade*, Campinas, n.2, agosto 1993, p.26.

¹² BAER, Monica et alli. *Op. Cit.*, p. 92.

ativos; 2) esta ampliação do efeito riqueza implica a possibilidade de flutuações mais violentas do consumo e do investimento. O consumo deixa de ter o comportamento relativamente estável previsto pela função consumo keynesiana e passa a apresentar um componente típico das decisões de gasto dos capitalistas¹³. Essa é uma mudança fundamental em relação as etapas anteriores do capitalismo.

Todo esse conjunto de transformações aumenta o risco sistêmico¹⁴, que é permanentemente agravado pelo caráter das inovações financeiras que reforçam e amplificam o caráter especulativo da economia capitalista, cujos exemplos mais significativos são a securitização e os derivativos. Esta nova organização do processo de acumulação aprofunda a instabilidade e a incerteza. E o aumento da incerteza tende a afetar negativamente a taxa de investimentos¹⁵.

Este processo se aprofunda, durante os anos 80 e 90, com a incorporação dos países periféricos e dos países que abandonaram o socialismo. Os países da América Latina, Europa Oriental e Ásia serão pressionados para adotarem práticas econômicas condizentes com a nova forma de organização do processo de acumulação de capital em nível mundial. Com isso, estes países são incorporados ao processo de globalização financeira e da produção. Uma consequência fundamental será

¹³ COUTINHO, Luciano e BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. "Financeirização" da riqueza, inflação de ativos e decisões de gasto em economias abertas. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 11, dez.1998, p.139.

¹⁴ "O risco sistêmico pode ser definido em linhas gerais, como a ocorrência de equilíbrio subótimos, i.e., socialmente ineficientes, que podem se transformar em armadilha para os sistemas econômicos, porque não há um ajuste de mercado espontâneo, resultante do comportamento individual racional, que possa libertar o sistema da situação macroeconômica precária", in: AGLIETTA, Michel. Lidando com o risco sistêmico. *Economia e Sociedade*, Campinas, 11, dez.1998, p.1.

¹⁵ Ver: MINSKY, Hyman. *Uncertainty and the institutional structure of capitalist economies*. <http://www.levy.org>; e MARTNER, Ricardo. *Volatilidad y ciclo em América Latina: debates e implicâncias de política e instrumentos*. <http://www.CEPAL.org/ilpes>.

uma financeirização da riqueza em nível mundial, a riqueza sofre um processo de desmaterialização, e a acumulação fictícia de capital torna-se central nesta etapa do capitalismo.

O processo de desestruturação das economias latino-americanas iniciado nos anos 70 e agravado pela crise da dívida desarticulou os grupos sociais que sustentavam as políticas desenvolvimentistas. O processo inflacionário subsequente, o endividamento público crescente favoreceu a acumulação fictícia de capital. Isto faz com dentro da própria região surjam grupos sociais interessados em participar do processo de globalização financeira e financeirização da riqueza que se desenvolve em nível mundial. Por outro lado, a crise enfraquece os grupos industriais nacionais o que faz com que estes grupos não tenham condições políticas para resistir às pressões das empresas transnacionais que buscam uma organização da sua produção em nível mundial articulando a produção com base em diferentes mercados, mas para que o projeto tenha êxito elas necessitam da liberdade de comércio.

Uma vez ocorrida a abertura comercial, a economia nacional sente seus impactos de forma imediata. O capital nacional é obrigado a responder a reestruturação produtiva e terceira revolução industrial em curso na economia mundial. A consequência imediata é a quebra de várias empresas nacionais tecnologicamente defasadas, e a reorganização das empresas transnacionais instaladas no país para se adequarem aos novos planos de seus matrizes. Nesse novo cenário, inicia-se uma disputa tanto entre países quanto entre regiões de um mesmo país para a instalação de novas empresas transnacionais, que passam a receber significativos incentivos fiscais. O capital nacional é, então, forçado a se readaptar à nova

organização da economia nacional, seja como sócio minoritário, seja investindo em setores periféricos. Ocorre, assim, uma desnacionalização da economia e um processo de especialização regressiva¹⁶, a dinâmica dos investimentos no setor industrial passa a depender de importações.

Os padrões de consumo também sofrem modificações. Com isso passa-se a demandar uma maior quantidade de bens produzidos no exterior, sejam novas mercadorias fruto da revolução tecnológica, sejam vestuário, calçados chineses e todo tipo de quinquilharias. Processo que é facilitado pela valorização da taxa de câmbio. O resultado é que a balança comercial é pressionada tanto pelo consumo quanto pelo investimento corrente. Assim, o crescimento da economia sempre pode gerar crise na balança comercial.

A reinserção das economias latino-americanas na economia mundial também passa pela retomada dos laços financeiros. Uma vez renegociada a dívida externa ou uma vez que o país passe a adotar o ajuste internacional, o país ganha a confiança dos investidores internacionais, e graças a isso retoma-se a entrada de capitais. Estes capitais são atraídos pela alta expectativa de lucro decorrente das taxas de juros praticadas. A entrada de capitais aumenta as reservas e permite a utilização da taxa de câmbio como mecanismo de controle da inflação. A taxa de câmbio tende a se supervalorizar. Estimula-se assim uma redução das exportações e aumento das importações. O déficit na balança comercial torna necessária a continuidade da entrada de capitais para financiá-lo. Desse modo, a estabilidade da economia nacional passa a estar condicionada a estabilidade dos fluxos de

¹⁶ Ver: COUTINHO, Luciano. A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (coord.). *Brasil: desafios de um país em transformação*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1997.

capital. Com isso, impõem-se limites à gestão da política econômica por parte dos países latino-americanos, pois qualquer reversão de expectativas pode jogar a economia numa crise através da fuga de capitais¹⁷.

Esta situação reforça os grupos sociais que estão no poder, uma vez que qualquer possibilidade de mudança política significativa representa colocar uma crise econômica no horizonte do país. Com isso, todos os intelectuais que defendem uma ação econômica alternativa são marginalizados. O grupo no poder sai fortalecido também pelo enfraquecimento dos setores que poderiam se opor. Os trabalhadores tornam-se um grupo político vulnerável em razão do desemprego resultante tanto da reestruturação produtiva quanto das baixas taxas de investimento, desse modo ficam incapazes de formular um política alternativa e unificada¹⁸. Não tendo, inclusive, capacidade de organização para resistir às alterações na legislação social. E o capital nacional, como vimos, busca novas formas de participar desse processo e não impõem uma resistência significativa, até porque o papel de

¹⁷ "Más bien parece relevante enfatizar el impacto que han tenido las reformas sobre la vulnerabilidad de nuestras economías. Dos áreas son de especial importancia desde este punto de vista. En primer lugar, la apertura comercial y financiera puede llevar a una mayor fragilidad doméstica, en la medida en que los *shocks* externos se transmiten de manera casi automática a los mercados internos y desaparecen los instrumentos para atenuar sus efectos. En segundo lugar, las reformas del sector público han significado, por lo general, la eliminación del papel de regulación macroeconómica que se le atribuye a la política fiscal. Paradójicamente, la liberalización económica que busca mejorar la eficiencia global y la competitividad puede llevar, al menos en la primera etapa de estos procesos, a una acentuada vulnerabilidad de nuestra economías", in: MARTNER, Ricardo. Volatilidad y ciclo en América Latina: debates e implicancias de política e instrumentos. <http://www.CEPAL.org/ilpes>, pp.16-17.

¹⁸ "Es así como la vulnerabilidad social, que se origina en la calidad del empleo, el capital humano, las relaciones sociales y la escasez y pérdida de capital de las micro y pequeñas empresas, ha pasado a ser un rasgo característico de la sociedad latinoamericana de comienzos de este siglo", in: CEPAL. *Panorama social de América Latina - 1999-2000*. www.CEPAL.org.br, p. 51.

sócio menor do capital internacional não é novidade para o capital nacional latino-americano¹⁹.

O papel do Estado também se transforma. Se entre 1930 e 1980, a ação estatal visou fundamentalmente a industrialização, o desenvolvimento do capitalismo assentado no capital industrial, a partir da reorganização da economia mundial, o ação econômica do Estado visa garantir a estabilidade do processo de globalização financeira. A ação econômica do Estado está voltada primordialmente para as esferas monetárias e de valorização fictícia do capital, e isto não apenas nas economias latino-americanas, mas também em economias desenvolvidas. Ou seja, o papel do Estado no processo de acumulação se alterou de forma significativa, o seu poder de regular a economia, de influir sobre a taxa de investimento foi reduzido. Busca-se também reduzir a atuação social do Estado. O Estado se retrai para dar espaço ao funcionamento automático do mercado. Evidentemente a retração do Estado reforça as tendências em curso. Mas, ao mesmo tempo, o Estado cria novas formas de atuação econômica compatíveis com o novo processo de acumulação, cabe ao Estado garantir a continuidade do processo de financeirização da riqueza²⁰. Ao longo do processo de desenvolvimento do capitalismo, o Estado sempre teve alguma função dentro do processo de reprodução da ordem do capital, o que muda é o papel do Estado, não há desse modo a oposição liberal entre Estado e mercado. "As formas institucionais do próprio Estado seriam explicadas pela luta entre as classes e suas frações,

¹⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo, DIFEL, 1972.

²⁰ "É um Estado cada vez menos da macroeconomia do emprego e da renda (nesse caso é o Estado mínimo, vale o liberalismo) para ser um Estado da macroeconomia da riqueza financeira (nesse caso, o Estado máximo, interventor)", in: BRAGA, José Carlos de Souza. "O Estado antiliberal da

e pela competição entre os vários capitais individuais, implícitas, ambas, no mesmo processo de valorização. As crises políticas tornam-se compreensíveis, sobretudo no capitalismo monopolista, à luz dos conflitos que, no processo social de valorização, empurram e limitam, permanentemente, a eficácia da intervenção econômica, social e política do Estado"²¹.

O resultado é que a associação das economias latino-americanas com a economia mundial hoje é muito mais profunda, mais orgânica, pois participa do mesmo movimento, da mesma temporalidade²². A região sempre integrou a economia mundial, mas a forma da acumulação, o nível de desenvolvimento tecnológico, etc., seguiam tendências distintas aqui e nos países centrais. Hoje, não, as tendências que se apresentam são as mesmas e são muito mais interdependentes. As transformações econômicas e políticas passam a ter um impacto generalizado, o que torna o processo de mudança social muito mais complexo. É um sistema muito instável. Sensível a pequenas perturbações.

Neste novo quadro, com exceção dos grupos associados ao atual modelo de desenvolvimento latino-americano, é relativamente consensual a insuficiência do atual modelo para promover o desenvolvimento da América Latina, mesmo que persistam divergências sobre as alternativas. Por exemplo, Ocampo coloca em dúvida a pertinência de se colocar o controle da inflação como meta prioritária da política no atual contexto de incerteza, "La incertidumbre que produce la

Macroeconomia da Riqueza Financeira". *Indicadores DIESP*, n. 81, nov./dez. 2000, p. 5.

²¹ FIORI, José Luís. *O voo da coruja: uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 1995, p.64.

²² OLIVEIRA, Francisco. Subdesenvolvimento: fênix ou extinção?. In: TAVARES, Maria da Conceição (org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.

inestabilidad de las tasas de crecimiento puede tener, así, efectos más severos sobre la acumulación de capital que una inflación moderada. De hecho, tal incertidumbre acentúa las estrategias microeconómicas "defensivas" (es decir, aquellas orientadas a proteger los activos de las empresas frente a un ambiente poco amigable) en vez de las estrategias "ofensivas", que conducen a altos niveles de inversión y de cambio tecnológico"²³. Segundo o autor, a idéia de que a combinação de uma economia estável com estabilização macroeconômica seria capaz de impulsar o crescimento econômico não foi confirmada até o momento²⁴.

O relatório da CEPAL, *Equidad, desarrollo y ciudadanía*, também responsabiliza as políticas econômicas adotadas no período pelas baixas taxas de crescimento e pelo aumento da instabilidade, especialmente a valorização cambial²⁵. Diante deste novo cenário, "La visión de la CEPAL es que las posibilidades de crecimiento económico están determinadas por la conformación de los aparatos productivos, la configuración de los mercados factores y productos, las características de los agentes empresariales y las maneras en que mercados y agentes se vinculan con el entorno exterior. De esta manera, la definición de estrategias de desarrollo que apunten a inducir innovaciones en un sentido amplio y a construir complementariedades productivas, parece ser el camino a seguir para las economías abiertas de la región"²⁶.

Wilson Cano também ressalta a instabilidade da taxa de crescimento na América Latina decorrente das atuais práticas

²³ OCAMPO, José Antonio. Retomar la agenda del desarrollo. Revista de la CEPAL, Santiago de Chile, n. 74, agosto/2001, p. 12.

²⁴ *Idem*, p. 13.

²⁵ CEPAL. *Equidad, desarrollo y ciudadanía*. Santiago de Chile, CEPAL, 2000, pp. 26-28.

²⁶ OCAMPO, José Antonio. La agenda pendiente. Notas de la CEPAL, n. 15, marzo/2001, p.2.

de política econômica, "o modelo permite o crescimento (em vários casos, a taxas altas), até que suas possibilidades agüentem, sejam as internas (inflação, crise fiscal, crise política) ou as externas (ataques de especulação, dificuldades de financiamento externo macroeconômico, queda de preços internacionais para certos produtos estratégicos, como o cobre (Chile) ou o petróleo (Colômbia, México e Venezuela). A "solução" é sempre uma recessão, ou pelo menos uma forte desaceleração, na maioria dos casos, com agravamento da questão social, desemprego e endividamento maiores"²⁷.

A análise de Celso Furtado sobre a conjuntura atual se não afirma o estagnacionismo, como nos anos 60, não deixa de mostrar-se pessimista frente ao futuro da sociedade brasileira. Segundo Furtado, deixar a economia ser gerida pelos mecanismos de mercado significa permitir a ampliação da brecha existente entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. A manutenção dos atuais grupos políticos reforça a tendência à concentração de renda e às crises de demanda efetiva em toda a economia mundial. Mas seus efeitos mais perversos se fazem sentir nas áreas subdesenvolvidas. Sem mudanças no atual modelo que busque reduzir as desigualdades sociais, que retome a construção nacional, segundo Furtado, corre-se o risco de surgir regimes fascistas para controlar as tensões sociais. "La globalización opera en beneficio de los que están a la vanguardia tecnológica y explotan los desniveles de desarrollo entre países. Este hecho nos lleva a concluir que los países con gran potencial de recursos naturales y acentuadas disparidades sociales - el caso del Brasil - son los que más han de sufrir con la

²⁷ CANO, Wilson. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo, UNESP, 2000,,p p. 55-56.

globalización, porque corren el riesgo de disgregarse o desplazarse hacia regímenes autoritarios de tipo fascista como respuestas a las crecientes tensiones sociales"²⁸. É interessante observar como no atual contexto Celso Furtado aproximou-se da visão de Theotonio dos Santos, apresentada nos anos 60, segundo a qual a continuidade do desenvolvimento capitalista no Brasil apenas seria possível com a implantação de um regime fascista.

A expectativa de Maria da Conceição Tavares também não é das mais otimistas. Segundo a autora, "A continuarem as tendências à desnacionalização e à submissão ao capital especulativo, o Estado nacional brasileiro será totalmente desmantelado e corremos o risco a médio prazo de acabar como "domínio" dos EUA"²⁹.

Já de acordo com Ruy Mauro Marini apenas a mobilização do trabalhadores pode reverter a atual trajetória das economias latino-americanas. "La incompetencia que están demostrando las clases dominantes latinoamericanas y sus Estados para promover la defensa de nuestras economías transfiere hacia los trabajadores la exigencia de tomar la iniciativa. La amenaza de desindustrialización que se cierne sobre la región, los rezagos que presenta el sistema educacional y la insuficiencia de las políticas científicas y tecnológicas, aunados a la falta de políticas centradas en el desarrollo económico, ponen a América Latina en la antesala de una situación caracterizada por la exclusión de amplios contingentes poblacionales respecto a las actividades

²⁸ FURTADO, Celso. Brasil: opciones futuras. *Revista de la CEPAL*, n. 70, abril/2000, p. 11.

²⁹ TAVARES, Maria da Conceição. Império, território e dinheiro. In: FIORI, José Luís (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Vozes, 1999, p. 486.

productivas, por la degradación del trabajo y el deterioro de los patrones salariales y de consumo”³⁰.

Novamente há autores afirmando à tendência à estagnação das economias latino-americanas, e do capitalismo em geral como decorrência da financeirização da riqueza. Supõe-se que o capitalismo teria esgotado seu caráter progressista ao fortalecer sua tendência rentista que se reflete em baixas taxas de crescimento. Feijóo³¹, por exemplo, afirma que as baixas taxas de crescimento atual, os baixos ritmos de acumulação refletem uma tendência à estagnação. É verdade que as taxas de crescimento das economias latino-americanas são baixas, mas isso não quer dizer que haja uma tendência à estagnação. Pois, como vimos, a estagnação retrataria uma situação de reprodução simples, o que não se verifica. Além disso, a acumulação está ocorrendo, mas na esfera financeira. Do ponto de vista do capital, a esfera onde ocorre a acumulação não faz diferença, o importante é que se mantenha as condições para a reprodução ampliada.

Já para Teixeira Soares, “Nunca é demais insistir que a cooperação complexa, como forma de produção de mercadorias criada para superar as contradições postas pela grande indústria, marca o fim da evolução do capitalismo; da acumulação com desenvolvimento”³². As evidências seriam a centralização do capital como forma predominante de investimento, a financeirização da riqueza, predomínio crescente da produção de descartáveis, a elevação das taxas

³⁰ MARINI, Ruy Mauro. Proceso y tendencias de la globalización capitalista. *Praga- estudios marxistas*, São Paulo, n.3, setembro/1997, p. 106.

³¹ FEIJÓO, José Valenzuela. Mais-valia, acumulação e estagnação. *Revista Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n.6, p.74-98, junho 2000.

³² TEIXEIRA, Francisco José Soares. O capital e suas formas de produção de mercadorias: rumo ao fim da economia política. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 10, junho/2000, p.87.

de desemprego e a precarização das relações de trabalho. Sendo assim, deve-se colocar na ordem do dia a luta pelo socialismo. Ao afirmar a atual conjuntura do capitalismo como o fim da acumulação com desenvolvimento, o autor toma a atual conjuntura como representativo do capitalismo em geral. Ignora que estas são características de uma determinada forma de organização das sociedades capitalistas, que podem ser politicamente modificadas ou atenuadas. Além disso, há que se ressaltar que o desenvolvimento capitalista continua. O fato da população, dos trabalhadores não serem beneficiários deste processo é uma outra questão, e está mais relacionada com os conflitos sociais e políticos do que propriamente com a acumulação de capital. Por fim, para defender a luta pelo socialismo não é necessário afirmar o fim do capitalismo ou esgotamento de seu caráter progressista³³.

As perspectivas de reorganização do capitalismo de modo a incorporar grupos sociais mais amplos são extremamente restritas, em virtude da baixa capacidade de mobilização das massas populares e da atual forma do processo de acumulação. As alternativas de reverter o processo tendem a jogar a economia na crise no curto prazo e, por isso, têm restrito apoio político³⁴. O debate tende a centrar-se em questões periféricas e não estruturais. Ao mesmo tempo, dada a integração do processo de acumulação em nível mundial, qualquer alternativa viável de transformação deverá ser articulada internacionalmente. Do contrário, tende a ser uma

³³ Outra postura equivocada é afirmar a precarização do trabalho como inevitável dentro da globalização, como, por exemplo, VALENCIA, Adrián Sotelo. Precarización del trabajo: ¿Premisa de la globalización?. <http://136.142.158.105/LASA98/Sotelo.pdf>

³⁴ É uma situação similar a vivida pela social-democracia europeia, adotar o socialismo levaria inevitavelmente a crise econômica e perda do apoio político, sendo assim a social-democracia, ao excluir uma via autoritária para o socialismo, é obrigada a abandonar o projeto socialista, in:

saída temporária dada a pressão que o capital em sua expansão internacional exerce. E romper todos os laços com a economia mundial já não é mais possível, autarquias não sobrevivem no capitalismo, seja pela pressão da acumulação de capital, seja pela pressão ideológica.

Outra dificuldade para se estruturar politicamente uma alternativa é a heterogeneidade de interesses dentro do grupo dos descontentes. Os interesses capitalistas são muito mais orgânicos, mais claros, torna-se mais fácil assim construir uma identidade comum mesmo na esfera internacional. Os trabalhadores encontram muito mais dificuldades para se articularem internacionalmente como classe, pois não conseguem construir uma identidade comum, uma unidade de interesse e ainda não foram capazes de reconhecer o antagonista, o capital, como uma entidade de caráter internacional. É o caso de também os trabalhadores se constituírem como classe internacional³⁵, mesmo que isso não implique em lutar pelo socialismo.

Como já afirmamos, a compatibilização de desenvolvimento capitalista com construção nacional não é automática. A organização social-democrata do capitalismo foi resultado das lutas sociais e dos pactos políticos estabelecidos que sustentaram a extensão dos direitos de cidadania. Mas, para que isso se viabilizasse o processo de acumulação de capital teve que ser limitado e controlado politicamente. "Embora como produtores imediatos os trabalhadores não tenham direito

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo, Companhia de Letras, 1989.

³⁵ "As classes não se constituem em si, nem mesmo para si, mas para as outras. A grande polêmica a propósito da "consciência de classe" não pode em nenhum caso ser corretamente interpretada enquanto "autoconsciência", pois são as consciências recíprocas das classes e entre elas que irão, em definitivo, desaguar na "consciência de classe". E este movimento de re-conhecimento é, sem dúvida, o espaço da política",

legal ao produto, como cidadãos podem obter tal direito via sistema político. Ademais, novamente como cidadãos e não como produtores imediatos, podem intervir na própria organização da produção e na alocação dos lucros"³⁶. No entanto, como todo produto histórico, este não foi permanente. Transformações tecnológicas, a financeirização da riqueza, a nova hegemonia do capital internacional viabilizaram a libertação do capital dos limites políticos que lhe foram impostos.

E, neste processo, o seu principal antagonista, o trabalhador, enfraqueceu-se politicamente, o que permitiu um retrocesso nos direitos sociais e políticos garantidos através do Estado. A viabilidade do controle político da acumulação de capital fica reduzida também em virtude da ameaça de crise econômica que as novas políticas podem acarretar ao reduzir a expectativa de lucro dos capitalistas³⁷. Deste modo, a atual etapa do capitalismo põem em xeque o processo de construção nacional não apenas na América Latina e demais países periféricos, mas também nos países que estão no centro da economia mundial. O desenvolvimento capitalista avança, o que pára, o que está suspenso é o processo de construção nacional, de extensão dos direitos de cidadania.

O desenvolvimentismo, a CEPAL e mesmo a teoria da dependência contribuíram para a identificação de desenvolvimento com industrialização ou ainda com melhoria no padrão de vida das massas, para a identificação de capitalismo com industrialização. Isso contribui para que

in: OLIVEIRA, Francisco. *O elo perdido: classe e identidade de classe*. São Paulo, Brasiliense, 1987, p.11.

³⁶ PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo, Companhia de Letras, 1989, p.24.

³⁷ Inicialmente o eleitorado tende a preferir candidatos que projetem a perspectiva de estabilidade no futuro, cf.: SINGER, André. *Ideologia e economia na decisão de 1994*. www.clacso.org.ar

agora quando o processo de acumulação afasta-se da forma industrial, afirme-se a inexistência do desenvolvimento. No entanto, o desenvolvimento capitalista não tem compromisso com a construção de uma estrutura industrial consistente. O objetivo é a acumulação seja através da forma comercial, industrial ou financeira do capital. A expectativa de lucro é que determina o tipo de investimento a ser realizado. Mas há que se lembrar que os tipos de investimentos, a forma de acumulação podem ser social e politicamente limitados ou modificados. O capital busca moldar a sociedade, o Estado de acordo com a forma mais adequada às necessidades do processo de acumulação. O capital é o sujeito do modo de produção capitalista. Mas a sociedade e o Estado também podem moldar, mesmo que de modo imperfeito e temporário, a forma do processo de acumulação, e pô-lo a serviço da construção nacional. "Somente a amnésia histórica, reforçada por apelos interessados em se submeter à "inevitabilidade" das mudanças, a se resignar diante da "tirania dos mercados" pode acreditar na idéia de que um regime de acumulação dominado pelos mercados financeiros seja "irreversível". Do mesmo modo, só a apologia do "real como racional" pode fantasiar um sistema marcado por uma fraca acumulação industrial, por condições de emprego cada vez mais raras e por uma regressão social e política, com uma legitimidade histórica qualquer"³⁸.

³⁸ CHESNAIS, François. A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro. *Praga: estudos marxistas*. São Paulo, n. 3, setembro/1997, p. 46.

Bibliografia

- ACUÑA, Carlos e SMITH, William, La economía política del ajuste estructural: la lógica de apoyo y oposición a las reformas neoliberales. Desarrollo Económico, Argentina, vol. 36, n. 141, abril-junio 1996.
- AGLIETTA, Michel, Macroéconomie financière. Paris, La Découverte, 1995.
- _____, Lidando com o risco sistêmico. Economia e Sociedade, Campinas, 11, dez. 1998.
- ANDERSON, Perry, Balance del neoliberalismo: lecciones para la izquierda. Economía política, Trayectorias y Perspectivas, México, n. 8, Julio-agosto 1996.
- ARRIGHI, Giovanni. The Geometry of Imperialism: the limits of Hobson's Paradigm. Londres, NLB, 1978.
- _____. A ilusão do desenvolvimento. Petrópolis, Vozes, 1997.
- BAER, Monica et alli. Os desafios à reorganização de um padrão monetário internacional. Economia e Sociedade, Campinas, n.4, jun. 1995.
- BAMBIRRA, Vania. El Capitalismo Dependiente Latinoamericano. México, Siglo XXI, 1974.
- _____. Teoría de la dependencia: una anticrítica. México, Era, 1978.
- BAUMANN, Renato (org.). O Brasil e a economia global. Rio de Janeiro, Campus/SOBEET, 1996.
- BEAUD, Michel. Le système national/mondial hiérarchisé: une nouvelle lecture du capitalisme mondial. Paris, La Découverte, 1987.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados "globalizados". Economia e Sociedade, Campinas, n.4, junho 1995.
- BENDIX, Reinhard. Construção nacional e cidadania. São Paulo, EdUSP, 1996.

BIELSCHWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro, Contraponto, 1995.

_____. Cincuenta Años del Pensamiento de la Cepal: una reseña. In: Cepal, Cincuenta años de pensamiento en la Cepal: textos seleccionados. Santiago do Chile, Cepal/Fondo de Cultura Económica, 1998.

BIELSCHOWSKY, Ricardo e STUMPO, Giovanni. Empresas transnacionales y cambios estructurales en la industria de Argentina, Brasil, Chile y México. Revista de la CEPAL, Chile, n. 55, abril 1995.

BIERSTEKER, Thomas J. O "triunfo" da economia neoclássica no mundo em desenvolvimento: convergência de políticas e fundamentos da governança na ordem econômica internacional. In: ROSENAU, James e CZEMPIEL, Ernst-Otto (orgs.). Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial. Brasília, EdUnB, 2000.

BIONDI, Aloysio. O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999.

BLOMSTRÖM, Magnus e HETTNE, Björn. La Teoría del desarrollo en transición. México, Fondo de Cultura Económica, 1990.

BONELLI, Regis e GONÇALVES, Robson. Padrões de desenvolvimento industrial no Brasil - 1980/95. Texto para discussão-IPEA, Rio de Janeiro, n.645, maio/1999.

BORON, Atílio. "Pensamiento único" y resignación política: los límites de una falsa coartada. In: BORON, Atílio et alli. Neoliberalismo, globalización y desigualdad en América Latina. www.clacso.org.

BOUZAS, Roberto. ¿Más allá de la estabilización y la reforma? Un ensayo sobre la economía argentina a comienzos de los 90. Desarrollo Económico, Argentina, vol. 33, n. 129, abril-junio 1993.

BRAGA, José Carlos Souza. Instabilidade capitalista e demanda efetiva (a razão de Kalecki). Revista de Economia Política, vol. 3, n. 3, julho-setembro/1983.

_____. A financeirização da riqueza: a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismo centrais. Economia e Sociedade, Campinas, n.2, agosto 1993.

_____. O Estado antiliberal da macroeconomia da riqueza financeira. Indicadores DIESE, São Paulo, n. 81, novembro-dezembro/2000.

_____. Temporalidade da riqueza: teoria da dinâmica e financeirização do capitalismo. Campinas, IE-UNICAMP, 2000.

BRAGA, José Carlos Souza et alli. A instabilidade das finanças públicas na América Latina. Ensaio FEE, Porto Alegre, vol. 16, n.2, 1995.

BRAGA, José Carlos Souza e MAZZUCHELLI, Frederico. Notas introdutórias ao capitalismo monopolista. Revista de Economia Política, São Paulo, vol.1, n.2, abril-junho/1981.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Interpretações sobre o Brasil. In: Loureiro, Maria Rita (org.). 50 anos de ciência econômica no Brasil (1946-1996): pensamento, instituições, depoimentos. Petrópolis, Vozes, 1997.

CALCAGNO, Alfredo Eric e CALCAGNO, Alfredo Fernando. El Universo neoliberal: recuentos de sus lugares comunes. Buenos Aires, Alianza, 1995.

CANAL, Esteban García et alli. Las alianzas globales en la estrategia internacional de las empresas españolas. <http://www.fcee.ulpgc.es/acede98/acede/areas.htm>

CANO, Wilson. Soberania e política econômica na América Latina. São Paulo, UNESP, 2000.

CAPUTO, Orlando e PIZARRO, Roberto. Desarrollismo y capital extranjero: las nuevas formas del imperialismo en Chile. Santiago, Univ Tec Estado, 1970.

_____. Imperialismo, dependencia y relaciones económicas internacionales. Argentina, Amorrortu, 1970.

CAPUTO, Orlando. La crisis actual de la economía chilena en los marcos de la globalización de la economía mundial. www.redem.buap.mx.

CARDOSO, Fernando Henrique. As Idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis, Vozes, 1993.

_____. Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil. São Paulo, DIFEL, 1972.

_____. Autoritarismo e democratização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

_____. Modelo político brasileiro. São Paulo, DIFEL, 1979.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro, Guanabara, 1970.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. O Capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1982.

CARNEIRO, Ricardo. Crise, Estagnação e hiperinflação. (A economia brasileira nos anos 80). Tese de doutoramento, IE-UNICAMP, 1991.

_____. A globalização financeira: origem, dinâmica e perspectivas. Texto para discussão - IE-UNICAMP, n.90, outubro 1999.

CASTAÑEDA, Jorge e HETT, Enrique. El Economismo Dependentista. México, Siglo XXI, 1978.

CASTRO, Antônio Barros de. Crescimento reprimido versus balanço de comércio como variável de ajuste. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (coord.). O Brasil e o mundo no limiar do novo século - Vol. 2. Rio de Janeiro, José Olympio, 1998.

_____. A capacidade de crescer como problema. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis. O Real, o crescimento e as reformas. Rio de Janeiro, José Olympio, 1996.

CEPAL. El desarrollo económico de América Latina en la postguerra. Nova York, Nações Unidas, 1963.

_____. El proceso de industrialización en América Latina. Nova York, Nações Unidas, 1965.

_____. América Latina y Caribe: políticas para mejorar la inserción en la economía mundial. Santiago de Chile, ONU-CEPAL, 1995.

_____. La brecha de la equidad. Santiago de Chile, ONU-CEPAL, 1997.

_____. La Inversión Extranjera en América Latina y Caribe - Informe 1998. Santiago de Chile, ONU-CEPAL, 1998.

_____. Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL. Textos seleccionados (2 vols.). Santiago, CEPAL/FCE, 1998.

_____. Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe 2000. www.cepal.org

_____. México: informe de la coyuntura económica, 2000. www.cepal.org.

_____. Panorama social de América Latina - 1999-2000. www.cepal.org.br.

_____. El legado de los años noventa. In: CEPAL. Equidad, desarrollo y ciudadanía. www.cepal.org.

CHESSAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo, Xamã, 1996.

CHUDNOVSKY, Daniel; LOPEZ, Andres e PORTA, Fernando. Más allá del flujo de caja. El boom de la inversión extranjera directa en la Argentina. Desarrollo Económico. Buenos Aires, vol.35, n.137, 1995.

CLAVIJO, Fernando e VALDIVIESO, Susana. Reformas estructurales y política macroeconómica: el caso de México 1982-1999. Santiago, CEPAL (Serie reformas económicas n.67), 2000, www.cepal.org.

COLISTETE, Renato Perim. O desenvolvimentismo e seus críticos: as idéias da CEPAL e de Caio Prado Jr. sobre a internacionalização econômica nos anos 50. Dissertação de mestrado, IE-UNICAMP, 1990.

COUTINHO, Luciano. A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica: as grandes tendências de mudanças. Economia e Sociedade, Campinas, n. 1, agosto de 1992.

_____. A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (coord.). Brasil: desafios de um país em transformação. Rio de Janeiro, José Olympio, 1997.

COUTINHO, Luciano e BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Desenvolvimento e estabilização sob finanças globalizadas. Economia e Sociedade, Campinas, n.7, dezembro 1996.

_____. "Financeirização" da riqueza, inflação de ativos e decisões de gasto em economias abertas. Economia e Sociedade, Campinas, n.11, dezembro 1998.

CRUZ, Paulo Roberto Davidoff Chagas. Ignácio Rangel, um pioneiro - O debate econômico do início dos anos sessenta. Dissertação de mestrado, IFCH-UNICAMP, 1980.

_____. Endividamento externo e transferência de recursos reais ao exterior: os setores público e privado na crise dos anos oitenta. Nova Economia, Belo Horizonte, vol.5, n.1, agosto 1995.

CYSNE, Rubens Penha (org.). Anais do III Encontro nacional sobre mercados financeiros, política monetária e política cambial, parte I. Ensaio econômico-EPGE, Rio de Janeiro, n. 312, agosto 1997.

DAMILL, Mário et alli. De México a México: el desempeño de América Latina en los 90. Revista de Economía Política, vol. 16, n.4, outubro-dezembro 1996.

_____. Shock externo y desequilíbrio fiscal. La macroeconomía de América Latina en los ochentas. www.clacso.org.

DEVLIN, Robert et alli. Crescimento dos fluxos de capital e desenvolvimento: uma visão geral das questões de política econômica. Pesquisa e Planejamento Econômico, vol.24, n.3, dez. 1994.

DONGHI, Tulio Halperin. Historia Contemporánea de América Latina. 13 ed. revista e ampliada. Madrid, Alianza, 1996.

DREIFUSS, René. A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986). Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1986.

DUNNING, John H. Alliance capitalism and global business. London/New York, Routledge, 1994.

EICHENGRENN, Barry. História e reforma do sistema monetário internacional. Economia e sociedade, Campinas, n.4, junho/1995.

_____. A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional. São Paulo, 34, 2000.

EVANS, Peter. El Estado como problema y como solución. Desarrollo Económico, Buenos Aires, vol.35, n.140, pp. 529-562, enero-marzo 1996.

Faletto, Enzo. La CEPAL y la sociología del desarrollo. Revista de la CEPAL, n.58, abril/1996.

FANELLI, Jose Maria et alli. ?Adonde va América Latina? Balance de las reformas económicas. CIEPLAN

FAUCHER, Philippe. Políticas de ajuste ou erosão do Estado no Brasil?. Dados, Rio de Janeiro, vol.36, n.3, 1993.

FEIJÓO, José Valenzuela. Mais-valia, acumulação e estagnação. Revista Sociedade Brasileira de Economia Política, Rio de Janeiro, n.6, p.74-98, junho 2000.

FERRER, Aldo. Vulnerabilidad financiera y tipo de cambio: el caso argentino. Indicadores Económicos FEE. Porto Alegre, vol.23, n.2, 1995.

_____. Desarrollo y subdesarrollo en un mundo global: los problemas de la América Latina. El Trimestre Económico, vol. LXII (4), n.252, octubre-diciembre 1996.

_____. Historia de la globalización: orígenes del orden económico mundial. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1996.

_____. Hechos y ficciones de la globalización: Argentina y el Mercosur en el sistema internacional. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1997.

FIORI, José Luís. Instabilidade e crise do Estado na industrialização brasileira. Tese de livre docência, IEI-UFRJ, 1988.

_____. Para repensar o papel do Estado sem ser neoliberal. Revista de Economia Política, Rio de Janeiro, vol.12, n.1, 1992.

_____. Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro, Insight, 1995.

_____. O vôo da coruja - uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista. Rio de Janeiro, EduERJ, 1995.

_____. Zelig ou uma estratégia presidencial. Folha de São Paulo, 19/01/97, p.3, Caderno Mais.

FIORI, José Luís (org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis, Vozes, 1999.

FRANCO, Gustavo. A inserção externa e o desenvolvimento. Revista de Economia Política, vol.18, n.3, julho-setembro/1998.

_____. O Plano Real em perspectiva de médio prazo. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (coord.). O Brasil e o mundo no limiar do novo século, vol.2. Rio de Janeiro, José Olympio, 1998.

FRANK, André Gunder. Capitalismo y Subdesarrollo en América Latina. México, Siglo XXI, 1970.

_____. El subdesarrollo del desarrollo: Un ensayo autobiográfico. Venezuela, Nueva Sociedad, 1991.

_____. Carta abierta acerca de Chile a Arnold Harberger y Milton Friedman. Ideología y Sociedad, Colombia, enero-marzo/1977.

FRENKEL, Roberto et alli, De México a México: el desempeño de América Latina en los 90. Revista de Economia Política, vol. 16, n. 4, outubro/dezembro 1996.

FURTADO, Celso. Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

_____. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

_____. Teoria e política do desenvolvimento econômico. São Paulo, Nacional, 1986.

_____. Dependencia externa y teoria económica. El trimestre económico, vol. LXIII (12), 1996 (original: 1971).

_____. O capitalismo global. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

FURTADO, João. Mundialização, reestruturação e competitividade: a emergência de um novo regime econômico e as barreiras às economias periféricas. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 53, março 1999.

GERCHUNOFF, Pablo e TORRE, Juan Carlos. La política de la liberalización económica en la administración de Menem. Desarrollo Económico, vol.36, n.143, octubre-diciembre 1996.

GILL, Stephen. American hegemony and the Trilateral Commission. Cambridge, Cambridge University, 1990

GOLDENSTEIN, Lídia. Repensando a dependência. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

GONZÁLES, B. Glória Martinez. Algumas evidências da superexploração nos países subdesenvolvidos: a atualidade do pensamento de Marini. Revista Sociedade Brasileira de Economia Política, Rio de Janeiro, n.4, junho/1999.

GOODHART, Charles E. Dinâmicas financeiras e o desafio às políticas dos bancos centrais. Economia e Sociedade, Campinas, 4, junho 1995.

GROSFUGUEL, Ramón. From Cepalismo to neoliberalism: a world-systems approach to conceptual shifts in Latin America. Review, vol.XIX, n.2, 1996.

GUIMARÃES, Cláudia Maria Cavalcanti de Barros. 1964 Estado e economia: a nova relação. Tese de doutorado, IE-UNICAMP, 1990.

GUIMARÃES, Juarez. "A trajetória intelectual de Celso Furtado". In: TAVARES, Maria da Conceição (org.). Celso Furtado e o Brasil. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.

GUTTMANN, Robert. A transformação do capital financeiro. Economia e Sociedade, Campinas, n.7, dezembro 1996.

HENRIQUE, Wilnês. Capitalismo selvagem: um estudo sobre desigualdade no Brasil. Tese de doutoramento, IE-UNICAMP, 1999.

HETTNE, Björn. Development theory and the three worlds: towards an international political economy of development. London, Longman, 1995.

HUERTA, Arturo. La crisis del neoliberalismo mexicano. Problemas del desarrollo, México, vol.26, n. 101, abril-jun./1995

IANNI, Octavio. Formação do Estado Populista na América Latina. São Paulo, Ática, 1989.

_____. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988.

IEDI. Indústria e desenvolvimento: uma análise dos anos 90 e uma agenda de política de desenvolvimento industrial para a nova década. Política industrial, empresa nacional e mercado interno. <http://www.iedi.org.br/>.

_____. Abertura, política cambial e comércio exterior brasileiro - Lições dos anos 90 e pontos de uma agenda para a próxima década. Agosto/2000, <http://www.iedi.org.br/>.

KAY, Cristóbal. Latin American theories of development and underdevelopment. Londres, Routledge, 1989.

_____. Teorías latinoamericanas del desarrollo. Nueva Sociedad, Venezuela, n.113, maio/junho 1991.

_____. Estudios del desarrollo, neoliberalismo y teorías latinoamericanas. Revista Mexicana de Sociología, México, 3/1993.

KREGEL, Jan. The brazilian crisis: from inertial inflation to fiscal fragility. Working paper 294, www.levy.org, february/2000.

KUNHARDT, Jorge Basave. El capital financiero nacional e internacional: sustento del modelo neoliberal mexicano. Problemas del Desarrollo, México, vol.26, n.102, julio-septiembre 1995.

LAPLANE, Mariano e SARTI, Fernando. Investimento direto estrangeiro e a retomada do crescimento sustentado nos anos 90. Economia e Sociedade, Campinas, n.8, junho 1997.

LESBAUPIN, Ivo (org.). O desmonte da nação: balanço do governo FHC. Petrópolis, Vozes, 1999.

LÓPEZ-GALLARDO, Julio. Es posible acelerar el crecimiento económico de América Latina releyendo a Michal Kalecki. Economia Contemporânea, n.5, Janeiro-Junho/1999.

MANTEGA, Guido. A economia política brasileira. Petrópolis, Vozes, 1985.

_____. Teoria da Dependência Revisitada - Um balanço crítico. EAESP-FGV, Séries Relatórios de Pesquisa, n.27, 1997.

LOUREIRO, Maria Rita e ABRUCIO, Fernando Luiz. Gabinetes presidenciais e provimento de alto escalão burocrático: o caso do Ministério da Fazenda na experiência democrática brasileira. www.clacso.org.

LÖWY, Michel. Nacionalismos e internacionalismos: da época de Marx até nossos dias. São Paulo, Xamã, 2000.

MARÍN, Andrés Barreda. La Dialéctica de la dependencia y el debate marxista latinoamericano. In: MARINI, Ruy Mauro y MILLÁN, Mária. La teoría social latinoamericana. Tomo II: Subdesarrollo y dependencia. México, El Caballito, 1994.

MARINI, Ruy Mauro. Contradições e conflitos no Brasil contemporâneo. Teoria e prática, São Paulo, n. 3, abril/1968.

_____. Subdesarrollo y Revolución. México, Siglo XXI, 1969.

_____. Dialéctica de la Dependencia. México, Era, 1973.

_____. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. Cuadernos políticos, México, n.12, abril-junio/1977.

_____. Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra). Revista Mexicana de Sociología, Vol. XL, número especial, 1978.

_____. La lucha por la democracia en América Latina. In: Cueva, Agustín (comp.). Ensayos sobre una polémica

inconclusa. México, Consejo Nacional para la Cultura e las Artes, 1991.

_____. América Latina: Dependência e Integração. Brasil Urgente, São Paulo, 1992.

_____. Proceso y tendencias de la globalización capitalista. Praga, estudios marxistas, n.3, setembro 1997.

MARTINS, Carlos Eduardo. A superexploração e os novos padrões de reprodução da força de trabalho na América Latina. <http://www.redem.buap.mx>

MARTINS, Carlos Eduardo e VALENCIA, Adrián Sotelo. A teoria da dependência e o pensamento econômico. In: Encontro Nacional de Economia Política, Anais do III Encontro Nacional de Economia Política. Niterói, EdUFF, 1998.

MARTNER, Ricardo. Volatilidad y ciclo en América Latina: debates e implicancias de política e instrumentos. <http://www.cepal.org/ilpes>.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. São Paulo, Nova Cultural, 1988.

MATTOSO, Jorge. O Brasil desempregado. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999.

MAZZUCHELLI, Frederico. O financiamento das estatais, vol. 1. São Paulo, IESP/FUNDAP, 1987.

MERCADANTE, Aloizio (org.). O Brasil Pós-Real: a política econômica em debate. Campinas, IE-UNICAMP, 1997.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Plano Fernando Henrique Cardoso - Exposição de Motivos n. 395. Revista de Economia Política, São Paulo, vol.14, n. 2, abril-junho 1994.

MINSKY, Hyman. Uncertainty and the institutional structure of capitalist economies. Working paper n.155, 1996, <http://www.levy.org>.

_____. Finance and stability: the limits of capitalism. Working paper n.93, 1993, <http://www.levy.org>.

_____. The capital development of the economy and the structure of financial institutions. Working paper n. 72, 1992, <http://www.levy.org>.

_____. Financial crises: systemic or idiosyncratic. Working paper n.51, 1991, <http://www.levy.org>.

NOVICK, Marta. Reconversión segmentada en la Argentina: empresas, mercado de trabajo y relaciones laborales a fines de los '90. In: TOLEDO, Enrique de la Garza (compilador). Reestructuración productiva, mercado de trabajo y sindicatos en América Latina. www.clacso.org.

OLIVEIRA, Francisco de. O elo perdido: classe e identidade de classe. São Paulo, Brasiliense, 1987.

_____. Innovaciones en políticas económico-sociales: el caso del Brasil. In: CLACSO (org.). ¿Hacia un nuevo orden estatal en América Latina? 4. Los actores socio-económicos del ajuste estructural. CLACSO, Argentina, 1989.

_____. Subdesenvolvimento: fênix ou extinção?. In: TAVARES, Maria da Conceição (org.). Celso Furtado e o Brasil. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.

OLIVEIRA, Gesner. Brasil real. São Paulo, Mandarim, 1996.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel. Fernando Henrique Cardoso, o anti-dependetista. <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/sep>.

PAZ, Pedro. El enfoque de la dependencia en el desarrollo del pensamiento económico latinoamericano. Economía de América Latina, México, n.6, 1981.

PETRAS, James. El "milagro económico" chileno: crítica empírica. Nueva Sociedad, Venezuela, n.113, Mayo-Junio/1991.

PLIHON, Dominique. A ascensão das finanças especulativas. Economia e Sociedade, Campinas, n.5, dezembro 1995.

_____. Desequilíbrios mundiais e instabilidade financeira. (A responsabilidade das políticas liberais: um ponto de vista Keynesiano). Economia e Sociedade, Campinas, 7, dezembro 1997.

PORTUGAL, Marcelo S. Estabilização de preços, âncora cambial e balanço de pagamentos: Brasil, Argentina e México. Indicadores FEE, Porto Alegre, vol.23, n.2, agosto 1995.

POULANTZAS, Nicos. Poder político y clases sociales en el Estado capitalista. México, Siglo XXI, 1969.

_____. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro, Graal, 1985.

PRZEWORSKY, Adam. Capitalismo e social-democracia. São Paulo, Companhia de Letras, 1989.

_____. Estado e economia no capitalismo. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

RAMOS, Joseph. Un balance de las reformas estructurales neoliberales en América Latina. Revista de la CEPAL, Santiago, n. 62, agosto/1997.

RODRIGUEZ, Octavio. Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1981.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Os fundamentos teóricos do estruturalismo: análise da contribuição de Celso Furtado. Dissertação de mestrado, IFCH-UNICAMP, 1981.

RUBIO, Luis. Argentina: A promessa não cumprida. In: CUEVA, Agustín (org.). Tempos Conservadores. São Paulo, Hucitec, 1989, p.190.

SACHS, Jeffrey e ZINI JR., Álvaro. A inflação brasileira e o Plano Real. Revista de Economia Política, São Paulo, vol.15, n.2, abril-junho 1995.

SADER, Emir. A crise hegemônica e sua ideologia: teorias do Estado brasileiro durante o regime militar. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 1989.

_____. O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1995.

_____. Nós que amávamos tanto O Capital. Praga, estudos marxistas, São Paulo, n.1, 1996.

SAES, Décio. Formação do Estado burguês no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

SALAS, Carlos. El modelo de acumulación y el empleo em América Latina. In: TOLEDO, Enrique de la Garza (compilador). Reestructuración productiva, mercado de trabajo y sindicatos en América Latina. www.clacso.org

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis, Vozes, 1999.

SANTOS, Theotonio dos. Socialismo o fascismo: dilema latinoamericano. Chile, PLA, 1969.

_____. Socialismo o Fascismo: El nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano. Buenos Aires, Periferia, 1972.

_____. Dependencia y Cambio Social. Chile, CESO-Universidad de Chile, 1970.

_____. O novo caráter da dependência: grande empresa e capital estrangeiro na América Latina. In: PEREIRA, Luiz. Perspectivas do capitalismo moderno: leituras de sociologia do desenvolvimento. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

_____. Socialismo y fascismo en América Latina hoy. Revista Mexicana de Sociología, vol. XXXIX, n. 1, 1977.

_____. Imperialismo y Dependencia. Era, México, 1978.

_____. Democracia e Socialismo no capitalismo Dependente. Petrópolis, Vozes, 1991.

_____. Evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da Nova República. Petrópolis, Vozes, 1994.

_____. Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável. Petrópolis, Vozes, 1994.

_____. El desarrollo latinoamericano: pasado, presente y futuro. Un homenaje a André Gunder Frank. Problemas del Desarrollo, México, vol. 27, n. 104, janeiro/março 1996.

_____. A teoria da dependência: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Sessenta e quatro: anatomia da crise. São Paulo, Vértice, 1986.

SCHNEIDER, Ben Ross. A privatização no governo Collor: triunfo do liberalismo ou colapso do Estado desenvolvimentista. Revista de Economia Política, São Paulo, vol. 12, n.1, janeiro-março 1992.

SCHVARZER, Jorge. La reforma económica en la Argentina: ¿qué fuerzas sociales y para qué objetivos?. Revista de Economía Política, vol.14, n.4, outubro-dezembro 1994.

_____. Grandes grupos económicos en la Argentina. Formas de propiedad y lógicas de expansión. www.clacso.org, Agosto/1994.

_____. La reestructuración de la industria Argentina en el período de ajuste estructural. www.clacso.org, Janeiro/1995.

_____. Ajuste, reestructuración, políticas industriales y globalización económica. www.clacso.org.

SEGRERA, Francisco López (org.). Los retos de la globalización: ensayos en homenaje a Theotonio dos Santos. Caracas, UNESCO, 1998.

SERRA, José e CARDOSO, Fernando Henrique. As desventuras da dialética da dependência. Estudos Cebrap, São Paulo, n. 23.

SINGER, André. Ideologia e economia na decisão de 1994. www.clacso.org.ar

SINGER, Paul. Desenvolvimento e crise. São Paulo, DIFEL, 1968.

_____. Globalização positiva e globalização negativa: a diferença é o Estado. Novos Estudos CEBRAP, n.48, julho 1997.

SIRLIN, Pablo. Evaluación de la política de bienes de capital en la Argentina. Revista de la Cepal, Santiago de Chile, n.61, 1997.

SKIDMORE, Thomas e SMITH, Peter. Historia Contemporânea de América Latina: América Latina en el siglo XX. Barcelona, Crítica, 1996.

SMITH, William C. Reestruturação neoliberal e cenários de consolidação democrática na América Latina. Dados, Rio de Janeiro, vol.36, n.2, 1993.

SMITH, William C. Conflicto distributivo y política macroeconómica en Argentina. Revista Mexicana de Sociología, México, 1/91.

SOTO, Raimundo e MORANDÉ, Felipe. Reformas económicas en Chile: una perspectiva institucional. <http://www.ilades.cl/economia>, 1999.

STEINDL, Josef. Maturidade e estagnação no capitalismo americano. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

SUNKEL, Osvaldo e PAZ, Pedro. El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo. México, Siglo XXI, 1970.

SUNKEL, Osvaldo. El marco histórico de la reforma económica contemporánea. Iberoamericana, Madrid, n. 22/23, tomo 1, 1992/1993.

_____. Capitalismo transnacional y desintegración nacional en América Latina. El Trimestre Económico, vol. LXIII, n.2, 1996.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. O capital e suas formas de produção de mercadorias: rumo ao fim da economia política. Crítica Marxista, São Paulo, n.10, junho/2000.

TAVARES, Maria da Conceição e BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello, O capital financeiro e a empresa multinacional. Temas de Ciências Humanas, n.9, s/d.

TAVARES, Maria da Conceição e BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Uma reflexão sobre a natureza da inflação contemporânea. In: José Márcio Rego (org.). Inflação inercial, teorias sobre inflação e o Plano cruzado, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís. (Des)Ajuste global e modernização conservadora. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

_____. Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis, Vozes, 1997.

TAVARES, Maria da Conceição e SERRA, José. Além da Estagnação. In: TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

TAVARES, Maria da Conceição (org.). Celso Furtado e o Brasil. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.

TOLEDO, Enrique de la Garza. La construcción socioeconómica del mercado de trabajo y la reestructuración productiva en México. In: TOLEDO, Enrique de la Garza (compilador). Reestructuración productiva, mercado de trabajo y sindicatos en América Latina. www.clacso.org

TRASPADINI, Roberta. A teoria da (inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso. Rio de Janeiro, Topbooks, 1999.

UGALDE, Francisco Valdés. Concepto y estrategia de la "reforma del Estado". Revista Mexicana de Sociología, México, 2/93.

UNCTAD. World investment report 2000: cross-border mergers and acquisitions and development-Overview. www.unctad.org.

VALDÉS, Juan Gabriel. Pinochet's economists: the Chicago School in Chile. New York, Cambridge University Press, 1995.

VALENCIA, Adrián Sotelo. La crisis de los paradigmas y la teoría de la dependencia en América Latina. Edição eletrônica da revista Dialéctica, México, n.28, 1996, <http://www.uniovi.es/UniOvi/Apartados/Otros/FilEsp/r-d28ens.htm>.

_____. Precarización del trabajo: ¿Premisa de la globalización? <http://136.142.158.105/LASA98/Sotelo.pdf>

VERCESI, Alberto Juan. La doctrina y la política económica del desarrollismo en Argetina. <http://www.aaep.org.ar/>, Agosto 1999.

VILLARREAL, René. A contra-revolução monetarista - teoria, política econômica e ideologia do neoliberalismo. Rio de Janeiro, Record, 1984.

_____. Liberalismo social y reforma del Estado: México en la era del capitalismo posmoderno. México, Fondo de Cultura Económica, 1993.

WALLERSTEIN, Immanuel. La reestructuración capitalista y el sistema-mundo. www.fbc.binghamton.edu

WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

WILLIAMSON, John. Reformas políticas na América Latina na década de 80. Revista de Economia Política, São Paulo, vol.12, n.1, janeiro-março/1992.

YOGUEL, Gabriel. El tránsito de la sustitución de importaciones a la economía abierta: los principales cambios en la estructura industrial argentina entre los años setenta y los años noventa. In: KOSACOFF, Bernardo(ed.). El desempeño industrial argentino. Más allá de la sustitución de importaciones. Santiago, Cepal, 2000. (Versão internet: www.cepal.org).

ZAPATA, Francisco. ?Ideólogos, sociólogos, políticos? Acerca del análisis sociológico de los procesos sociales y políticos en América Latina. Foro Internacional, México, vol.XXXV, julio- septiembre/1995.